

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

CARLA SIMARA LUCIANA DA SILVA AYRES

**DESAFIOS E PECULIARIDADES DO PT DO PARANÁ: UMA ANÁLISE DA
CULTURA POLÍTICA DOS DIRIGENTES PETISTAS**

SÃO CARLOS

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**DESAFIOS E PECULIARIDADES DO PT DO PARANÁ: UMA ANÁLISE DA
CULTURA POLÍTICA DOS DIRIGENTES PETISTAS**

CARLA SIMARA LUCIANA DA SILVA AYRES

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência política, do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Pedro Floriano Ribeiro

SÃO CARLOS

2013

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

A985dp

Ayres, Carla Simara Luciana da Silva.

Desafios e peculiaridades do PT do Paraná : uma análise da cultura política dos dirigentes petistas / Carla Simara Luciana da Silva Ayres. -- São Carlos : UFSCar, 2013.
163 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2013.

1. Partidos políticos. 2. Partido dos Trabalhadores (Brasil).
3. Paraná. 4. Cultura política. 5. Democracia. I. Título.

CDD: 324.2 (20^a)

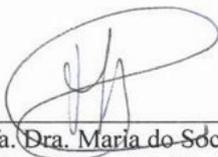
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
Carla Simara L. Da S. Ayres

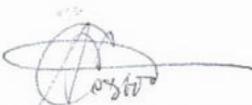
29/08/2013



Prof. Dr. Pedro Floriano Ribeiro
Orientador e Presidente
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar



Profa. Dra. Maria do Socorro Braga
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar



Prof. Dr. Adriano Codato
Universidade Federal do Paraná/UFPR

Submetida à defesa em sessão pública
Realizada às 10:45h no dia 29/08/2013.

Banca Examinadora:
Prof. Dr. Pedro Floriano Ribeiro
Prof. Dr. Adriano Codato
Profa. Dra. Maria do Socorro Braga

Homologado na CPG-PPGPOL na
29ª Reunião no dia 01/09/2013.

Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade
Coordenador do PPGPOL

À minha mãe, Marly, por sonhar junto comigo.

AGRADECIMENTOS

Nunca dei muita atenção a esta parte dos trabalhos que li durante toda minha trajetória acadêmica por não creditar importância a este espaço. Mas, ao findar estas páginas pude perceber o sentido da grande máxima das Ciências Sociais, pois enquanto *seres sociais*, nada que nos dispomos a realizar se concretiza sem que várias pessoas e energias sejam reunidas na empreitada. Desde a concepção de uma ideia à sua materialidade, muitos momentos foram importantes, muitas experiências foram necessárias e muito aprendizado foi conquistado. Sendo assim, agradeço:

À FAPESP, pelo financiamento da pesquisa; e aos seus pareceristas pelos comentários e contribuições.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos. Em especial ao professor Pedro Floriano Ribeiro, pela orientação, pela atenção antes mesmo de nos conhecermos pessoalmente, pelas contribuições, e sugestões fundamentais para o trabalho.

À professora Maria do Socorro Braga, pelas contribuições, sugestões e conselhos a cada fase do trabalho.

Ao Prof. Adriano Codato (UFPR) por aceitar participar da Banca de defesa e contribuir para o aperfeiçoamento do trabalho.

Agradeço aos companheiros da graduação que estiveram comigo nos primeiros passos do projeto que deu origem a este trabalho, e que foram companheiros nos estudos para seleção para ingresso ao mestrado. Um salve especial à minha queridinha, professora e amiga Carla Almeida, ao Prof^o Ednaldo Ribeiro, pela amizade, pela primeira orientação acadêmica, por tem me ensinado como ninguém a respeitar o trabalho intelectual em suas diferentes vertentes teórico-metodológicas.

Ao meu amigo de sempre Dino, por todas as nossas milhares de histórias. Você tem espaço impar no que sou hoje.

À Vanvan, à Aninha, Dna. Iole e Sr. Ezequiel, a força do início é primordial.

À minha amiga, irmãzinha e xará, Carla Roberta, pela amizade, cumplicidade, apoio emocional e material, pelo abraço, pelo ombro e pelas broncas sempre que preciso. A *Vila* vai ficar na história, Tóia, Cibele, Valdir, Renan...

Aos amigos e amigos de república que dividiram comigo bons momentos em São Carlos: Rafa, Marina, Gleise, Fran e Jaque – os meses do *aloja* foram inesquecíveis. A *Bug House* foi uma experiência surreal, Alê, Lorena, Tchela, Beth,

Tiago, Mona, Padê, Tarsa e China, como esquecer? Park, meu filho, “a gente é muito amigo!”

Aos meus parceiros, colegas de turma e amigos do *QG da Política (011)*, o que foi isso? Nossa união fez toda a diferença nestes dois anos e meio. Quero sempre me lembrar de nossas cervejadas e cantorias de “A boate Azul”, dos papos cabeça, da zueira. Sem negar o companheirismo de todos, mas fica meu carinho especial ao Brasil pelo “amor à primeira vista”, ao Marcola e à *República Articulação* pelo carinho e acolhimento desde os primeiros dias de minha estada em São Carlos. Agradeço também ao amigo Flavinho pelas conversas trocas de ideias e pela amizade construímos, pelas orientações e prontidão com que sempre me tirou as dúvidas burocráticas.

Em meio a tudo isso, conhecer a mulher da minha vida – minha paixão, minha amiga, minha gauchinha, minha Guiga – foi a surpresa mais inesperada desse período. Obrigada, meu amor, Gui Cunha, pelo apoio, pelo carinho, pelo ombro, pela compreensão e pelos puxões de orelha tão necessários para que este trabalho fosse finalizado.

Aos amigos e “cumpadis”, Alê e Fah, pela amizade, pela força e por torcerem por mim.

Aos funcionários do Núcleo de Opinião Pública e do Centro Sérgio Buarque de Holanda, vinculados à Fundação Perseu Abramo: Carlos Menegozzo, Vilma Bokany e Fernanda Estima, meu muito obrigada.

Aos companheiros de Maringá, Elza Mariucci e Carlos Maricucci pelo intermédio inicial com os dirigentes.

Ao professor Reginaldo Dias, da Universidade Estadual de Maringá, pelas informações, indicações de textos e também pelo intermédio com dirigentes do PT-PR

Aos dirigentes que se dispuseram a contribuir com a pesquisa. E também, meu obrigada às funcionárias e funcionários do Diretório Estadual do PT do Paraná pela atenção e prontidão com que me receberam.

. Ao Roberto Salomão pela prontidão com que se dispôs a relatar parte da história do PT-PR e disponibilizar informações importantes para o trabalho.

RESUMO

O trabalho aqui apresentado se fundamenta naquilo que tratamos como brechas da literatura sobre o Partido dos Trabalhadores, que apesar de se apresentar como a legenda com maior atenção dos estudiosos – desde sua fundação até suas experiências governativas e chegada ao poder nacional – ainda demonstra pouca atenção a duas dimensões: a culturalista e a regionalista, em especial quando abordadas em conjunto. O objetivo principal que impulsiona este estudo é analisar a cultura política dos dirigentes petistas do estado do Paraná a partir de um quadro comparativo com os *petistas médios* – delegados de Encontros e Congressos. A motivação por este estado se fundamenta em especificidades que o processo de formação do partido naquela localidade apresenta fatores que conforme argumentos de Panebianco tenderiam a influenciar fortemente toda trajetória do partido. Tais peculiaridades partem do contexto histórico e desenvolvimento econômico do estado, determinando em grande medida a formação dos grupos específicos da sociedade que se esforçaram para formar o PT-PR. O que se verifica é que os setores mobilizados no Paraná possuem características diferentes das experiências mais reconhecidas como a do ABC. Argumentamos assim que estes fatores de diferenciação tendem a influenciar e criar algumas especificidades também nos traços avaliativos da cultura política destes dirigentes.

Palavras-Chave: Partido dos Trabalhadores, Cultura Política, Elites Partidárias.

ABSTRACT

Much has been written about Worker's Party in the literature, which discusses basic and general topics such as the party's foundation, to a more specific ones, such as government experiences and national power achievement. Nevertheless, although Worker's Party is a very well-known subject in political science literature, there are still a few theoretical gaps regarding two main dimensions: cultural and regional; especially when addressed together. Based on that, this study is developed in order to explore one of these gaps, which aims to analyse the political culture of the PT leaders from Paraná state by means of a comparative table, with people responsible to the meetings and conferences. The reason for focusing on Paraná state was the particularities found in terms of party's formation processes, which strongly influence the actions and structure of the party along its agency according to Panebianco. However, it is known that such particularities are due to historical context and economic development of the state which determine the formation of specific groups, and consequently the PT-PR group. As a result, it was found that mobilized sectors in Paraná have different characteristics in comparison to the most recognisable experiences such as those of ABC. In summary, we argue that these different factors tend to influence and create some particularities with regards political culture of these leaders.

Keywords: *Worker's Party, Political culture, Party elite*

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1.1 – Relação entre crenças políticas e ações políticas	36
Quadro 3.1 – Panorama da disputa interna do PT-PR (1981-2009)	74
Tabela 3.1 – Desempenho Eleitoral do PT-PR nas prefeituras e câmaras municipais do estado (1996-2012)	76
Tabela 3.2 – Desempenho eleitoral do PT-PR nas eleições para deputado (1994-2010).....	77
Quadro 3.2 – Disputa Eleitoral no Paraná para o Senado (1994-2010)	78
Quadro 3.3 – Disputa Eleitoral para o Governo do estado do Paraná (1994-2010)	79
Tabela 3.3 – Desempenho Eleitoral do PT-PR para as eleições presidenciais	80
Figura 3.1 – Distribuições geográficas dos prefeitos eleitos pelo PT-PR ao longo dos anos	82
Quadro 4.1 – Participação de Delegados no 4º Congresso, por estado	87
Tabela 4.1 – Distribuição etária segundo o gênero dos Delegados	88
Tabela 4.2 – Participação dos delegados em instâncias partidárias	89
Quadro 4.2 – Trajetória política dos dirigentes do PT-PR entrevistados	90
Tabela 4.3 – Percepção de mudança do partido entre os Delegados	96
Tabela 4.4 – Período da percepção da mudança do PT	96
Tabela 4.5 – Fatos identificados como responsáveis pela mudança do PT	97
Tabela 4.6 – Evolução etária dos delegados de Encontros e Congressos Nacionais (1997-2011)	103
Tabela 4.7 – Ano de filiação dos delegados presentes no 4ºCN	104
Tabela 5.1 – Nível de participação dos delegados em movimentos sociais	113
Tabela 5.2 – Percepção dos delegados acerca dos núcleos de base	117
Tabela 5.3 – Instância identificada como prioritária para participação das bases	120

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Órgãos e instâncias do PT

CMP: Comissão Municipal Provisória

CN: Congresso Nacional

DM: Diretório Municipal

EN: Encontro Nacional

PED: Processo de Eleições Diretas

Tendências internas do PT

CNB: Construindo um Novo Brasil

DS: Democracia Socialista

PCBR: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

Partidos Políticos Brasileiros

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

PSD: Partido Social Democrático

MDB: Movimento Democrático Brasileiro

PT: Partido dos Trabalhadores

PRC: Partido Revolucionário Comunista

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PDT: Partido Democrático Trabalhista

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira

PSB: Partido Socialista Brasileiro

PC do B: Partido Comunista do Brasil

PV: Partido Verde

PRN: Partido da Reconstrução Nacional (ex-PJ: Partido da Juventude)

PTC: Partido Trabalhista Cristão (ex-PRN)

PSTU: Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PRONA: Partido de Reedificação da Ordem Nacional

PPS: Partido Popular Socialista

PPR: Partido Progressista Reformador (pós -fusão do PDS com PDC, em 1993)

PPB: Partido Progressista Brasileiro (pós-fusão do PPR com o PP, em 1995)

PSDC: Partido Social Democrata Cristão (dissidente da fusão entre PDS e PPR, em 1993)
PSB: Partido Socialista Brasileiro
PSC: Partido Social Cristão
PT do B: Partido Trabalhista do Brasil
PRTB: Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSL: Partido Social Liberal
PSOL: Partido Socialismo e Liberdade
PAN: Partido dos Aposentados da Nação (incorporado em 2006 ao PTB)
PHS: Partido Humanista da Solidariedade (até 1996, conhecido como PSN: Partido da Solidariedade Nacional)
PFL: Partido da Frente Liberal (até 2007)
DEM: Democratas (ex-PFL)
PMN: Partido da Mobilização Democrática
SPD: Partido Social-Democrata

Outras siglas e abreviaturas

FPA: Fundação Perseu Abramo
CEB: Comunidades Eclesiais de Base
OP: Orçamento Participativo
CODEPAR: Companhia de Desenvolvimento do Paraná
CUT: Central Única dos Trabalhadores
MST: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
FHC: Fernando Henrique Cardoso
Libelu: Liberdade e Luta
APML: Ação Popular Marxista-Leninista
POLOP: Política Operária
MEP: Movimento e Emancipação do Proletariado
JUC: Juventude Universitária Católica
JEC: Juventude Estudantil Católica
UPES: União Paranaense de Estudantes Secundaristas
LOPP: Lei Orgânica dos Partidos Políticos

Sumário

INTRODUÇÃO	15
Problematização, Objetivos, Hipóteses e Justificativa	16
Procedimentos Metodológicos.....	18
Desenvolvimento do trabalho e organização do texto	20
1. Cultura Política e Teoria das Elites: uma interface teórica possível para se pensar os partidos políticos	22
Introdução	22
1.1. Elites Partidárias e Cultura Política	23
1.2. Abordagens culturalistas no Brasil	33
1.3. O Partido dos Trabalhadores sob a perspectiva culturalista	37
Considerações Finais	41
2. Partido dos Trabalhadores: dos estudos clássicos à abordagem culturalista .	42
Introdução	42
2.1. A Fundação e a “novidade petista”	43
2.2. A Inserção institucional e o “modo petista de governar”	46
2.3. A chegada ao Planalto: transformações ou amadurecimento?.....	49
2.3.1. Mudanças estruturais	50
<i>O PED – Processo de Eleições Diretas</i>	52
2.3.2. O PT e as bases	54
<i>O PT e os Movimentos Sociais</i>	54
<i>Caracterização da base eleitoral do PT</i>	57
Considerações Finais	58
<i>A lacuna culturalista</i>	60
3. O Paraná não é o ABC – desafios e peculiaridades no processo de formação do PT no estado	62
Introdução	62
3.1. O Paraná não é o ABC: contexto, origens e fundação	63
3.1.1. A economia paranaense e as transformações sociais: contexto de formação	64
3.1.2. A composição do partido	66
3.2. Os constrangimentos ambientais no processo de legalização e organização do PT-PR .	68
.....	68
<i>A aproximação com as bases, o desafio eleitoral e disputas internas</i>	71
<i>Desempenho eleitoral e disputas partidárias no Paraná</i>	75
Considerações Finais	83

4. O PT-PR: qual a sua lógica da diferença?.....	85
Introdução	85
4.1. Caracterização dos dados.....	86
4.1.1. Descrição sócio-participativa dos delegados do 4º Congresso	87
4.1.2. Identificação sócio-política dos dirigentes do PT-PR.....	89
4.2. Percepções e avaliações dos dirigentes sobre as peculiaridades do Paraná.....	91
4.3. A transformação do PT: o que pensam e como avaliam os dirigentes	94
<i>Análise dos dados</i>	95
<i>A (trans)formação petista: uma condição</i>	99
5. Um olhar sobre si mesmo: valores e opiniões dos dirigentes petistas	105
Introdução	105
5.1. O socialismo democrático.....	105
5.1.1. A Democracia	106
5.1.2. O Socialismo.....	109
5.2. Os Movimentos Sociais e o PT: a relação não é mais a mesma	113
5.2.1. Avaliação dos dirigentes sobre esta relação.....	114
5.2.2. Bases partidárias: um núcleo esquecido	117
5.2.3. Democracia Interna.....	122
Considerações Finais	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS	134
ANEXOS	143

INTRODUÇÃO

Os estudos acerca dos partidos políticos, sistemas partidários e sistemas de governo compõem um dos campos mais fartos da Ciência Política e chamam a atenção dos pesquisadores pelo menos desde o início do século XX. Dentre os múltiplos enfoques que podemos encontrar nesta vasta gama de investigações, se destacam aquelas que buscam identificar padrões na forma de como se organizam os partidos políticos, passando primeiro por um exercício de determinar o que são em específico tais organizações, como se estruturam, quem as compõem e quais funções visam desempenhar¹. Como já alertara, por exemplo, Duverger (1951), tanto o surgimento dos partidos, como os interesses em estudá-los estão vinculados a um tipo específico de democracia, qual seja, a democracia representativa.

No Brasil, as investigações deste tipo tiveram maior fôlego a partir dos anos 1970 após o restabelecimento do multipartidarismo e da abertura democrática concretizada definitivamente em meados dos anos 1980. Os pesquisadores se dispuseram a analisar tanto o sistema partidário que se instalava² como também analisar traços de alguma continuidade, ou mero comparativo dos sistemas anteriores. Como afirma Meneguello (1998), a importância dos partidos brasileiros no pós-85 se dá por desempenharem o papel de “*elo*”, representativo, entre governos e as demandas emanadas da sociedade civil. E como já definira Sartori (1980, p. 48) “[os partidos] são um instrumento ou uma agência, de *representação* do povo, *expressando* suas reivindicações. Ao se desenvolverem, os partidos, não o fizeram (...) para transmitir ao povo os desejos das autoridades, mas antes para transmitir às autoridades os desejos do povo” – [grifos do autor].

No bojo destas investigações, o surgimento do Partido dos Trabalhadores despertou a atenção dos estudiosos. Em meio às agitações sociais de insatisfação com o Regime Militar, o PT apresentava-se não somente como aquele “*elo*” que objetivava vincular as demandas advindas da sociedade, em especial dos setores oprimidos, com o Estado que se buscava construir; mas também tinha como elemento de seus anseios e discursos, atributos da transformação social. Os 33 anos que seguiram sua fundação o transformaram na legenda mais estudada no país, e fora dele³. No entanto, ainda que os

¹ Ostrogorski (1902), Michels (1911), Duverger (1951), Sartori (1976).

² Ver: Cardoso e Lamounier (orgs.) (1975), Lamounier (org.) (1980) e Kinzo (1988), por exemplo.

³ Ver: Keck (1991), Samuels (2004, 2008a, 2008b), Hunter (2010), Samuels e Zucco (2010).

enfoques e estudos sejam praticamente incontáveis e muitíssimo variados – desempenho eleitoral, atuação parlamentar, experiências de governo – e “embora a estrutura interna do PT seja mais conhecida que as dos demais partidos brasileiros, esta continua sendo uma área negligenciada nessa bibliografia” (Ribeiro, 2009). Os primeiros estudos⁴ que identificaram a “novidade” do partido em caráter nacional ainda são referências obrigatórias, e depois destas poucos estudos com viés organizativo se seguiram⁵.

Algumas lacunas e problemáticas dentre estas investigações podem ser percebidas. A experiência de fundação vivida pelo PT no *ABC paulista* parece ter engessado o olhar dos pesquisadores. Não queremos negar a importância daqueles eventos, nem tampouco dos estudos pioneiros. No entanto, não se pode negar que outras especificidades marcaram o nascimento do PT e seu enraizamento nas diferentes regiões e estados do país. Neste sentido, poucos também são os estudos que levam este fator em consideração⁶ ao abordarem o partido. Outro aspecto também muito pouco levantado pelos estudiosos do PT tem a ver com a composição de sua Cultura Política enquanto ator político relevante no funcionamento do sistema partidário de uma democracia representativa como o Brasil.

Problematização, Objetivos, Hipóteses e Justificativa

Partindo do exposto, o objetivo principal desta dissertação foi analisar os valores políticos dos dirigentes petistas do estado do Paraná, para identificar possíveis peculiaridades frente àqueles que compõem a cultura política do PT em geral. De modo que os objetivos secundários foram: *a)* Identificar se e como as tendências internas influenciam a cultura política dos dirigentes no Paraná; *b)* Confrontar as bases da cultura política atual dos dirigentes paranaenses com a cultura política fundacional do PT nacional; *c)* Identificar se os dirigentes do PT-PR têm percepção de tais especificidades; *d)* Identificar a compreensão que eles têm sobre o lugar do estado dentro do PT nacional.

As hipóteses que nortearam este trabalho partem de evidências empíricas da existência de peculiaridades do estado – socioeconômicas e políticas – como aponta a literatura. E, o questionamento que propomos foi: *essas circunstâncias, e outras mais*

⁴ Meneguello (1989) e Keck (1991)

⁵ Destaque para P. Ribeiro (2008), Amaral (2010).

⁶ Petit (1996), Braga (1997), Borges (1998), Miranda (2004)

que pudermos identificar como determinantes na fundação do PT-PR teriam produzido especificidades nos traços da cultura política petista no estado? Nesse sentido, a principal hipótese de nosso trabalho é de que podemos, sim, encontrar algumas peculiaridades na cultura e nos valores políticos dos dirigentes paranaenses em relação à cultura política geral dos dirigentes petistas, sim.

Ao longo dos anos, o PT se alterou em vários aspectos, como demonstra boa parte da bibliografia. Desse modo, em que medida os valores que constituem a cultura política atual do PT correspondem àqueles difundidos em meados dos anos 1980 pelo partido? A pergunta é pertinente na medida em que estudos recentes, realizados com base em entrevistas feitas nos Congressos e Encontros Nacionais do partido, têm demonstrado que a inserção institucional do partido modificou os valores dos dirigentes, tornando-os mais pragmáticos, aliancistas etc. (P. Ribeiro, 2008; Amaral, 2010). Como esta tendência se reproduz a nível regional? Seguindo uma mesma problemática levantada por Braga (2009, p. 76), buscamos apresentar em que medida as circunstâncias regionais impactam de modo determinante no “perfil do ator político”; no caso, dos dirigentes sobre os quais vertemos a atenção de nossa investigação.

São poucos os estudos que discutem a atuação do PT no Paraná. No entanto, alguns indícios do histórico do partido no estado embasam os questionamentos levantados até aqui. Enquanto o PT nacional trilhou um caminho de otimização do seu desempenho eleitoral no Brasil, é notório o insucesso do PT-PR, sobretudo no que se refere às eleições majoritárias⁷. Bonette (2006, p. 183) afirma, por exemplo, que o desempenho eleitoral de Lula no estado depende, dentre outros fatores, “de como o candidato posicionou-se no eixo socioeconômico local” e “das propostas do partido (interesses sociais defendidos em favor dos mais pobres contra os mais ricos ou vice-versa)”. Outro ponto a se pensar sobre a peculiaridade do partido no estado é, talvez, a existência de uma “saída estratégica” dos dirigentes para cargos importantes no governo federal, haja vista os cargos e ministérios importantes que petistas paranaenses ocuparam no governo Lula e também no governo Dilma⁸.

⁷ Nas três eleições (1994, 2002 e 2006) que disputou o governo do estado com candidatura própria, o partido não obteve mais que o terceiro lugar. Nos outros dois pleitos – na chapa de Roberto Requião (PMDB) e de Osmar Dias (PDT), em 1998 e 2010, respectivamente – o partido também não obteve êxito. Os resultados nacionais, do mesmo modo, não mostram indícios de vitória no estado – a não ser em 2002, quando Lula chegou à Presidência.

⁸ Durante o governo Lula dois dos principais ministérios foram ocupados por petistas paranaenses: o Ministério do Planejamento, por Paulo Bernardo, e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à

Uma pesquisa como esta se justifica pelo que compõe a sua problemática e seus objetivos. Em primeiro lugar, observa-se certa lacuna na produção que discute o PT em voltar à atenção a aspectos que não perpassem diretamente a organização do partido e sua atuação, sobretudo em níveis macro. Poucas são as investigações que fogem à compreensão do PT para além da preocupação em reafirmar a tal “lógica da diferença”, ou então da discussão geral do “modo petista de governar”, ou ainda da estruturação do partido e suas especificidades. Por outro lado, a maioria dos estudos aborda o PT de maneira geral, tornando sua imagem homogênea a partir das instâncias centrais do partido, e com fortes referências às experiências pioneiras paulistas:

Essa literatura, ‘paulistocentrista’, algumas ingenuamente, outras não, reforça uma hierarquia vivida na realidade das disputas internas do Partido, referendando um petismo de primeira linha, ‘o petismo autêntico’, aquele que, na expressão de Coelho, ganhou força de mito; o ‘mito fundador’ (Santos, 2007, p. 3).

Se nos estudos clássicos o PT é visto como âncora na proposição de várias destas questões-chave para a estruturação de uma cultura democrática no Brasil, até que ponto e intensidade seria possível identificar os mesmos aspectos no estado do Paraná? Nossa questão não consistiu, portanto, em recuperar a trajetória do PT paranaense, mas sim analisar como as questões-chaves postas ao partido ao longo dos anos podem apresentar aproximações ou variações quando consideradas em nível estadual.

Procedimentos Metodológicos

Para que possamos atingir os objetivos propostos utilizamos duas fontes de dados: 1) o conteúdo produzido e disponibilizado pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo a respeito dos delegados presentes nos últimos Congressos Nacionais do PT (considerando os delegados de todos os estados)⁹. Devido à falta de estudos que construam a caracterização dos valores políticos atuais das lideranças petistas em geral recorreremos a tais dados, obtidos no 3º Congresso Nacional do PT, de 2007, e no 4º Congresso Nacional, de 2010¹⁰. Tais informações são pertinentes para

Fome, por Márcia Lopes. Já no governo Dilma, Paulo Bernardo continuou no quadro de ministros, ocupando agora o Ministério das Comunicações; após turbulências com Antônio Palocci, a petista Gleisi Hoffmann assumiu a chefia da Casa Civil, além de a presidente contar ainda com o paranaense Celso Lacerda na presidência do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

⁹ As pesquisas são realizadas pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo e pela Criterium/Venturi Consultoria, com aplicação de formulários de autopreenchimento junto aos delegados dos Encontros e Congressos Nacionais do PT.

¹⁰ Tal recorte se deu pautado em dois parâmetros: 1) para os Encontros e Congressos até 2006, P. Ribeiro (2008) dedicou-se a um tratamento minucioso dos dados; 2) o período que destacamos (2007-2010) coincide com o segundo mandato do presidente Lula, e estão mais atualizados para que possamos caracterizar os traços de uma cultura política “atual” do PT.

que possamos identificar a cultura política das atuais lideranças intermediárias do partido. 2) adotamos como procedimento metodológico a realização de entrevistas individuais semiestruturadas com os dirigentes da Executiva estadual do Paraná. Partindo de princípios como os de Michels (s/d), para o qual o desenvolvimento dos partidos políticos leva-os inevitavelmente à criação de oligarquias internas com concentração de poderes, afastamento das bases e baixa rotatividade dos cargos, e também de Panebianco (1995), que relaciona o grau de institucionalização do partido com o de oligarquização, podemos afirmar que a atual estrutura organizacional do PT possui uma elite partidária consolidada. P. Ribeiro (2008), ao analisar as transformações ocorridas no interior do partido, demonstra claramente como, ao longo dos anos, “o PT não escapou à oligarquização”, de modo que as Comissões Executivas (e não os Diretórios) são hoje, na prática, os principais órgãos da estrutura decisória petista, em todos os níveis do partido. Levando em consideração a gestão eleita pelo PED (Processo de Eleições Diretas) em 2009, que comandará o partido até 2014, a Executiva estadual paranaense constituiu o principal objeto desta análise, e os membros que dispuseram contribuir com este trabalho foram entrevistados individualmente (seus nomes foram mantidos em sigilo; mas criamos um quadro informativo com sua trajetória política capaz de relacionar seus posicionamentos à sua trajetória).

As declarações obtidas tornaram-se, assim, verdadeiros textos documentais a respeito das posturas individuais. Entendemos o discurso dos dirigentes como um elemento da própria prática política, capaz de expressar como os valores se alteram em função das mudanças organizacionais. Desse modo, não perdemos de vista que as informações obtidas se inserem num contexto determinado, no qual cada indivíduo fala desde um lugar específico. Neste caso, não só como membro do partido, mas também, possivelmente, de tendências internas, além de, conforme nossa hipótese, atuar numa unidade da federação específica.

Diante disso, destacamos e analisamos os conteúdos do que chamamos de “questões-chave” com foco nos aspectos que tangem à *dimensão avaliativa* da cultura política dos dirigentes do PT – a base desta perspectiva teórica encontra respaldo nas formulações de Almond e Verba, que subdividem a cultura política em três dimensões: cognitivas, afetivas e avaliativas. Conforme E. Ribeiro (2008, p. 37-38), elas são definidas da seguinte forma:

as primeiras [cognitivas] seriam conhecimentos e crenças dos indivíduos sobre os objetos políticos. As orientações afetivas, por sua vez, se refeririam aos sentimentos de ligação e envolvimento partilhados pelos agentes em relação a tais objetos. Por fim, as orientações avaliativas envolveriam julgamentos e opiniões, que são a combinação dos dois tipos anteriores de orientações, pois para produzirem juízos sobre determinados objetos os indivíduos aliam conhecimentos e sentimentos.

Os dados levantados foram submetidos a uma análise comparativa. Ou seja, utilizamos parâmetros comparativos entre as falas dos dirigentes estaduais e os dados da Fundação Perseu Abramo (FPA) sobre os delegados de todos os estados (reduzidos aos aspectos destacados nos objetivos da pesquisa). Tratou-se, portanto, de uma mescla de técnicas quantitativas (para os dados da Fundação) e qualitativas (entrevistas com os dirigentes regionais), cruzando dados com ideias, conceitos e valores. A comparação de tais dados nos permitiu identificar elementos mais sólidos de sustentação das crenças expostas, de modo a considerá-las no interior de processos inseridos especificamente num contexto histórico, social e cultural. A análise, portanto, de tais valores nos permitiu compreender o PT tanto no que se refere às suas transformações e suas peculiaridades regionais, como também trazer elementos que podem auxiliar na compreensão do seu papel ao longo do processo de aprimoramento da democracia brasileira.

Desenvolvimento do trabalho e organização do texto

A dissertação está dividida em cinco capítulos, seguidos dos apontamentos conclusivos. O primeiro destes trata de um esforço em articular basicamente três teorias que norteiam nossa pesquisa, quais sejam a teoria das elites, a teoria dos partidos políticos e a teoria da cultura política. Além disso, objetivou-se apontar um panorama dos estudos realizados a partir destas duas últimas teorias a fim de localizar esta proposta numa possível brecha na literatura, que muito pouco se debruça nos estudos da *cultura política das elites partidárias*.

O segundo capítulo teve por finalidade destacar da vasta literatura que acolheu o Partido dos Trabalhadores como tema, aqueles aspectos que permearam a história do partido se apresentando como dilemas internos, questões e temáticas norteadoras do seu processo de institucionalização. Foi a avaliação dos dirigentes acerca destas *questões-chave* que nos permitiu analisar o que aqui tratamos de *cultura política*.

No capítulo terceiro traçamos os aspectos peculiares do processo de fundação do PT-PR. Além de se apresentar como um esforço inédito, uma vez que poucos

trabalhos podem ser encontrados sobre o partido naquele estado por esta ótica, esta seção apresenta-se fundamental nesta investigação, uma vez que é da discussão presente nela que se fundamentam as hipóteses deste trabalho.

Os capítulos 4 e 5 apresentam a parte empírica do trabalho e se voltam diretamente para o teste das hipóteses aqui levantadas. No capítulo 4 apresentamos a caracterização de nossos dados, e iniciamos nossas análises buscando identificar se os dirigentes do PT-PR reconhecem alguma especificidade na atuação do partido no estado e como avaliam este fato; por fim abordamos já numa perspectiva comparada a opinião dos petistas acerca do processo de transformação do PT ao longo dos anos. O capítulo 5 traz uma análise mais detida das questões-chave aqui elencadas e discorre amplamente sobre a opinião e avaliação dos dirigentes – petistas médios e lideranças do PT-PR – acerca dos conceitos de democracia e socialismo; da relação do PT com os movimentos sociais (Esta relação mudou? Por quê? Como?); da relação do partido com as bases, de como estas são identificadas atualmente pelos dirigentes; e por fim, buscamos compreender qual a leitura dos entrevistados a respeito do PED.

Nas considerações finais buscamos compilar as discussões anteriores dando respostas a nossa pergunta central e ainda apresentamos algumas considerações passíveis de responder em que medida alguns traços da avaliação do PT acerca do processo histórico da construção democrática brasileira influenciou na construção de uma cultura política democrática e participativa.

1. Cultura Política e Teoria das Elites: uma interface teórica possível para se pensar os partidos políticos

Introdução

A finalidade do capítulo que segue é elucidar elementos conceituais que sustentem teoricamente a pesquisa ora proposta. Levando em consideração nosso objetivo principal de analisar os valores políticos dos dirigentes petistas do estado do Paraná, propomos aqui trazer à tona uma discussão que justifique a importância de mais um estudo acerca do Partido dos Trabalhadores, tendo como pilares reflexões sobre Elites Partidárias e, em especial, a Cultura Política deste grupo.

O que se tem verificado, como discorreremos melhor mais adiante, é que os estudos culturalistas clássicos e mais constantes não deram grande ênfase até o momento – no montante de sua trajetória como abordagem teórico/metodológica – em identificar, compreender e/ou analisar a cultura política no interior dos partidos políticos tomando estes e os indivíduos que os compõem como atores chave para construção dos sistemas partidários e também da sustentação dos regimes políticos.

Visamos, portanto, responder neste momento às questões teóricas pontuais. Sendo assim, o capítulo está dividido em três seções. Na primeira buscamos esclarecer pontos como: o que são, como se delimitam e por que estudar elites partidárias? Qual a importância em se investigar a cultura política destas elites? Num segundo momento abrimos espaço para um breve debate dos estudos culturalistas no Brasil a fim de elucidar o quão escasso ainda se fazem as análises de Cultura Política partidária. Por fim, no último tópico no que se pretendeu foi situar nosso objeto neste pano de fundo teórico mais amplo. De modo que se explicitou a relevância de propor um estudo deste tipo com foco no Partido dos Trabalhadores, delimitando ainda o que se compreende por “elite” neste partido, assim como o que se pretende analisar quando propomos uma análise da cultura política desta.

1.1.Elites Partidárias e Cultura Política

Mesmo que a literatura sobre partidos políticos afirme que os estudos acerca das organizações partidárias são escassos, mais restritos ainda se apresentam as discussões sobre as elites no interior das agremiações, não obstante a referência a estas esteja frequentemente presente no debate organizativo. O que se pode visualizar na maioria das vezes é de um lado uma gama de estudos de cunho organizacional, e de outro uma agenda de pesquisa sobre elites que se apresenta bastante rica, sobretudo em se tratando de elites econômicas e elites políticas – estas últimas entendidas na maioria dos casos como aqueles que ocupam cargos político-institucionais. Porém, há grande ausência de reflexões sobre as elites partidárias – *quem são e o que pensam* os indivíduos que as compõe.

No primeiro caso, apresenta-se como referência pioneira Ostrogorski (1902), que analisou a emergência do partido moderno na Inglaterra e nos Estados Unidos, assim como o trabalho clássico de Michels (1911) no qual o autor desenvolve o conceito de “Lei de Ferro das Oligarquias” se apresentando como um esforço muitíssimo rico – e até hoje quase insuperável – de analisar a formação destes grupos seletos que segundo ele passam a comandar os partidos.

As fontes de Michels advêm sem dúvida de autores que integram o que podemos chamar de Teoria das Elites. Os pais precursores desta teoria são inegavelmente Mosca (1896) – em seu livro "Elementi di Scienza Política" (1896) – e Pareto (1906; 1916) – em seu “Manual de Economia Política” e “Tratado de Sociologia Geral” (Grynszpan, 1996; Hollanda, 2011).

O primeiro autor faz considerações importantes sobre o elitismo na sociedade e aponta para o fato de que, segundo ele, em toda sociedade há sempre uma divisão em que uma minoria governa uma maioria. Para ele,

A primeira, que é sempre a menos numerosa, executa todas as funções políticas, monopoliza o poder e goza das vantagens que lhe estão associadas; enquanto a segunda, mais numerosa, é dirigida e regulada pela primeira de um modo mais ou menos legal, ou mais ou menos arbitrário e violento, e fornece-lhe, pelo menos aparentemente, os meios materiais de subsistência e os que são necessários à vitalidade do organismo político (Mosca, 1896, p. 1).

Neste sentido, Mosca considera que é o poder e capacidade de organização que distingue os governantes dos governados, seja qual for o regime político que se apresente: ditaduras ou democracias.

Já Pareto, ao contrário de Mosca – que supunha haver uma única classe dirigente a todos os aspectos importantes da sociedade como, por exemplo, econômicos, ideológicos e políticos – afirmou a existência de diferentes classes de elites sendo que as mais importantes para o autor seriam a elite econômica e a elite política. O legado de Pareto foi, contudo, afirmar que as elites se formam, pois os homens são naturalmente desiguais. O autor, segundo Grynszpan (1999, p. 173), “formulou o conceito de elite a partir da demonstração da inevitabilidade da desigualdade social, fundando-a, porém, no que era uma distinção essencial em relação às não-elites”, mas que por outro lado, identifica como processo mantenedor destes grupos sempre no poder, o que chama de “circulação de elites” que de tempos em tempos se renovam pois competem entre si.

A história para Pareto, diante disso, nada mais era do que um movimento cíclico de alternância de elites. A cada elite que galga o poder corresponderia um período de equilíbrio, seguido de um processo inexorável de decadência e de ascensão de uma nova elite (Grynszpan, 1996, p. 174-175).

Foi, então, baseado nestas discussões que R. Michels (1911) elaborou uma vasta reflexão sobre o desenvolvimento partidário – "Partidos Políticos: um Estudo Sociológico das Tendências Oligárquicas da Democracia Contemporânea" – e, ao analisar a trajetória do Partido Social-Democrata Alemão (SPD), afirmou que todo partido tende a criar uma elite interna à medida que sua organização passa a se complexificar e exigir indivíduos dotados de conhecimentos específicos para cada atividade. Para ele (s/d, p.247), a partir de uma análise mais generalista, “(...) a organização é a fonte de onde nasce o domínio dos eleitos sobre seus eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que delegam. Quem diz organização, diz oligarquia”. Neste sentido, o que ele considera como Lei da oligarquização – tendência a centralização e a burocratização com conseqüente afastamento das massas – seria uma condição natural de todo partido, e faria parte deste grupo seletivo fundamentalmente aqueles indivíduos que acumulam certa expertise no interior do partido referente não só ao tempo, mas também ao conhecimento acumulado acerca dos trâmites partidários, o que lhe confere um caráter profissional indispensável para a organização.

As referências que intentam testar a Lei das oligarquias de Michels são muitas e se referem em várias partes do mundo a diversos partidos políticos e diferentes tipos de organizações. O Brasil, por sua vez, não fica atrás. Aqui, os estudos que relacionam a teoria de Michels são vários – sejam em relação a análise dos movimentos sociais, dos sindicatos e dos partidos¹¹.

A linhagem acerca do aspecto organizacional dos partidos políticos recebeu nova contribuição apenas nos anos 50 do século XX, quando Maurice Duverger apresentou sua elaboração teórico-metodológica considerando os partidos como *organismos*. Para o autor os partidos devem ser considerados e compreendidos levando em consideração diversos aspectos, dentre os quais se destaca sua origem. Esta, segundo ele, fator de grande importância no seu processo de desenvolvimento assim como sua estruturação, relação dos membros, ações e funções parlamentares. A partir disso, segundo ele, haveria ao menos dois modelos de organização – *partidos de quadros* e *partidos de massas*.

Mais recentemente o italiano Angelo Panebianco (1995) atualizou os estudos acerca das organizações partidárias e dentre os muitos vértices do “modelo de partidos” por ele estabelecido, encontramos algumas considerações que baseadas em Michels são pertinentes para que possamos fazer a opção pelo estudo do que podemos chamar de uma “elite partidária”. Trata-se da formulação do que denomina de “Coalizão Dominante” existente na estrutura interna dos partidos.

Caberia, portanto, aos líderes¹² que compõem este grupo o papel de distribuir incentivos aos membros do partido – sejam estes *incentivos coletivos*, ou ideológicos, que em geral abrange todos os participantes, sejam eles *incentivos seletivos*, que pressupõe critérios de benefícios a apenas alguns deles. A distribuição destes ditos “benefícios” se coloca nas mãos de tais indivíduos porque eles possuem o controle do que o autor chama de “zonas de incertezas”.

De acordo com ele (1995, p. 84-89), “seis son, esencialmente, los factores en torno a los cuales se desarrollan actividades vitales para la organización”:

1) “*a competência*”, da qual podemos considerar que deriva todas as outras – referente a competência dos atores em lidar com as zonas de incerteza, além disso trata-

¹¹ Ver: Moraes (1994), Sarti (1996), Silveira (2003), Abramovay (2006), Araújo (2004), Ribeiro (2009).

¹² Vale aqui destacar que Panebianco utiliza ao longo de seu texto os termos “líderes”, “elites” e “dirigentes” sem variação semântica.

se do “reconocimiento, por parte de los demás actores organizativos, de que algunos poseen las cualidades idóneas para desempeñar ciertos roles”;

2) “*as relações com o ambiente externo*” – significa “controlar una decisiva fuente de incertidumbre para la organización. Estipular, o redefinir, o alimentar alianzas con otras organizaciones, o bien establecer los temas sobre los que se entablará el conflicto con ellas, son sólo algunas de las numerosas tareas en la gestión de las relaciones con el entorno (...)” – incluem-se, portanto, a elas a formação de estratégias eleitorais, estabelecimento de alianças, etc;

3) “*a comunicação interna*” – que cabe aquele que possui capacidade de “distribuir, manipular, retrasar o suprimir la información”;

4) “*o controle das regras organizativas*” – o que significa “fijar el ‘campo de juego’, elegir el terreno en el que se desarrollarán los conflictos, las negociaciones o los juegos de poder con los actores organizativos”;

5) “*as fontes de financiamento*” – função destinada àquele que controla “los canales a través de los cuales afluyen el dinero que sirve para financiar la organización”;

6) “*o recrutamento político*” – tem como funções “decidir sobre quién puede o no entrar a formar parte de la organización (...) decidir sobre quién, de entre los muchos (...) hará carrera en alguna de las ramas de la organización, y cuáles son los requisitos para ellos”.

Sendo assim, seguindo o princípio de Michels e Duverger, Panebianco afirma que “los principales recursos del poder tienden a concentrarse en manos de grupos reducidos”. No entanto, o que diferencia a “coalizão dominante” das “oligarquias”, por exemplo, são três razões, a primeira é a capacidade de negociação que o responsável por uma ou mais zonas de incertezas deve ter para lidar com os outros atores; a segunda, é que a coalizão dominante não se restringe aos limites internos da organização, pois “el poder organizativo en un partido no está necesariamente concentrado en los cargos internos o partidários del propio partido”, já que passam a integrar governos e compõem parlamentos; e por fim pelo fato de não se restringir aos líderes nacionais, pois “compreende tanto a los líderes nacionales como a un cierto número de líderes intermedios y/o locales” (Panebianco, 1995, p. 89-90).

Além disso, o autor chama atenção para mais um papel crucial destas lideranças:

De hecho, los líderes son, por definición, los que, al controlar las zonas de incertidumbre más vitales, pueden imponer con mayor fuerza sus objetivos. Por tanto, los compromisos entre las distintas demandas que surgen en la organización, por una parte, y la exigencia de estabilidad, por otra. Es de ese compromiso de donde surge la articulación de los fines y el que hace inteligibles los comportamientos y las actividades de las organizaciones (...) (Panebianco, 1995, p. 103).

Cabe, assim, a eles a elaboração das metas ideológicas do partido no seu momento de formação, ou seja, a seleção dos “valores-clave” a serem seguidos e a criação de “una estructura social que los incorpore”. Por outro lado, quando o partido já se encontra institucionalizado, cabe a estes mesmos líderes a função de articular os fins da organização, ou seja, a habilidade de mediar os fins oficiais com a incorporação de novos fins que objetivam o fortalecimento da mesma.

Ora, deste modo, se considerarmos que para os “clássicos” como os já citados Ostrogorski, Michels e até mesmo Weber, para além do postulado de Schattschneider (1942) a democracia moderna e representativa não existe sem partidos políticos, somos impelidos a concordar com a advertência de Duverger de que a existência de partidos políticos tal como assimilado hoje, está associado ao modelo específico de democracia representativa e à expansão do sufrágio.

Sendo assim, não podemos dissociar a reflexão acerca deles de sua relação com a sociedade. Como afirma Cardenas Gracia (2001, Presentación):

En las sociedades modernas y democráticas los partidos políticos juegan una serie de relevantes funciones para la sociedad y el Estado. Baste referirse a su importante contribución a los procesos electorales y a la integración de las instituciones de representación y de gobierno, en que los partidos son actores fundamentales; a la socialización política, a la formación de la opinión pública, o a la dinámica del sistema de partidos que ofrece a la ciudadanía diversas opciones de proyectos y programas políticos, al tiempo que permite un juego institucional de pesos y contrapesos necesario a la vida democrática

Quando nos referimos à interface entre Estado e Sociedade civil, mobilizamos dois âmbitos de análise da Ciência Política. Segundo José Álvaro Moisés haveria duas abordagens possíveis. De um lado, os estudos mais frequentes que possuem fortes referências aos trabalhos clássicos e encaram a cultura política como “uma variedade de atitudes, crenças e valores políticos – como orgulho nacional, respeito pela lei, participação e interesse por política, tolerância, confiança interpessoal e institucional – que afeta o envolvimento das pessoas com a vida pública” (Moisés, 2008, p. 16). E de outro, uma perspectiva institucional que se propõe

a avaliar a institucionalização da democracia a partir de dados sobre eleições, competição entre partidos e o funcionamento dos sistemas

presidencialista e parlamentarista, utilizando-se de indicadores agregados de instituições políticas, desempenho de governos ou a relação entre o Executivo e o Legislativo. O que conta para essa perspectiva não são os valores políticos ou a orientação normativa dos indivíduos, mas a eficácia das instituições com relação a fins almejados pelos atores políticos (Moisés, p. 16).

Seja aquele que enfoca o lado social – da “formação de opinião pública, representação de interesses e legitimação do sistema”; seja o lado institucional – “como recrutamento e seleção das elites políticas e formação dos principais órgãos do Estado” (Cardenas Gracia, 2001; Linhares e Viscarra, 2009), considerando o exposto acima, do vínculo fundamental entre *partidos políticos* e *sociedade* nas democracias representativas modernas, trata-se de um esforço bastante valioso aliar as duas abordagens ao que se refere aos estudos partidários.

No Brasil, em particular, esta perspectiva tem ganhado certo espaço dentre estudos que objetivam compreender a relação do vínculo dos cidadãos com os partidos políticos, nível de confiança e identidade partidária, assim como motivações de voto (Baquero, 2000; Sell e Borba, 2006; Nazzari, 2006, Baqueiro e Borba, 2008; Ribeiro, Carreirão e Borba, 2011).

Tais estudos possuem filiação na teoria clássica da Cultura Política que teve início no bojo das transformações ocorridas no ambiente político do pós-guerra em meados do século XX e de toda a rearticulação política, social e econômica pela qual as nações de todo o mundo passaram. Tais transformações foram responsáveis também por grandes “revoluções” no campo das Ciências Humanas e Sociais. A principal delas, sem dúvida foi a “revolução comportamentalista”.

Segundo Peres (2008) a ascensão dos estudos *comportamentalistas* em oposição ao *institucionalismo* se deu em meados dos anos 50 na busca de maior cientificidade às análises que levassem em consideração características e traços marcadamente psicológicos da motivação das atitudes políticas dos atores. O novo contexto político-organizacional atrelado ao surgimento de novas democracias, e as novas formas de relacionamento entre os países, exigiu dos intelectuais certa reelaboração dos preceitos teórico-metodológicos para dar respostas mais concretas às questões emergentes neste cenário (Rennó, 1997; Peres, 2008)

Ribeiro (2011, p. 69) afirma que

Como sua proposta de superação dos limites estritamente institucionais a abordagem culturalista tem ganhado bastante destaque nas últimas décadas e

tem tornado comum o emprego de termos como capital social, confiança interpessoal, cultura cívica e cultura política, tanto dentro quanto fora da academia.

O autor alerta também para o fato de que “os determinantes culturais” não são recentes, mas afirma que “sua sistematização como programa de pesquisas” data da segunda metade do século XX. Assim, tendo como pano de fundo as movimentações no âmbito intelectual acima descritas, os estudos da chamada Cultura Política tiveram como precursores G. Almond e S. Verba com a publicação de *The Civic Culture* (1963). Não cabe aqui nos estendermos exaustivamente acerca da teoria culturalista, mas é primordial destacar que estes primeiros estudos tinham como primazia encontrar fundamentos para a estabilidade da democracia. Os autores iniciam o livro anunciando que se trata de “um estudo da cultura política da democracia e da estrutura social e processos que a sustentam” (Almond e Verba, 1989, p. 1). Isto porque, o pós-guerra trazia para o mundo a emergência de uma nova cultura. Uma vez estabelecidas as bases econômicas desta cultura nos Estado modernos, baseados na organização burocrática e tecnológica, o desafio que estava posto era determinar o caráter político que ela teria. Em defesa da democracia eles afirmavam que o estabelecimento e sustentação de um sistema como este dependia de uma forma institucional específica e também de uma Cultura Política consistente.

Ainda que no decorrer do texto Almond e Verba (1989) venham a defender uma Cultura Política baseada na participação, – a *Civic Culture* – assim como outros teóricos da época, os autores definem de forma genérica que o uso do termo “Cultura Política” refere-se à orientação e atitudes específicas que contam com um processo de internalização cognitiva, sentimentos e avaliação das normas e valores oferecidos no processo de socialização aos membros de uma nação (Almond e Verba, 1989).

Neste sentido as chamadas agências socializadoras – família, escola, trabalho¹³ – possuem forte influência na formação política dos indivíduos. A socialização,

¹³ Segundo Almond e Verba (1989), durante a primeira fase da vida do indivíduo, a infância, a família é a agência socializadora que, de modo geral, influencia a formação política de maneira mais marcante. Trata-se do primeiro modelo de autoridade ao qual a criança está exposta. E, é na convivência familiar que ela tem o primeiro contato com conteúdos políticos. Além de ouvirem constantemente a opinião dos pais a respeito dos governantes, do governo e do sistema político, o núcleo familiar constitui-se de uma hierarquia que relaciona adultos e crianças e determina o nível de participação (tomada de decisões ou possibilidade de contestar as decisões) que as últimas podem ter. No entanto, a família não é a única fonte de formação política básica. Outras instituições tais como a escola, organizações como igrejas e associações de convívio constantes, além do ambiente de trabalho também fornecem como que um treino para as experiências políticas às quais os indivíduos estarão expostos posteriormente.

portanto, é a forma pela qual as novas gerações absorvem a cultura cívica, em grande parte, das gerações passadas. Disto decorre a importância de se constituir uma cultura política sólida. Cultura esta que, nos regimes democráticos, dá suporte à estabilidade do governo e ao bom funcionamento de sua estrutura (Almond e Verba, 1989).

Isto porque, o modelo de democracia sugerido por eles congrega uma relação amistosa entre, o que podemos chamar de governantes e governados. Representantes de elites e não elites. Para eles, mesmo que defendam e teorizem sobre o processo de formação política dos indivíduos, nem todos se interessam em participar das decisões o tempo todo.

Disso decorre que no interior dos sistemas democráticos integram, além das elites, cidadãos ativos e passivos. Ou seja, aqueles que podem participar, e aqueles que não podem. Assim como aqueles que querem participar, e outros que não querem participar de todos os processos. Todos eles compartilham da mesma cultura política, e este seria o “segredo” da democracia. Pois, apesar de nem todos os cidadãos participarem diretamente do sistema político constantemente, eles estariam aptos para isto (Almond e Verba, 1989).

No entanto, esta participação não é direta nem constante. E a estabilidade da democracia também se resvala disso: na capacidade e disposição dos governos em responderem às demandas e interesses dos cidadãos, como forma não só de lhes satisfazerem como também é a maneira pela qual os indivíduos têm a percepção de sua capacidade de influenciar as decisões e ajam sempre com essa certeza (Almond e Verba, 1989).

Neste sentido, pode-se dizer que os sujeitos individuais orientam-se positiva ou negativamente em relação ao sistema político. Este último, por sua vez contaria, segundo eles, com uma organização estruturada em três partes: a estrutura composta pelo legislativo, executivo e burocratas; os responsáveis por cada um destes

No caso da escola, o modelo autoritário hierárquico se constitui muito similarmente ao da família. Mas ao contrário do que encontramos no interior destas, nas escolas a abertura para que os indivíduos participem de discussões e debates pode ser muito maior. Tais oportunidades são de grande importância para que o indivíduo construa sua autonomia política e caracterize-se como cidadão ativo. De acordo com os autores, quanto maior a oportunidade de participação e tomada de decisões em experiências, ainda que particulares maior será a capacidade subjetiva de generalizar e estender tais vivências para a vida política.

Neste sentido encontra-se também a importância da participação no trabalho. A partir dela os indivíduos podem construir seu senso de confiança em si mesmo e em sua capacidade de opinar, discutir e influenciar decisões.

componentes e as políticas públicas oferecidas por eles. De modo que estas últimas às quais se incluem tomadas de decisões dependem da relação entre o processo político (*input*) – que se trata basicamente das demandas sociais e influências de grupos de interesses e da mídia, por exemplo – e o processo administrativo (*output*) – referente às políticas aplicadas, predominantemente pelo corpo burocrático. Portanto, segundo os autores, o grau de orientação cognitiva, afetiva e avaliativa que o grupo de indivíduos possui em relação ao quadro de “*input*” influenciará a variação do tipo de Cultura Política daquela sociedade¹⁴.

A partir disso, Almond e Verba definem Cultura Política como um “conjunto de orientações subjetivas de determinada população. Inclui conhecimentos, crenças, sentimentos e compromissos com a realidade política” (Rennó, 1997, p. 71).

Estas discussões iniciais acerca da Cultura política não ficaram imunes a questionamentos ao longo das décadas que sucederam a publicação de *The Civic Culture*.

Segundo Rennó,

as principais causas de polêmica em torno dos estudos de cultura política nos últimos anos são as seguintes: 1) definições sobre os conteúdos das culturas políticas; 2) controvérsias sobre a separação entre cultura política e estrutura política; 3) dúvidas sobre o caráter causal dessa relação (Almond, 1980, p. 26). Vale destacar que essas três questões estão intimamente associadas (Rennó, 1997, p. 74).

Para Rennó (1997) a questão da relação entre cultura política e estrutura política deriva justamente do fato de que, de acordo com a análise de autores como Street (1993), Almond e Verba criam uma relação causal entre ambas, de modo muito confuso e perigoso em que a estrutura política seria efeito da cultura política de determinado país.

Além disso, como bem pontua Romano (2008, p. 40),

a cultura política de uma determinada sociedade seria aferida com base em critérios pautados na relação democrática estabelecida por seus atores e

¹⁴ De acordo com Almond e Verba (1989) a *Cultura Política Paroquial*, possui a mínima especialização política entre os indivíduos, uma vez que existe pouca ou nenhuma diferenciação nos campos da política, economia e cultura, como é o caso das sociedades primitivas. A *Cultura Política Sujeita*, é caracterizada pela passividade dos indivíduos em relação às ações do governo, havendo maior orientação, portanto, do processo de *output*. E por fim a *Cultura Política Participativa* que é aquela em que os membros são orientados tanto para os aspectos de *input* como para os de *output* e possuem geralmente uma postura mais ativista, com capacidade de avaliar positiva ou negativamente os objetos políticos que compõem o sistema e contestá-los quando necessário.

instituições, num contexto histórico específico, contudo, os itens a serem cumpridos obedeciam a convenções elaboradas previamente, a partir de um “tipo ideal” de democracia, da qual, vale dizer, os norte-americanos seriam os que mais se aproximariam dos moldes fixados por Almond e Verba. Como uma variável de pouca ou quase nenhuma mobilidade, a noção de cultura política poderia ser aplicada pelos estudos empíricos como uma régua universal para quaisquer casos democráticos, numa palavra, como uma variável independente.

A formação da cultura política, por sua vez, que para Almond e Verba é proveniente da socialização, também é posta à prova por críticos que encaram tal fenômeno – qual seja a constituição da cultura política – como muito mais complexo que a descrição dos autores. Neste sentido,

propõe-se a adoção de uma abordagem interpretativa, baseada na interconexão entre estrutura política e cultura política, na qual essa última assume uma posição constitutiva da ação política, e não meramente instrumental, visto ser essa uma parte central na vida do cidadão e não apenas uma disposição frente a políticas públicas (Romano, 2008, p. 76).

Se, como nós nos referimos, a cultura política para Almond e Verba diz respeito às *orientações* e às *atitudes específicas* dos indivíduos, nesta direção os críticos propõem que seria preciso se ter um conhecimento mais sólido sobre a formação da cultura política que, por sua vez “*molda a ação*”. E tal percurso explicativo estaria além de somente entender o processo de socialização.

Isto porque fatores como o nível de educação, padrões econômicos e grupos de convivência social, assim como fatores regionais e culturais, tenderiam a afetar diretamente os padrões da cultura política. Os autores falam, mas não se preocupam em entender o que determina tais variações nas condições objetivas da população. Quanto a isto, Rennó (1997), trabalha com “uma proposta de análise da cultura” feita por Ruth Lane (1992), para a qual uma melhor caracterização das sociedades se dará com a inclusão de estudos das subculturas políticas de cada uma delas. Tornando assim os estudos culturalistas um método de análise que deve levar em conta a heterogeneidade cultural, assim como de contextos históricos, econômicos, políticos e sociais específicos de cada nação.

Ao analisar a cultura política na relação entre partidos políticos e movimentos sociais na América Latina, Dri (2009) também chama atenção para o caráter não homogêneo da Cultura Política e afirma:

O fato de se poder falar em cultura política em termos de macroanálise, em uma ótica global das relações sociais, não indica que ela representa algo homogêneo. “A cultura política de uma dada sociedade é normalmente constituída por um conjunto de subculturas, isto é, por um

conjunto de atitudes, normas e valores diversos, amiúde em contraste entre si” (Sani, 2004, p. 307). No caso da América do Sul, é possivelmente no âmbito da cultura política, mais do que no seio das vias democráticas institucionais, que se verificam as maiores disparidades entre os países. Por outro lado, um mesmo Estado congrega diferenças marcantes entre as culturas políticas de suas próprias regiões, por vezes mais acentuadas do que a diversidade com relação a outros países. Essas assimetrias nacionais surgem, por exemplo, em decorrência de diferenças linguísticas, históricas, geográficas, étnicas e econômicas. (Dri, 2009, p. 36)

Por fim, diante do exposto, o que se observa a partir da formulação da teoria culturalista é que o grande volume de trabalhos que vem sendo desenvolvido a partir dela tende a protagonizar a utilização de *surveys*, por meio dos quais se mede o engajamento dos cidadãos em relação aos regimes políticos e suas funcionalidades e instituições. Tal tendência se estende desde Almond e Verba (1963), perpassando por inúmeros outros trabalhos focando diversas regiões do mundo como Inglehart (1990, 1999), Diamond (1994), Putnam (1996), Norris (1999), Lijphart (2003), etc.

Acerca disso, Gimenes (2011, p. 30) pontua:

A maior parte dos estudos recentes que seguem a abordagem culturalista tem se mantido fiel à tradição estabelecida por Almond e Verba no que diz respeito à focalização de unidades nacionais, sem distinguir grupos ou subgrupos. Esses estudos têm sido realizados a partir de *surveys* nacionais e terminam por estabelecer um quadro da cultura política de uma sociedade como um todo.

1.2. Abordagens culturalistas no Brasil

Se levarmos em consideração a Cultura Política como traços da postura política de uma dada sociedade que tende a marcar suas ações ao longo da história ou certo período dela, pensar em cultura política no Brasil é certamente também se remontar a estudos que antecedem aqueles que buscaram fundar uma escola própria com delimitações teóricas e metodológicas. Desde a primeira metade do século XX, estudiosos buscavam encontrar no “povo brasileiro” estas características próprias da nação¹⁵.

No entanto, E. Ribeiro (2008, p. 67) destaca que no Brasil, inseridos à filiação clássica da Cultura Política, há a existência também de dois grupos, ao afirmar que:

Os Brasileiros e a Democracia, de José Álvaro Moisés (1995), representante do primeiro grupo, permanece como a mais completa descrição e análise do conjunto de valores, crenças e atitudes partilhadas pela população brasileira.

¹⁵ Como por exemplo, Freyre (1933), Holanda (1936).

Entretanto, interessantes análises em nível estadual têm também sido realizadas (Castro, 1995; Baquero e Castro, 1996).

No segundo grupo, várias são as pesquisas que buscam estudar estratos específicos da população, merecendo destaque os estudos sobre jovens e adolescentes (Baquero, 1997; Nazzari, 2002; 2006), elites políticas (Lima e Cheibub, 1996) e membros de conselhos gestores de políticas públicas (Fuks, Perissinotto e Ribeiro, 2003)

Moisés (1995), por exemplo, um dos principais expoentes dos estudos da cultura política dos brasileiros, iniciou suas investigações acerca do tema com estudo que abrangeu o período de 1974 a 1985 no qual identifica a rejeição ao regime militar devido principalmente à postura repressiva e à crise econômica. Tais fatores teriam sido os impulsionadores dos movimentos de massa e conseqüentemente da oposição à Ditadura, reservando assim um posicionamento favorável e desejável ao regime democrático, apesar de ter identificado também certa postura de desconfiança dos cidadãos em relação às instituições democráticas (Moisés, 1995).

Após indícios de que os brasileiros ainda mantinham certa desconfiança nestas instituições (Moisés, 2005), o autor retorna ao tema e escreve sobre “*Cultura Política, Instituições e Democracia*” (Moisés 2008), artigo no qual objetiva “descrever e analisar as orientações dos cidadãos brasileiros a respeito da democracia e suas instituições, tendo por base sua experiência prática com esse regime nos últimos vinte anos” (Moisés, 2008, p. 11). O que o autor verifica é que apesar de os fatores políticos terem passado a importar mais aos cidadãos que os fatores econômicos, “o grau de incongruência existente entre a oferta institucional de democracia e a demanda cultural dos cidadãos pelo sistema não está sendo superado com o passar do tempo” (Moisés, 2008 p. 11).

Este quadro, segundo ele tenderia a gerar um “ambiente favorável a que os membros da comunidade política se sintam descomprometidos com a vida pública, podendo recusar-se a cooperar com as diretrizes do Estado ou ignorar as leis e as normas que regulam e organizam a vida social e política” (Moisés, 2010, p.12). Diante disso, um segundo grupo de análises integra aqueles estudos que vertem a outro enfoque bastante comum que tomam como base os valores políticos de subgrupos da sociedade tendo como unidade de análise os representantes de uma dada elite, seja ela econômica, social ou política, ou seja, daqueles que têm posicionalmente o poder de gerir a política formal. Dentre estes se verifica grande destaque às elites parlamentares ou elites formadas por representantes de entidades e instituições, sejam tais análises em

nível internacional comparado¹⁶, sejam comparações entre esferas da federação¹⁷, ou estudos de nível nacional¹⁸, estaduais¹⁹ ou regionais/municipais²⁰.

No entanto, os questionamentos partem sempre de aspectos relacionados à composição, aprofundamento, consolidação e estabilidade da democracia. Analisam assim, como os traços dos valores políticos destes grupos se relacionam à legitimidade das instituições políticas e das regras do jogo pelos atores políticos, traduzindo-se em disposição participativa e confiança dispendidas ao regime democrático e sua estrutura institucional.

Se Moisés (2008) ao identificar certa desconfiança dos cidadãos em relação às instituições apontou ligeira preocupação com o que podemos chamar de *qualidade da democracia*, estudos recentes com representantes das elites parlamentares – sejam eles deputados ou vereadores – demonstram que eles identificam fortemente nosso regime como democrático, como também há grande adesão de que seu aprofundamento perpassa por conteúdos sociais além de reconhecerem a importância dos partidos políticos, eleições livres e periódicas, assim como a importância do arcabouço institucional (Felisbino e Kerbaudy, 2010; Felisbino e Kerbaudy, 2012b).

A partir disso, pensando-se para além dos enfoques que já vêm sendo dados nas investigações acerca da relação entre partidos políticos e cultura política dos cidadãos, ou então das opiniões das elites partidárias em relação também ao regime (Hilman e D’Agostino, 2000; Veiga, 2007; Venturi, 2010) ou de sua distribuição no espectro ideológico direita/esquerda (Braunert e Almeida, 2007; Gouvêa, 2007) , como poderíamos tratar da cultura política do próprio partido político enquanto ator político? Seria possível considerarmos uma intersecção entre as abordagens culturalistas e institucionais e pensarmos então como agem e o que pensam os indivíduos que se encontram no interior e no comando destas instituições caras à democracia, como o próprio partido político?

R. Dahl (2012) compreenderia isso como absolutamente possível, já que para o autor as crenças dos ativistas políticos são primordiais na influência e adesão da população em relação aos regimes políticos ao afirmar que elas “são um estágio

¹⁶ Felisbino (2005); Felisbino(2008); Felisbino (2011).

¹⁷ Felisbino e Kerbaudy (2010); Felisbino e Kerbaudy (2012).

¹⁸ Felisbino (2007).

¹⁹ Perissinotto e Braunert (2007); Perissinotto e Costa (2007); Felisbino e Kerbaudy (2011).

²⁰ Tonella (2008); Gimenes (2011); Felisbino e Kerbaudy (2012b).

decisivo nos complexos processos pelos quais as seqüências históricas ou as clivagens subculturais, por exemplo, são convertidas em sustentação de um tipo ou outro de regime” (Dahl, 2012, p. 127). E, a partir da lógica exposta pela figura abaixo, o autor se atem demoradamente em compreender os fatores que determinam as crenças políticas, e como estas motivam ações que influenciam este ou aquele regime político.

Figura 1.1 – Relação entre crenças políticas e ações políticas



Fonte: adaptado de Dahl, 2012, p. 127

O argumento central do autor é o de que “as crenças individuais influenciam as ações coletivas e, com isso, a estrutura e o funcionamento de instituições e sistemas”. Ele argumenta ainda que crenças políticas não se dissociam do “conhecimento” e assim sendo são responsáveis pela estruturação de “pressupostos sobre a realidade, sobre o caráter do passado e do presente” além das expectativas sobre o futuro e da “compreensão dos ‘comos’ e ‘porquês’ da ação” (Dahl, 2012, p. 128-129). Ao se referir às crenças individuais refere-se certamente a qualquer pessoa ou grupos delas, por isso observa que ao tratar especificamente das crenças do ativistas o faz por que estes estariam mais “envolvidos na ação política” detendo “maior poder político manifesto ou implícito”. Destaca ainda que, “este enfoque não significa que as crenças presentes nas camadas menos influentes sejam irrelevantes, mas apenas que uma abordagem mais consistente pode ser feita tratando-se das crenças da camada politicamente mais atuante e envolvida como um importante fator explanatório” (Dahl, 2012, p. 129). Pois, “as opiniões de ativistas e líderes provavelmente são mais decisivas do que de outras pessoas” (Dahl, 2012, p. 132).

O debate desenvolvido até aqui converge para as proposições de Dahl ainda no sentido de que, segundo ele,

apesar de estudiosos da cultura política chamarem a atenção para as diferenças entre culturas políticas de elite e massa, eles se concentram principalmente nos aspectos mais difundidos e difusos da cultura política amplamente partilhada de um país; até agora, eles deram muito menos atenção às crenças de elites e ativistas políticos. Consequentemente, sabemos pouco sobre as diferenças cognitivas de ativistas em diversos países (Dahl, 2012, p. 159)

Ainda que Dahl não se preocupe em distinguir, nem especificar detalhadamente *o que e/ou quem* considera como “elite”, “líder” ou “ativista”, se partirmos das considerações discutidas anteriormente, que os partidos políticos são hoje o tipo de instituição mais significativa na relação entre cidadão e formas de governo, em particular à democracia representativa, então, quais são e como se formam os valores de seus membros? Cabe-nos questionar como se fundam e se estabelecem valores comuns a subgrupos, como por exemplo, as elites partidárias. Tais valores são passíveis de mudanças? Quais fatores os influenciam?

Neste sentido o autor afirma que as crenças não estariam imunes à mudanças e substituições. Sendo que, os fatores aos quais estaria diretamente ligada a obtenção das crenças seriam: o período de exposição do indivíduo a uma determinada ideia; o prestígio que os defensores desta ideia possuem junto ao indivíduo – contando aqui, por exemplo, o sucesso ou fracasso que a prática delas teve – além de a coerência que as novas ideias possuem em relação às anteriores, e também as experiências do indivíduo.

A dinâmica dos sistemas políticos e partidários não é composta apenas por indivíduos que saem dos partidos para integrarem as esferas de representação. Cabe-nos, portanto, um questionamento mais detido sobre o comportamento das elites partidárias, como agem e o que pensam e formulam os dirigentes. Pois, como também já vimos, Panebianco atribui significativo peso ao papel das elites intra-partidárias para a tomada de decisões e rumos dos partidos, mas poucos são os casos em que se busca compreender, ou identificar não apenas quem são os integrantes desta elite, como também seus valores políticos.

1.3.O Partido dos Trabalhadores sob a perspectiva culturalista

O Partido dos Trabalhadores é um dos objetos de estudo mais visados, principalmente no quadro de estudos partidários no Brasil. Sua formação peculiar e trajetória marcada por diversas controvérsias e desafios não o impediu de alcançar o cargo máximo da República. Pelo contrário. Esta conquista última, no entanto, despertou particular atenção dos pesquisadores em encontrar os nexos de uma possível “transformação” do partido ao longo dos anos.

O capítulo seguinte focará de modo mais detalhado nas questões que foram mais destacadas nos estudos acerca do PT. De modo que esta seção resume-se ao objetivo de situar nosso objeto dentro da teia teórica levantada até aqui. O que se pretende é delimitar as seguintes questões: o que compreende a elite do PT atualmente? e o que compreendemos como Cultura Política do partido?

De forma objetiva em relação à primeira indagação, P. Ribeiro (2008) é taxativo ao afirmar que ao longo dos anos “a crescente profissionalização transformou o perfil dos dirigentes petistas” (P. Ribeiro, 2008, p. 143). De modo que

(...) em suma, a camada dirigente do PT se tornou mais profissionalizada, mais envelhecida e com maior nível de escolaridade. Os dados apontam para um padrão de *integração vertical* no recrutamento das elites do partido. Dirigentes, mandatários eleitos e quadros ocupantes de cargos de confiança nascem e crescem politicamente no interior do PT, ascendendo por meio de atividades políticas que, conformando uma carreira profissional, vão ao encontro dos anseios de ascensão social desses militantes (P. Ribeiro, 2008, p. 146 – grifos do autor).

Ainda que o PT tenha um grau de renovação maior que as demais agremiações nacionais, análises apontam para o fato de sua Executiva ser a instância menos aberta à entrada de novos militantes que o próprio Diretório Nacional, e que quando novos membros passam a integrá-la, com grande frequência já são membros com certo destaque por sua atuação no interior do partido. Em especial, este endurecimento da renovação dos dirigentes do partido é mais perceptível após o predomínio do Campo Majoritário na direção do PT, a partir de 1995 (Ribeiro, 2009).

No PT, a lei de ferro de Michels assumiu contornos peculiares, numa espécie de oligarquização “cirúrgica”, já que afetou principalmente os cargos estratégicos da máquina, centrais no controle das zonas de incerteza do partido. A oligarquização é o resultado previsível de um período em que a coalizão dominante desfruta de elevada coesão (Panebianco, 1995: 316-323). Esse foi o caso do Campo Majoritário entre 1995 e 2005, com sua coesão alimentada por processos internos de cooptação de dirigentes (Ribeiro, 2009, p. 24).

Ora, se o PT possui hoje uma estrutura hierárquica que confere aos seus líderes autonomia suficiente para tomada das principais decisões do partido, este grupo constitui, nos termos acima discutidos, uma elite partidária sobre a qual um estudo que a enfoque se torna amplamente justificável.

No entanto, qual instância partidária especificamente podemos considerar como *elite* no interior do PT na atual conjuntura organizativa do partido? O estudo mais completo referente à análise dos deslocamentos estruturais pelos quais passou o PT nos

seus primeiros 25 anos de história foi desenvolvido por P. Ribeiro (2008), em trabalho já citado. Neste, o autor afirma que

As Comissões Executivas do PT (de todos os níveis) rapidamente subverteram o papel formal que lhes é atribuído pelas regras internas. Elas passaram a acumular, na prática, as atribuições mais relevantes na estrutura do partido, concentrando funções e poderes efetivos, principalmente os relacionados à condução política cotidiana e às tarefas mais propriamente administrativas. Tornaram-se as instâncias mais importantes do PT nos períodos inter-Encontros, em detrimento dos Diretórios. A redação final de resoluções, as deliberações sobre o posicionamento oficial do partido frente a fatos inesperados, o relacionamento com as bancadas, o controle do fluxo interno de comunicação, a apreciação de decisões das gestões petistas, as relações cotidianas com atores externos (a mídia, os governos, outros partidos etc.), entre outras atribuições, ficaram, no geral, a cargo das Executivas, por delegação tácita de seus Diretórios. Responsáveis pela convocação dos Encontros e das reuniões dos próprios Diretórios, essas instâncias detêm o poder de agenda sobre os eventos partidários. As pautas das reuniões dos Diretórios também são predeterminadas pelas respectivas Executivas (P. Ribeiro, 2008, p. 244-245).

Feita esta primeira delimitação, o que podemos deste modo, tratar como questões a serem analisadas sob a perspectiva de uma cultura política interna ao PT?

O partido que surgiu no final dos anos 1970 como alternativa de organização e luta da classe trabalhadora, como um instrumento de representação das parcelas oprimidas da população além de um forte opositor ao regime militar, travou ao longo de sua trajetória inúmeras pautas e proposições do que via como saída para uma sociedade melhor, mais digna e igualitária. Não só isso. A trajetória do partido foi marcada também por discussões internas que sempre guiaram, de certa forma, as ações do partido.

Segundo Aggio (2004), que busca encontrar as delimitações e possível existência e permanência do neologismo – *o petismo* – que passou a ser comumente usado pela literatura, as questões fundacionais do partido marcadas num contexto histórico peculiar, conferiram inicialmente ao partido “uma *cultura política de rechaço*”, fortemente fundada pela postura oposicionista. Sendo assim, “essa cultura política foi o sustentáculo e definiu a sorte do PT até a conquista do governo federal” [grifos do autor].

Segundo o autor, as bases dessa cultura ainda permanecem, e o que se alterou foi na verdade consequência das transformações ocorridas na sociedade e nas demandas políticas advindas desta a partir da abertura democrática. O PT teria tido

extraordinária capacidade inventiva diante das mudanças vivenciadas pela sociedade brasileira, o PT compreendeu que a lógica do custo-benefício já

não se configurava como estranha e que fazia parte das transformações pelas quais haviam passado tanto a sociedade como a cultura política brasileira. Junto com a transição no plano político-institucional, a consagração da lógica custo-benefício acabou se tornando um dos fatores cruciais no desenvolvimento de um ambiente favorável às manifestações sociais baseadas na escolha racional do qual o PT foi um dos maiores beneficiários, visto que conseguiu ser a corrente política que mais conseguiu se adaptar a essa mudança e retirar dividendos dela. (Aggio, 2004, p. 5)

O *petismo*, no entanto, tem se tornado dentro dos estudos sobre o PT do “pós-2002” um foco de análise bastante constante. As preocupações nem sempre, também, são voltadas para o interior do partido, mas se apresentam sobretudo referentes ao reconhecimento e adesão dos cidadãos à proposta partidária em particular de como isso se reverte em votos e vêm mantendo o projeto partidário no comando do governo federal (Samuels, 2004, 2008; Singer, 2009; Rennó e Cabello, 2010).

Sendo assim, são as questões em torno das quais se desenrolaram as discussões e debates internos históricos que consideramos aqui como “questões-chaves” – ou nos termos de Panebianco, “los valores-claves” que guiam a atuação partidária – as quais trataremos mais detidamente no capítulo seguinte – que pretendemos tomar como base de nossas análises.

Ainda que se reconheça a importância das análises processuais, eleitorais e organizacionais sobre o desenvolvimento do partido, observamos que pouco se discute acerca das características eminentemente *culturais* que compõem *o petista*²¹, entendido aqui como um dos *self* (ator político) propostos por Almond e Verba (1989) – em especial os dirigentes partidários, e como eles se relacionam com os conteúdos que envolvem a atuação do partido.

Busca-se compreender, portanto, o que os indivíduos que conduzem um dado partido como o PT pensam e como avaliam as questões formuladas e difundidas por eles próprios, considerando, assim como Romano (2008, p. 43-44) que

a identificação do PT enquanto sujeito exige algumas considerações. A primeira diz respeito às subculturas do partido, que são muitas, distintas, e merecem ser observadas atenciosamente. A segunda consideração informa sobre a impossibilidade de que o PT venha a ser concebido como um sujeito monolítico, portador de uma única voz e através de um único instrumento (...)

²¹ Um enfoque mais individualista que temos conhecimento trata na verdade do perfil dos militantes do PT no que se refere às suas características socioeconômicas e sócio-demográficas, e às opiniões políticas dos mesmos; o autor utiliza uma metodologia diversa da que propomos neste trabalho. Ver César (1995).

Considerações Finais

Buscamos aqui demonstrar como pretendemos articular a teoria da cultura política com estudos de elites partidárias objetivando analisar os valores expressos por dirigentes do Partido dos Trabalhadores. Para tanto partimos das formulações de Almond e Verba que conceituam a abordagem culturalista como sendo aquela capaz de abarcar o entendimento de crenças e valores, assim como das pré-disposições individuais para determinado assunto, questão política e, em nível mais amplo aos regimes políticos.

Entende-se também que, quando R. Dahl afirmara que as crenças dos indivíduos determinam fortemente suas ações, e mais, que as crenças de líderes políticos têm a capacidade preponderante de influenciar ações coletivas, seus argumentos convergem de maneira significativa para as considerações de Panebianco sobre o papel dos dirigentes partidários na formulação das “questões chaves” que norteiam a atuação dos partidos políticos.

Entendendo ainda que os partidos políticos são hoje o principal canal representativo de efetivação das demandas e formulações sociais e no Estado, compreender, portanto o quê e como pensam os líderes sobre tais questões faz-se muito importante. E pretendemos, assim, compreender os posicionamentos de indivíduos no interior do partido acerca das questões indicadas anteriormente – as quais serão delineadas com mais atenção no próximo capítulo – e não o posicionamento oficial da legenda em si. O que não substancialmente impossibilita que as posições possam ser convergentes, de alguma maneira, posto a conferir a própria unidade partidária. Mas então, qual elemento o determinaria?

2. Partido dos Trabalhadores: dos estudos clássicos à abordagem culturalista

Introdução

Muito já se falou acerca do PT, seja por estudos realizados no calor do contexto dos anos 80, quando ele surgiu trazendo uma novidade para os rumos da política e da democracia no Brasil, seja por estudos posteriores acerca de suas experiências no governo. É bem verdade que os enfoques sob os quais o partido já foi objeto são muitíssimos variados, quer seja na Ciência Política brasileira, ou até mesmo dentre estudiosos internacionais, sem se falar nos inúmeros trabalhos que se pode encontrar nas Ciências Sociais de modo geral, e em áreas afins.

Acerca da bibliografia do partido, P. Ribeiro (2008, p. 59) aponta que

O auge desse interesse se deu na passagem dos anos oitenta para os noventa, quando as primeiras experiências governativas do PT forneceram matéria-prima abundante aos pesquisadores – em um momento em que ainda não se havia esgotado o interesse acerca da fundação do partido. *Pari passu* à desilusão da intelectualidade e dos meios acadêmicos com os rumos tomados pelo PT a partir do final dos anos noventa, houve um considerável esfriamento do interesse científico pelo partido. Esse desinteresse ganhou força com a chegada de Lula à Presidência em 2003, justamente no momento mais crítico e repleto de transformações da história petista [grifos do autor].

O que se observa é que os interesses principalmente dos acadêmicos e dos intelectuais em relação ao partido se dá obviamente de maneira cronológica ao seu desenvolvimento, mas também é possível fazer uma mensuração das abordagens em relação às temáticas específicas referentes à atuação da legenda ao longo de sua história. Após mais de três décadas de sua fundação podemos afirmar com toda tranquilidade que o PT não se tornou um objeto de estudo obsoleto. Pois, mesmo reconhecendo-se a importância das análises processuais, eleitorais e organizacionais sobre o desenvolvimento da legenda, observamos que alguns outros aspectos do partido ainda são pouco explorados. A despeito disso, podemos afirmar, como será possível apreender mais adiante, é que pouco se discute acerca das características eminentemente culturais que compõem *o petista* entendido como aquele ator político interno ao partido.

Reconhecendo a quase incapacidade que os limites de uma pesquisa nos impõe de abarcar em sua totalidade um número incontável de estudos existentes, o objetivo deste capítulo é recuperar na literatura sobre o PT não só aqueles trabalhos que destacaram os momentos marcantes do processo de institucionalização do partido,

como também – e principalmente – destacar dentre eles (e deles) os pontos de debate interno ao PT, assuntos e dilemas que tratamos aqui como *questões-chave*.

A partir delas é que vamos construir a teia de unidades para nossa análise empírica presente nos próximos capítulos. São estas *questões* que foram destacadas nos questionários com os delegados dos ENs e também deram base às entrevistas por nós realizadas com os dirigentes estaduais.

Sendo assim, este capítulo está também organizado em três seções, seguidas de considerações finais. A primeira recupera as discussões acerca do momento fundacional do partido, evidenciando como e porque o PT foi considerado uma “novidade”; a segunda discute como a inserção institucional da legenda foi interpretada pela literatura que apontou tanto perdas, como ganhos neste processo; num terceiro momento abordamos alguns estudos que se desdobraram após a chegada do partido ao governo federal, cujo maior foco se deu sobre uma possível mudança do partido. Por último, as considerações finais demonstram como os estudiosos discorreram sobre este dilema da transformação, apontando que as interpretações tendem a afirmar que as mudanças do PT começaram muito antes da chegada ao poder e que ainda assim o partido conserva certos aspectos presentes em sua fundação. Além disso, nesta última seção faz-se uma ponte para as discussões posteriores, principalmente referentes ao âmbito empírico de nosso estudo.

2.1. A Fundação e a “novidade petista”

É inegável reconhecer que os trabalhos mais completos e pioneiros na compreensão do Partido dos Trabalhadores em seu momento fundacional são os de R. Meneguello (1989) e M. Keck (1991). Ambas as análises destacam que o aspecto preponderante para a fundação do PT foi uma convergência de fatores do contexto – histórico, político, econômico e social – pelo qual o Brasil passava. Tratava-se do período de transição do Regime Militar para o novo Regime Democrático.

As agitações que deram origem às greves trabalhistas de 1978 e 1979 tiveram, porém seus impulsos anos antes, quando o processo de aceleração da economia brasileira atrelada à expansão industrial, deflagrada numa crise econômica de grande porte e com consequências sociais significativas fez surgir dentre a classe trabalhadora

uma corrente que ficou conhecida como *novo sindicalismo*. Em pauta estava basicamente o rompimento com o modelo sindical corporativista que se tinha até então. A partir da questão central de se autonomizar do Estado, os novos sindicalistas reivindicavam ainda reposição salarial e negociação classista coletiva, feita diretamente entre as empresas e representantes da classe trabalhadora (Meneguello, 1987; Keck, 1991; P. Ribeiro, 2008; Amaral, 2010).

Somando-se a isso as condições objetivas da população também ganhavam contornos nada satisfatórios. Os grandes centros urbanos viam-se inchar devido às migrações para suprir as necessidades de mão-de-obra do avanço das indústrias, mas a infra-estrutura urbana que encontravam não suportava o volume de pessoas e demandas. Sendo assim, além do Movimento Sindical, os anos 70 foram palco também do surgimento de inúmeros outros movimentos sociais, aqueles que foram chamados de “novos movimentos sociais urbanos” cujas reivindicações perpassavam por melhores condições de moradia, de transporte, bem como pela melhoria e ampliação dos equipamentos urbanos básicos, postos de saúde, asfalto, creches e escolas, além de movimentos ambientalistas e identitários como relacionados às causas raciais, feministas e minorias sexuais (Sader, 1989; Cardoso, 1994; Gohn, 2000). Tudo isso se ligava ainda ao projeto da atuação com as bases que a Igreja Católica passava a desenvolver em núcleos locais, com ações focais junto às associações de bairro, constituindo-se as chamadas CEBs – *Comunidades Eclesiais de Base*.

Meneguello (1987, p. 17) afirma que “grosso modo, esses movimentos tinham como essência de sua novidade a busca de sua própria identidade, no sentido de constituírem-se de forma autônoma frente às organizações políticas tradicionais (...)”. Diante disso, todos estes novos atores sociais e políticos se uniram no que culminou numa grande movimentação a favor do processo de redemocratização, e destes diversos setores da sociedade despontaram lideranças que foram cruciais não só para o reestabelecimento democrático, mas também para a formação do PT, como é o caso de Luiz Inácio (Lula) da Silva.

Do lado eminentemente político-institucional, o fator que possibilitou a constituição de um novo partido foi sem dúvida a flexibilização da Legislação partidária pela Reforma implantada em dezembro de 1979 pela Lei nº 6.767, que restabeleceu o multipartidarismo no país.

Todo este cenário corroborou para o intento da formação de um partido que pudesse reunir e representar os anseios dos diversos grupos oprimidos da sociedade, pois como bem destacou Meneguello (1987, p. 18) “apesar de uma dinâmica autônoma frente à política institucional, tornou-se crucial para a maior parte dos movimentos sociais obter um maior acesso às estruturas políticas estabelecidas”. Sendo assim, o PT em sua origem, de acordo com estas análises interpretativas do período, congregava uma “lógica da diferença” que vinha propor uma atuação mais conjunta com suas bases permitindo que diferentes segmentos da sociedade civil organizada compusessem seus quadros, apresentando “pela primeira vez” “um programa que traduzia com clareza” uma proposta de representação da classe operária (Keck, 1991).

Meneguello (1987) destaca que além dos sindicalistas e representantes dos movimentos sociais urbanos, integraram ainda à origem do PT intelectuais, políticos e organizações de esquerda. Este misto de sujeitos que compõem o *desenho institucional* do novo partido obviamente fomenta uma constituição nada fácil nem homogênea na constituição do seu *projeto político*²².

Apesar de um importante elemento que esta constituição heterogênea conferia ao partido nascente, qual seja uma estrutura interna democrática, a convergência de diferentes setores sociais resultaria no que podemos chamar de primeiro dilema interno ao PT, ao lidar com a conformação de uma linha ideológica que guiasse o projeto de transformação social que propunham.

Como bem lembra Sarti (2006, p. 124) há desde a origem do PT certo caráter ambíguo em sua identidade, pois “a multiplicidade de atores – portanto de interesses – constituídos previamente à adesão ao partido gera uma identidade híbrida, que tende a provocar graves conflitos de (in)definição de suas prioridades como movimento ou partido”. Porém, a forte presença das bases da sociedade brasileira desde sua fundação, conferiu à sua gênese alto caráter classista o que apontou em certa medida para uma postura de traços transformadores que despertou em muitos de seus integrantes – e também por diversos setores de fora do partido – o ímpeto de uma possibilidade revolucionária. Mas, como? Revolucionar ou transformar?

²² Como bem resume P. Ribeiro (2008, p. 61), de acordo com Meneguello, a novidade que o PT representava à política brasileira era composto por um tripé de peculiaridades, ao qual se integram os seguintes fatores: *origem política*, *projeto político* e o *desenho institucional*.

Isso se deu porque dentre os grupos de maior destaque na formação do Partido dos Trabalhadores, além da Igreja Católica e os sindicalistas, integraram com grande força setores da esquerda marxista. Segundo Nunes (2007)

os agrupamentos esquerdistas também exerceram uma influência difusa na formação das convicções ideológicas partidárias. Pois, a pouca clareza das outras lideranças do PT quanto ao que se entendia por socialismo e democracia, fator presente desde seus primórdios, fez com que o Partido se mostrasse suscetível à influência ideológica dos agrupamentos de esquerda (Nunes, 2007, p. 103)

Compreender esta composição é de certo modo responder e buscar entender conceitos que estiveram e permanecem em disputa no interior do partido, quais sejam os de *socialismo e democracia*. Qual socialismo? Qual democracia? Democracia, sim. Socialismo, também. Social-Democracia? Não. A proposta era de um “socialismo democrático”.

Azevedo (1995) possui um estudo bastante significativo a respeito do tema, no qual a partir das Resoluções dos Encontros Nacionais faz um mapeamento dos grupos ideológicos que compunham o PT até 1995, na tentativa de desvendar a qual delas as linhas programáticas do partido estavam inseridas. A conclusão básica a que chegou é que tendo como ideia central e constante a democracia, sem abandonar, contudo a noção de socialismo o partido se constituía de uma “ambiguidade ideológica”.

O importante em se destacar estes aspectos fundacionais do PT, é porque como veremos a partir daqui todas as outras questões que serão elencadas como pontos dos debates internos partem destas peculiaridades e estarão sempre em pauta seja nas discussões partidárias, seja como objeto dos estudos acerca do partido.

2.2. A Inserção institucional e o “modo petista de governar”

A característica heterogênea da composição do partido de que tratamos acima fez com que disputas quanto aos rumos do mesmo se instaurassem desde as primeiras movimentações para oficializar sua fundação. Meneguello (1987) destaca que nas discussões que se iniciaram já em 1979 em torno da organização do partido era visível pelo menos dois grupos com posicionamentos diferentes em relação aos rumos a serem tomados pela legenda.

Segundo ela, de um lado estavam os sindicalistas, intelectuais, parlamentares e parcelas dos movimentos populares urbanos, cuja concepção de partido que tinham era a do PT “como sujeito legítimo de representação, o qual devia efetivamente inserir-se no quadro político-institucional” (Meneguello, 1987, p. 68). Do lado oposto estavam reunidos os grupos de esquerda, que segundo a autora “mobilizavam-se em torno da transformação do PT em partido revolucionário marxista-leninista, deslocando para o segundo plano, ou mesmo condenando, o processo de institucionalização partidária” (Meneguello, 1987, p. 70).

Como bem aponta Keck (1991) até mesmo no interior destes grupos de esquerda era notória a falta de unidade de modo que “a extrema fragmentação” dentre eles é que “geralmente impedia que trabalhassem juntos de forma efetiva” (Keck, 1991, p. 115). Meneguello (1987), numa análise similar, afirma que eram basicamente três orientações que guiavam a esquerda naquele momento: 1) a ideia de que o PT deveria se organizar enquanto uma “frente política de massas” cujo objetivo teria um “caráter tático”; 2) a defesa da formação de uma “vanguarda marxista-leninista” e contra a legalização do partido; 3) e a proposta de uma configuração de “tendência” partidária, com ações propagandistas paralelas ao PT, além disso, eram contra a figura de Lula como líder, assim como as ações do movimento sindicalistas naquele momento (Meneguello, 1987, p. 70-71).

Resolver ou ao menos amenizar esta questão em torno das diretrizes partidárias significava certamente decidir o futuro do partido, como por exemplo, sua entrada ou não nas eleições que se aproximavam. Sobre o tema, Angelo (2009, p. 94-95) destaca que “as diferenças entre os trotiskistas passaram a se fundamentar nos próprios dilemas que o partido ia enfrentando: que peso as eleições teriam para o PT, quais alianças o partido deveria firmar, como seus candidatos seriam escolhidos e o que fazer com os grupos que não se submetiam à disciplina partidária, por exemplo”.

Obviamente o posicionamento do grupo majoritário ao qual integravam os sindicalistas e também os políticos que advinham principalmente do MDB sobressaiu-se ao embate no sentido de levar o PT à disputa eleitoral de 1982, o que, no entanto não significou que as divergências internas estivessem superadas. Por este motivo é que Angelo (2009) também salienta que a derrocada do PT nestas primeiras eleições foi atribuída à radicalidade adotada a partir da atuação trotskista, de modo que nas eleições de 1985 optou-se por uma campanha mais abrandada com ampliação do discurso

também para a classe média, o que teria causado uma reação daqueles setores à esquerda que acusaram o partido “de diminuir o espaço reservado às lutas populares e de enfraquecer o caráter classista da legenda” (Angelo, 2009, p. 100).

Ainda que notoriamente a opção pela inserção institucional pareça ter vencido, fica claro que nunca existiu um consenso instituído dentre seus membros quanto ao que este tipo de decisão poderia de fato significar enquanto *fim* ou *meio* para as ações do partido, pois conforme análise de Silva (2009, p. 20) “a participação eleitoral permitiu o surgimento e a consolidação de novas lideranças, porém expôs as contradições entre o discurso e a prática, entre a adesão aos princípios e a prática concreta oportunista e eleitoreira”.

Apesar das dificuldades iniciais que o PT encontrou em se inserir nas esferas terminantemente institucionais como executivo e legislativo estes espaços foram sendo conquistados ao longo de meados dos anos 1980 e 1990 com bastante êxito, e a reboque disso o interesse dos estudiosos passou a verter para a avaliação destas experiências governativas.

Deste modo, além do dilema da institucionalidade, e daquele do posicionamento do partido relacionado ao socialismo e à democracia, destacados pela literatura, uma terceira questão a ser levantada diz respeito à noção de participação. Junto à novidade da heterogeneidade de segmentos sociais em sua formação, o PT propalou em seus discursos iniciais a defesa de uma maior inclusão das bases nas decisões do partido, fato inclusive refletido posteriormente em suas atuações iniciais de governo por ações como o Orçamento Participativo (OP) – que tem por princípio o caráter consultivo à população num esforço de governança compartilhada entre governo e população.

Em relação a isto, um dos primeiros trabalhos a este respeito que destacou “o desafio de ser governo” do chamado “modo petista de governar” foi o de Couto (1995). Sobre o assunto, P. Ribeiro (2008, p. 62) destaca que “em linhas gerais, a oscilação entre as lógicas de partido-movimento e de partido como ator institucional se encontra, mesmo que implicitamente, por trás da maioria dessas pesquisas”²³. Assim, para além dos estudos focais que visaram destacar a organização e atuação do partido enquanto

²³ É interessante notar o foco privilegiado dos pesquisadores em relação às experiências petistas de sucesso, como no caso do Rio Grande do Sul, em especial de Porto Alegre. De acordo com levantamento que realizamos junto à Fundação Perseu Abramo com recorte de estudos para Região Sul, 60 livros foram encontrados com publicação entre os anos de 1980 a 2002, dos quais pelo menos 50% deles se referem a este assunto.

governo em alguns municípios em específico²⁴, um dos maiores temas destacados pelos estudos principalmente dos anos 90 estão relacionados com as experiências do OP²⁵, seguidos de trabalhos posteriores referentes à atuação dos parlamentares petistas²⁶.

2.3. A chegada ao Planalto: transformações ou amadurecimento?

Depois de mais de duas décadas de fundação e três eleições presidenciais disputadas sem sucesso o PT conseguiu eleger seu líder maior, Luiz Inácio Lula da Silva, sendo que a chegada ao Planalto em 2002 além de muito entusiasmo da população despertou novamente na comunidade acadêmica interesse em analisar o que isso passava a representar não somente ao sistema partidário brasileiro, como principalmente à própria história do partido. A crise instaurada no final do primeiro governo Lula envolvendo nomes de companheiros históricos do presidente em torno de denúncias de corrupção no chamado “mensalão” fomentou a indagação de muitos estudiosos sobre a seguinte questão: “*o PT mudou?*”.

Apesar disso, P. Ribeiro (2008, p. 63) lembra que estas possíveis mudanças já se destacavam desde meados dos anos noventa, quando “diversos autores passaram a apontar os processos de transformação sofridos por um partido que, a cada dia, se inseria mais nas esferas estatais”. Novaes (1993) foi um dos primeiros a chamar a atenção de que apesar de nascer ligado aos setores populares adotando uma postura de oposicionismo, o fato de ter sido forjado no cumprimento de uma legislação, adjetivada pelo autor como *autoritária*, já teria lhe conferido certa ambiguidade configurada entre a negação e o consentimento com a ordem – entre o caráter classista dos partidos de massa e a conformidade com o jogo político-eleitoral.

As análises que se seguiram, sobretudo no pós-2002 tentam encontrar explicações ou até mesmo a origem da crise nas transformações que o partido teria sofrido ao longo dos anos. Chamam atenção, sobretudo para o processo de burocratização partidária – já propalada por Michels – como sendo a grande mazela do PT. Destacam assim seus deslocamentos ideológicos e organizacionais.

²⁴ Simões (1992).

²⁵ Fedози (1992, 1994); Giacomoni (1993); Fedози, et al (1995, 1997); Barreto, Magalhães e Trevas (1999); Baiocchi (2003).

²⁶ Melo (2004); Leal (2005).

Como sintetiza Amaral (2010, p. 54)

De uma maneira geral, a literatura aponta para a caminhada rumo ao centro do espectro político, a desideologização do programa político, o comprometimento com a democracia representativa e com o respeito à ordem institucional, a maior ênfase nas disputas eleitorais, a profissionalização da estrutura partidária e a autonomização das lideranças com relação à base.

Singer (2010) destaca que esta literatura aponta para quatro aspectos que marcam as mudanças petistas. Em primeiro lugar estaria a moderação no discurso do partido; em segundo, uma transição de postura de um partido ideológico para um partido maximizador de votos; um terceiro ponto seria o enfraquecimento da relação do partido com os movimentos sociais em oposição a uma relação mais próxima com o Estado, que tenderia a dar menor peso ao papel das bases nas decisões do partido em virtude de uma crescente “cúpula profissionalizada”; e por fim uma mudança significativa nas bases de apoio do partido.

É complicado identificarmos, e afirmarmos taxativamente, quais aspectos – se os eminentemente culturais/ideológicos, ou os marcadamente estruturais/organizacionais – possuem influência uns sobre os outros. Mas, tendemos a concordar com Singer de que as mudanças sofridas pelo PT carecem de uma análise processual dos fatos ocorridos a partir de meados dos anos 90 que relacionam eventos externos (e conjunturais) com decisões internas.

Deste modo as próximas duas seções buscam destacar alguns pontos deste debate. Considerando assim como Panebianco que as decisões e trajetórias partidárias não podem ser compreendidas sem se levar em conta aspectos marcadamente fundacionais, admitimos como faz boa parte da literatura que o caráter heterogêneo da composição social e ideológica nas origens do PT levou às principais mudanças estruturais na década de 90.

2.3.1. Mudanças estruturais

Como já mencionamos, os estudos acerca do processo fundacional do PT delimitam que o período fora marcado pela atuação de dois grandes grupos até certo ponto ideologicamente divergentes quanto aos rumos e formas de atuação do partido. Um deles reconhecia a função do partido dentro de uma arena representativa, portanto, admitindo a existência e a convivência do mesmo junto aos espaços institucionais como

disputas eleitorais, formações de governos, etc. De outro lado, os agrupamentos de esquerda viam o PT como uma frente oposicionista, avessa a ideia da inserção institucional.

Após a derrocada das eleições de 1982 e o propenso fortalecimento dos grupos marxistas-leninistas que difundiam o discurso antinstitucional no interior do partido, a postura dos representantes oriundos do sindicalismo, das CEBs e das esferas políticas formais foi tentar fortalecer-se numa unidade – a *Articulação dos 113* – com vistas a dar maior identidade político-eleitoral ao PT.

Ainda que reconhecida esta última postura no interior da agremiação, Ribeiro (2003) afirma que o caráter anti-sistema, e, portanto certa radicalidade frente as ações governamentais não era desprezado pelo partido, uma vez que, de acordo com a perspectiva sartoriana, “*a inserção e institucionalização político-eleitorais de uma agremiação partidária não determinam sua caracterização como partido anti-sistema ou não, sendo esta condição identificada através da análise de atitudes do partido em relação ao sistema político no qual opera*” (Ribeiro, 2003, p. 52, grifos do autor).

As Resoluções dos Encontros e Congressos (RECs) do partido dão conta, e as análises destacam que a *Articulação* se manteve como grupo hegemônico – segundo Lacerda (2002) “como uma espécie de grande centro petista” – por pelo menos dez anos, desde sua fundação em 83 até o 8º Encontro Nacional (EN), em 1993, quando uma cisão na tendência levou à formação de um novo grupo, a *Articulação de Esquerda*. Para Ribeiro (2003, p. 60)

Esta corrente foi a principal responsável pela guinada do PT à esquerda em 93, ao compor com outros grupos a chapa *Uma Opção de Esquerda*, que sozinha obteria 36,48% dos delegados naquele encontro. Somando esta à outra chapa esquerdista – *Na Luta PT*, que obteve 19,11% dos delegados –, pela primeira vez o PT seria comandado pelas forças mais à esquerda no espectro espacial intrapartidário.

As consequências da entrada deste novo grupo na direção nacional do partido vêm de orientações e posicionamentos já defendidos por seus representantes desde sua fundação. A maior delas é sem dúvida as restrições para formação de alianças nas eleições presidenciais que se seguiriam em 1994.

Este fator que Ribeiro (2003) chamou de “isolacionismo voluntário” trouxe basicamente três complicações: 1) na formação de coalizões nacionais criando assim um obstáculo “à construção do jogo de apoios vital em eleições casadas como a de 94”;

2) apesar do favoritismo de Lula, que somava o alto desempenho em 89 com as mazelas do governo Collor, o partido sob nova direção não conseguiu formular um programa de governo com pontos objetivos de ação voltados para população, e, sobretudo para classe trabalhadora. Como adverte o autor a plataforma petista se configurou de “uma soma desconexa de remendos e ‘termos médios’, que visavam agradar várias facções internas, sem, no entanto constituírem pontos viáveis de uma agenda que deveria conquistar todo o eleitorado, e não só o público interno” (Ribeiro, 2003, p. 62); 3) por fim, diante do apoio da opinião pública ao Plano Real de Fernando Henrique Cardoso, então oponente de Lula, o discurso de campanha não soube ponderar e posicionar-se claramente a favor ou contra às medidas econômicas que trouxeram naquele momento o controle inflacionário tão desejado desde os idos recentes da ditadura.

Mais uma vez o insucesso eleitoral fora a motivação para mais uma crise interna no PT que possibilitou a volta da *Articulação* no comando do partido. No 10º EN em 1995 as tendências já regulamentadas no 7º EN, em 1987, com afeições centro-direitistas compuseram com a *Articulação* o chamado *Campo Majoritário*. Segundo Ribeiro (2003, p. 63) este último “tomou, então, uma série de medidas que alteraram substancialmente o caráter do partido”.

Nos anos que se seguiram, além do isolamento sucessivo das tendências à esquerda o campo majoritário, novas regras quanto à arrecadação financeira e as estratégias eleitorais foram tomadas. Uma das medidas mais importantes que demarca sem dúvida a estruturação do PT veio com a aprovação do novo Estatuto do partido em 2001, e dentre as novas reformulações a instituição das eleições diretas nos processos de escolha das direções de qualquer instância do partido.

O PED – Processo de Eleições Diretas

De acordo com a literatura, as alterações estatutárias do PT que entraram em vigor em 2001 estão fortemente associadas às transformações sucessivas e progressivas pelas quais o partido passou durante todos os anos 1990, diante do cenário acima mencionado. A investida do Campo Majoritário de voltar ao comando em 1995 traduzia claramente sua intenção de articular medidas que isolassem os grupos de esquerda.

O Processo de Eleições Diretas (PED), foi uma dessas estratégias que conciliou ainda a nova configuração do partido de flexibilização de suas regras de filiação num claro objetivo de constituição de uma ampla base, no entanto como afirma P. Ribeiro (2008, p. 253) com o perfil de um filiado “menos comprometido e ativo, e mais despolitizado”. Talvez pudéssemos trabalhar com a hipótese de que uma vez ampliada a base de filiados, o PED foi a justificativa encontrada para que os processos decisórios se estendessem a todos e mantivesse a tão flamejada bandeira da *democracia interna*.

Esta afirmação pode se sustentar a partir dos apontamentos de Amaral (2010) ao destacar que no discurso partidário defendido pelo Campo Majoritário, o PED se justificava como uma forma de ampliar o poder decisório dos filiados, enquanto as tendências a esquerda defendiam maior fortalecimento das bases.

No entanto, algumas considerações apontam que o novo desenho de eleição adotado pela sigla colaborou na verdade para a minimização dos debates internos e da construção das plataformas, uma vez que os Encontros Nacionais (ENs), como afirma Amaral (2011, p. 21) “tiveram suas atribuições reduzidas ao perderem a possibilidade de escolher as direções do PT em todos os níveis, diminuindo os incentivos ao engajamento ativo nas discussões que os antecedem”. As interpretações que vertem neste sentido atestam ainda que tal processo se reverteu na verdade em menos poder decisório às bases e maior autonomia à uma cúpula dirigente, uma vez que tornou cada vez mais esparsos os Encontros²⁷ que agora não mais passaram a se realizar com um finalidade construtiva, mas sim consultiva.

Deste modo, P. Ribeiro (2008) interpreta que a nova configuração dos ENs, a partir da implementação do PED “não somente é ilusória, como também é uma falsa democratização” (P. Ribeiro, 2008, p. 266), uma vez que se restringiu basicamente à eleição de delegados para níveis superiores, fator que apesar de incentivar a participação dos filiados no processo eleitoral, teria desencadeado ainda, no interior do partido uma prática clientelista dentre os líderes zonais/locais que se empenham em maximizar votos para garantir maior espaço nas direções.

²⁷ Para P. Ribeiro (2008, p. 258), “Enquanto mantinha critérios bastante representativos de composição dos ENs, a Articulação/Campo Majoritário promovia diversas tentativas de diluir essas instâncias. Essas investidas, que remontam ao início dos anos noventa, possuíam como alvo as facções de esquerda, que tinham nos Encontros seus momentos de maior visibilidade e confrontação com a corrente hegemônica”.

2.3.2. O PT e as bases

Tratar analítica e teoricamente o que constitui *as bases* de um partido é uma tarefa que pressupõe algumas considerações acerca dos elementos partidários. Em primeiro lugar, se tratamos da composição partidária, certamente estamos falando dos *grupos sociais a partir dos quais o partido se origina*, e que integram seus membros; por outro lado, pensando o partido como uma organização que aglutina interesses e recruta pessoas, a base partidária pode ser entendida como *os filiados*, o que não exclui o primeiro caso, mas tende a dar espaço a uma massa possivelmente muito mais heterogênea; ou ainda podemos identificar como bases do partido *sua capilarização eleitoral*, o que também não desconsidera os dois primeiros casos, mas em se tratando de democracias representativas, por exemplo, pode congrega interesses muito mais difusos e cambiáveis como um “reflexo” da identificação de indivíduos com projetos partidários num dado contexto.

O PT e os Movimentos Sociais

Como já descrevemos o histórico do partido traz total consenso à literatura que o analisa ao apontar que diferentemente dos partidos que já atuavam na política nacional até então, o PT não surge *no* ambiente institucional. Foram forças originárias de diferentes setores da sociedade civil que se uniram em torno da ideia de formar um partido que representasse os interesses da população mais afetada com a opressão política e econômica imposta pelo regime militar naquele momento.

Deste modo parece ter sido quase natural que os indivíduos que integravam o partido naquele momento fossem na sua maioria representantes de movimentos sociais dos mais diversos. P. Ribeiro (2008) destaca que este processo se dava basicamente de duas formas

A primeira é a *inserção da sociedade na máquina partidária*, institucionalizada por meio de cargos e instâncias específicas destinadas a manter os vínculos societários e a atrair os dirigentes oriundos do movimento social. No outro sentido está a *inserção dos petistas na sociedade*, mirando a disputa com outros atores pela hegemonia ideológica e pelo controle da linha dirigente das entidades da sociedade civil, atraindo-as para a esfera de influência do partido (P. Ribeiro, 2008, p. 156, grifos do autor).

Este duplo movimento pode ser percebido não só nos anos oitenta quando os *núcleos de base* tiveram forte protagonismo na construção do partido – tanto na composição de seus quadros internos, como também na composição de seus programas e diretrizes, a partir de uma ação mais conjunta com a sociedade – mas também ao longo dos anos noventa quando os *Encontros Setoriais* ganharam força até serem institucionalizados efetivamente pelo Estatuto de 2001.

Os Núcleos de Base (NB) constituíram no momento fundacional do PT como a principal unidade organizacional de vínculo entre o partido e a sociedade civil, entendida substancialmente como os movimentos sociais atuantes no período. Eram estes constantes encontros – que objetivavam não só a construção programática do partido, mas também a educação política dos membros, assim como arregimentar mais filiados – que deram também forte tom à “novidade petista” (Meneguello, 1987; Keck, 1991), que como lembra Amaral (2010, p. 108) foram também “a expressão concreta de um partido construído de baixo para cima, marca de nascença fundamental da agremiação e importante elemento de identidade entre os militantes petistas”.

Apontado pela literatura e também pelo próprio partido que os NBs perderam sua força no interior do partido ao longo dos anos, P. Ribeiro (2008) afirmara que o motivo estaria na reestruturação interna pela qual o PT passou, mas, além disso, Amaral (2010) destaca que outra possibilidade estaria fundada em fatores conjunturais, uma vez que nos anos oitenta no contexto de agitações sociais os NBs eram muito mais utilizados como canais de participação política. Neste sentido, o processo de democratização introduziu novos mecanismos de participação que tornou os movimentos sociais mais próximos do Estado.

Atualmente o partido possui em sua estrutura instâncias que visam um vínculo mais estreito entre o partido e a sociedade. A mais importante delas são as Secretarias Setoriais. De acordo com o Art. 128 do Estatuto

Os Setoriais são instâncias partidárias que organizam os filiados e as filiadas junto aos diferentes movimentos sociais, com três finalidades básicas:

- a) motivar a organização partidária de filiados e de filiadas petistas conforme os movimentos sociais dos quais participam;
- b) participar, obrigatoriamente, da elaboração de políticas públicas no âmbito partidário como forma de subsidiar programaticamente a ação institucional do Partido;
- c) em cada setor, subsidiar a representação institucional do PT nas suas relações com os movimentos sociais, com as bancadas parlamentares e com os governos onde há quadros do Partido. (Estatuto, 2012, Art. 128).

As Secretarias Setoriais presentes atualmente são: Agrária, Assuntos Institucionais, Combate ao Racismo, Cultura, Juventude, Meio Ambiente e Desenvolvimento, Movimentos Populares, Relações Internacionais, Sindical e Mulheres.

Chamamos atenção aqui para esta última, devido ao peculiar percurso que as mulheres tiveram no interior do partido ao longo dos anos. Desde o 1º Encontro Nacional do PT em 1991 o espaço para as mulheres vem sendo discutido com maior afinco dentre os debates internos. Tanto é que antes mesmo da instituição da Lei 9.504/97 que institui cota de 30% de mulheres nas chapas do partido, o PT já discutia tal aproximação paritária inclusive em suas direções.

De acordo com a relatoria de tal Encontro definiu-se que as mulheres se organizariam em comissões das quais deveriam ser

internas, de assessoria a todas as instâncias do Partido; são comissões de trabalho que têm como função levantar as questões da opressão das mulheres, impulsionar a sua discussão para que seja levada ao partido, objetivando que sejam assumidas pelo conjunto. As Comissões de Mulheres do PT devem trabalhar no sentido de instrumentalizar as militantes petistas para atuarem no Movimento de Mulheres, sempre respeitando a autonomia do movimento (Perseu, 2011, p. 111).

Não só a Secretaria de Mulheres foi um espaço conquistado, como também mais recentemente o 4º Congresso Nacional, em alteração ao Estatuto do Partido instituiu a paridade de gênero dentre as instâncias partidárias e também na composição de chapas, que de acordo com o inciso “IV” do Art. 22, “*as direções partidárias, delegações e cargos com função específica de secretarias deverão ter paridade de gênero (50% de mulheres e 50% de homens)*”. Um avanço significativo não só na trajetória do partido em particular, como também para a história do sistema partidário como um todo.

Ainda que marcado por pontos de avanços e outros de aparente retrocesso no que diz respeito à relação do partido com a sociedade, várias críticas apontam para duas consequências que o processo de institucionalização do PT, associado à estruturação da democracia, teria trazido para a relação desde com os movimentos sociais. Em primeiro lugar o crescimento da legenda em número de filiados com vista a ampliar as bases eleitorais teriam diminuído a capacidade do PT em se voltar a elas no sentido de formular agendas e propor questões; por outro lado, este mesmo crescimento revertido cada vez mais na ascensão do partido às esferas institucionais teriam causado uma

perda nos quadros internos do partido uma vez que estes últimos teriam passado a integrar os espaços governativos, como câmaras municipais, prefeituras, câmaras estaduais e federais, além de secretarias institucionais nos governos petistas.

Caracterização da base eleitoral do PT

Conquistar o Estado sempre fora uma meta do PT. Sendo assim, mesmo com dificuldades e não tão rapidamente quanto esperavam, os petistas pouco a pouco ocuparam todas as esferas da máquina governativa no Brasil. As consequências destas conquistas para o partido são várias e a maior delas, segundo a maioria das análises é o câmbio ideológico que pode ser verificado no partido.

Conquanto pese esta afirmação, diversas análises observaram que o perfil do eleitorado petista também se modificou ao longo dos anos. É importante frizar, como já destacara Meneguello (1987) que apesar da denominação de partido *dos trabalhadores*, o PT contou em seus primeiros anos com a adesão e identificação partidária sobretudo da classe média. No entanto, os estudos que passaram a se desenvolver neste sentido, com o pós-2002 indicam que houve também uma guinada no eleitorado petista.

Ainda que algumas poucas divergências entre a análise mais restrita do período comparado entre as eleições de 2002 e 2006, de modo geral o quadro verificado é que a identificação com o partido cresceu significativamente entre os indivíduos de baixa renda (até 2 SM), saltando de cerca de 17% em 1996 para 47% em 2010, diminuindo em proporções também significativas entre as classes mais abastadas (mais de 10 SM), dentre as quais em média 30% se identificavam com o partido em 1996, baixando para cerca de 4% em 2010. Variações também relevantes se apresentam quando os dados são analisados levando em consideração o grau de instrução dos indivíduos, ainda que a preferência pelo PT tenha saltado de 20% em meados dos anos 1990, para 24% em 2010 dentre os indivíduos mais escolarizados, torna-se importante ressaltar que dentre aqueles de baixa escolaridade o avanço foi visivelmente maior, passando dos 8% para cerca de 20% no mesmo período (Samuels, 2004, 2008; Veiga, 2007; Singer, 2010)

Estes números podem ser paralelamente analisados com a distribuição geográfica da adesão populacional ao partido, como destaca Venturini (2010, p. 207). Segundo levantamento do autor, na primeira eleição presidencial disputada pelo PT

62% “dos ‘petistas’ estavam no Sudeste (que abriga cerca de 44% do eleitorado) e apenas 14% no Nordeste (com 28% dos eleitores) – desequilíbrio que seria atenuado nos anos 1990, mas que estará presente até as eleições de 2002”, sendo que em 2010 a composição observada foi de “42% no Sudeste, 28% no Nordeste, 15% no Sul e 15% no Norte/Centro-Oeste”.

Obviamente tal fenômeno se reverte também no desempenho eleitoral do partido, uma vez que as regiões Norte e Nordeste passaram a contar com notável incremento no número de representantes no legislativo federal a partir de 2002. Disso tudo, como afirma Singer (2010) o interessante é notar a popularização da base eleitoral pela qual passou o PT ao longo dos anos. Esta “consequência eleitoral” aqui descrita nada mais é que um reflexo daquilo que a literatura discutida até aqui tentou mostrar ao que se refere às transformações ocorridas ao longo dos anos pelo PT, mas que não estavam, porém ausentes dos horizontes dos anos 80.

Considerações Finais

Fica claro, portanto que o processo de institucionalização do PT é marcado por diferentes questões norteadoras de suas ações não só internas como também frente à Sociedade e ao Estado, como se tentou evidenciar pelo debate da literatura discutida acima. Apesar de diferentes análises apontarem para uma profunda transformação do partido, em especial a partir de 2002, o que parece claro é que a maioria dos estudos tende a concordar que certo germe das posições tomadas pelo partido desde então estavam presentes já em sua gênese.

O que se percebe no caso petista, é que o crescimento da legenda visualizado principalmente pela ampliação do número de filiados, associado à autonomia decisória dos dirigentes em relação às bases – cujo perfil daqueles se caracteriza principalmente pelo maior tempo de filiação ao partido e também por já terem ocupado outros cargos internos – seriam os principais indícios, segundo P. Ribeiro (2008) de que o PT se oligarquizou. Lacerda (2002, p. 52), afirmara sobre isso que o PT não estava “imune aos efeitos de sua transformação em uma grande ‘máquina’ dirigida à competição eleitoral de massas com o conseqüente fortalecimento dos líderes em relação à base”. O que se observava, portanto era que a crescente corrida do partido no jogo eleitoral pela

disputa de votos e cargos públicos também lhe conferiram as características que Katz e Mair (1996) atribuíram aos partidos *catch all*.

P. Ribeiro (2008, p. 225, grifos do autor) alerta para o fato de que o PT sofreu na verdade uma “*espécie de oligarquização ‘cirúrgica’, já que*” este processo “*afetou principalmente os cargos estratégicos da máquina, centrais no controle das zonas de incerteza do partido*”²⁸. Isso por que, apesar de todo processo de reestruturação interna que se desenrolou ao longo dos anos como já mencionamos o partido não abdicou totalmente da participação da base, ainda que apenas (ou mais frequentemente) em caráter consultivo e nos momentos eleitorais, como no caso do PED.

Sendo assim, poderíamos afirmar que a mesma “novidade petista” apontada em sua fundação nos anos oitenta – da coexistência democrática de diferentes atores e interesses no interior do partido – é também o combustível de sua atuação mais *pragmática* nos últimos anos. Singer (2010) é taxativo em afirmar que “as diferentes descrições da mudança do PT, que apontam ora no sentido da opção maximizadora, ora da manutenção do sentido ideológico original, perdem de vista que o característico da fase que se abre em 2002 é a coexistência de dois vetores opostos em um mesmo corpo partidário” (Singer, 2010, p. 111). Do mesmo modo, Lacerda (2002, p. 72) diz que “o PT é um partido político que desenvolveu historicamente estruturas internas permeáveis à atuação de facções internas e uma particular distribuição de preferências ideológicas entre seus filiados. A interação de ambas define o caráter e a intensidade da luta interna petista”.

Os estudos neste sentido também convergem em afirmar que a existência de “duas almas” no partido não lhe retira seus aspectos distintivos frente aos demais partidos brasileiros. Para Amaral e Meneguello (2008), apesar de as “pressões internas e externas sofridas pelo partido ao longo de sua trajetória” terem alterado “sua configuração original”, não lhe retiraram “a inovação e a diferença”. Isto, pois, como lembra P. Ribeiro (2008) “no caso petista, a aproximação estatal acarretou um *afastamento* da sociedade civil, e não um *abandono*”, de modo que “alguns traços de seu modelo originário permanecem – no espaço que resta aos setoriais (ao menos

²⁸ No capítulo posterior trataremos mais detalhadamente das Zonas de Incerteza quando nos debruçamos sobre o processo de institucionalização do PT no Paraná em suas diferentes fases, a luz da teoria de Panebianco.

simbólico), na hegemonia junto ao movimento sindical, nas intrincadas relações de dominância com inúmeros atores sociais etc” (P. Ribeiro, 2008, p. 269).

Por fim, vale destacar as considerações feitas por Sarti (2006) para a qual o PT não só “preserva uma diversidade de grupos e temas”, como também, segundo ela, “não são apenas as tendências que distinguem o partido, mas as *identidades regionais e temáticas*” também e, mesmo que nem sempre claras, as frequentes disputas internas conferiria várias influências à *cultura política* do partido.

A lacuna culturalista

A afirmação de Sarti destacada acima abre justamente o mote do nosso trabalho a partir daqui, pois outro aspecto que a literatura clássica sobre o partido revela é uma carência bastante grande de estudos focados na *cultura política* do partido. Alguns estudos que podemos destacar como inseridos no campo culturalista, no entanto visam muito mais a caracterização do petista em termos socioeconômicos e ideológicos – dentro do espectro direita e esquerda (César, 1995; Telles, 2003). No entanto é bastante árido o enfoque sobre os valores políticos do petista – ator interno ao partido – acerca de seus próprios dilemas, ou seja, sobre suas opiniões em torno dos temas que eles próprios formulam.

Assim sendo, as temáticas a que nos referimos são aquelas sobre as quais discorreremos ao longo deste capítulo, e pelo fato de se apresentarem permeando toda a história do partido, ora com mais, ora com menos protagonismo é que podemos delimitá-los como questões-chaves, podendo resumi-las objetivamente como seguem: a) as noções de democracia e socialismo; b) o dilema da inserção institucional do partido e seu afastamento dos movimentos; c) a democracia interna do partido – o PED; d) o próprio dilema identitário no interior do partido quanto a sua possível *transformação*.

No que se refere aos *regionalismos*, a literatura também esbarra nesta questão porém predominantemente objetivando um enfoque organizacional, buscando apontar especificidades no processo de formação do PT em cada localidade descrita. Sobre isso, o próximo capítulo tratará de mostrar as peculiaridades do estado em destaque. O que se nota também é que pouco ou quase nada se tem feito no campo analítico com vistas

a articular estes três elementos: a *cultura política* dos *petistas* num contexto *regional* específico²⁹. Deste modo, este trabalho almeja contribuir para suprir esta lacuna e os próximos capítulos tratarão de evidenciar as motivações pela escolha particular do estado do Paraná, para que na parte final e analítica do trabalho possamos apresentar como estas questões se relacionam e são avaliadas frente a contextos específicos.

²⁹ Hilário (2006) apresenta uma pesquisa sobre a Cultura Política do PT na cidade de Londrina-PR. No entanto, seu enfoque histórico é bastante diverso do que propomos aqui, assim como seu recorte temporal, uma vez que a autora se dispõe a uma análise comparativa dos aspectos culturalistas do PT nacional com o PT do município, desde sua fundação até meados dos anos 90.

3. O Paraná não é o ABC – desafios e peculiaridades no processo de formação do PT no estado

Introdução

O objetivo principal deste capítulo é traçar em linhas gerais os aspectos que se destacam como peculiares na formação do Partido dos Trabalhadores no estado do Paraná. A motivação para este estudo, em específico, parte basicamente de três fundamentos. O primeiro deles é a escassez de estudos que levem em conta o contexto regional para a construção do PT, em especial nesta unidade da federação; o segundo, pelo fato de que neste estado são raríssimos os trabalhos que tratem do partido, qual quer que seja o enfoque; e por fim, pelo fato de o PT, que em menos de três décadas de vida trilhou uma rica história rumo à institucionalização vertida ao sucesso eleitoral, parece ter podido contar muito pouco com os números eleitorais vindos daquela unidade federativa.

Deste modo, partindo do modelo analítico de institucionalização partidária de Panebianco, o que se defende é que as condições específicas sob as quais o PT-PR se desenvolveu lhe conferem características próprias frente ao Partido dos Trabalhadores de modo geral, em particular em relação à experiência mais publicizada e comumente reconhecida como a do ABCD.

Vale ressaltar que o modelo de Panebianco não será utilizado aqui em sua totalidade, nem serão levados em consideração todos os elementos analíticos descritos pelo autor. Destacamos apenas os principais elementos que nos auxiliam a compreender minimamente a composição do PT naquela localidade a fim de subsidiar o estudo mais amplo ao qual este trabalho se insere, que objetiva na verdade verter atenção sobre a Cultura Política dos dirigentes do partido no Paraná.

Partindo disso, o capítulo se organiza em duas amplas seções. Na primeira descrevemos os fatores contextuais a partir dos quais o PT se formou naquele estado. Argumentamos como o contexto econômico e político influenciou a composição de grupos sociais diferentes daqueles do ABC, os quais passaram a compor o partido. Num segundo momento apontamos os constrangimentos ambientais que influenciaram a legalização do partido, assim como sua aproximação com as bases e a criação dum

vínculo partidário que pudesse se reverter em termos eleitorais. As considerações finais buscam articular a discussão até aqui exposta e abrir caminho às análises posteriores.

3.1. O Paraná não é o ABC: contexto, origens e fundação

Ainda que as agitações que se iniciaram no ABC paulista tenham sido primordiais para a fundação do PT, devemos levar em consideração que aquelas experiências não resumem nem podem ser apreendidas como únicas e exclusivas para a formação do partido em caráter nacional.

Ousamos afirmar que para entender a história do PT é preciso levar em consideração uma dupla heterogeneidade. A primeira, anunciada desde os seus primórdios – da convergência de diferentes grupos para sua formação. E uma segunda, muito pouco explorada como dissemos, que diz respeito à heterogeneidade regional e os diferentes contextos de formação e atuação do partido nos diferentes estados do Brasil.

Como bem afirmara Panebianco (1995), “toda organización está implicada en una multiplicidad de relaciones com su entorno” de modo que, segundo o autor os fatores ambientais determinam em grande medida o desenvolvimento dos partidos políticos. E, ainda que – e por isso mesmo – “el desarrollo organizativo de los partidos se halla constantemente condicionado por los contínuos câmbios ambientales” (Panebianco, p. 58) os fatores e escolhas que lhes dão origem tendem a influenciar fortemente o processo de institucionalização partidária.

Num sentido bem semelhante a este, autores como Hopkin (2003; 2009), Hopkin e Van Houten (2009), Thorlakson (2009) também afirmam que as características federativas podem influenciar o desenvolvimento dos partidos políticos, assim como a estruturação dos sistemas partidários. Neste caso, seria válido analisar os partidos políticos em seus diferentes níveis – nacional e regionais – considerando o grau de autonomia destes em relação à aquele, assim como a multiplicidade de fatores que tendem a influenciar as variações organizacionais, particularidades nas disputa eleitoral e composição de governo que podem se apresentar.

Tentaremos assim, a partir destes pressupostos, recompor minimamente o processo de formação do Partido dos Trabalhadores no Paraná.

3.1.1. A economia paranaense e as transformações sociais: contexto de formação

O contexto econômico, social e político ao qual o Brasil chegava ao final dos anos 1970 era o resultado de anos sob um regime ditatorial, que apesar de uma relativa expansão econômica e desenvolvimentista, pouco trouxe de avanço rumo à igualdade e ao bem-estar social. Muito pelo contrário. Se no campo econômico vimos o rápido e crescente desenvolvimento industrial e o inchaço das cidades, este mesmo processo gerou no campo social a precarização da vida urbana e das condições de trabalho. Este quadro contraditório foi, portanto, fator primordial para que as agitações e reivindicações contra o Regime Político ganhassem força.

Mas se este surto desenvolvimentista gerou consequências que afetaram diretamente a vida do trabalhador urbano, como foi em particular o caso de São Paulo – berço da industrialização nacional – os reflexos deste processo que levou o Brasil ao “milagre econômico” não foram os mesmos em todas as regiões do país. É este o caso do Paraná.

Isto porque, o desenvolvimento das demais regiões, que não o Sudeste, passou a se dar a partir de atividades complementares à da indústria. Desde meados dos anos 1930 e 1940, por exemplo, quando a cafeicultura começa perder força em São Paulo, o Paraná desponta como o maior produtor de café do Brasil. Sendo que toda diversificação econômica na região se deu em função do café. Inclusive a indústria em meados dos anos 1960, como descreve Trintin (2011)

Nos anos 60 o setor industrial era fortemente vinculado à transformação de produtos agrícolas, notadamente ao beneficiamento de café, cereais e afins, que respondia por quase 80% do valor adicionado do gênero, e da madeira, em que o segmento desdobramento da madeira contribuía com cerca de 90% do valor adicionado. Em conjunto estes gêneros contribuía com bem mais de 60% da renda gerada pelo setor industrial paranaense. No setor agrícola, a atividade cafeeira se destacava, uma vez que respondia por 58% do valor da produção agrícola estadual em 1960.

Apesar do esforço do governo do estado em buscar saídas para um desenvolvimento autônomo da indústria no estado, o ritmo ao qual o desenvolvimento industrial – sediado em São Paulo – impunha ao país, não deu margem para que tal objetivo tivesse êxito (Padis, 1981; Cano, 1998; Trintin, 2011). Mais uma vez, restou ao estado a função de gerar atividades econômicas complementares ao desenvolvimento nacional, como a produção agropecuária, alimentícia e posteriormente

sediar a construção daquela que viria a ser a maior fonte energética do país, a usina de Itaipu.

Tal estratégia encontrou êxito, sobretudo com a implementação de técnicas de modernização da agricultura estimulado pelo Plano nacional de Desenvolvimento.

Um dos marcos dessa política foi a montagem da Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR), com o objetivo de financiar o desenvolvimento industrial, notadamente no tocante à infra-estrutura básica do Estado, condição essa que possibilitou, além do escoamento da produção agrícola estadual, potencializar o poder de atratividade da economia quanto ao recebimento de investimentos industriais nos anos 70, pois passou a contar com maior oferta de energia elétrica, construção e ampliação de rodovias e ferrovias, adequação do porto de Paranaguá, modernização das telecomunicações, entre outras medidas importantes (Trintin, 2011, p. 8).

Este processo, porém, trouxe consequências impactantes na estrutura social que caracterizava o estado até então. Se, a atividade cafeeira já tivera destituído boa parte das pequenas propriedades do norte do estado – principalmente pela proximidade com São Paulo – a modernização da lavoura passou a gerar nas distintas regiões do estado um forte processo de êxodo rural. Deste modo, o Paraná foi palco de intensas e históricas lutas pela terra, não só no norte pioneiro, como também na região oeste e sudoeste onde se concentrou durante muito tempo fortes atividades vinculadas à agricultura familiar.

Na outra ponta deste processo, o que se assistia era o movimento de migração destas famílias para as médias e grandes cidades, assim como para a capital. O que, devido ao acelerado ritmo da urbanização, gerava inevitavelmente condições precárias de moradia nestas cidades. Como afirma Magalhães Filho (1993, p. 95), nos anos 1980 o Paraná passa a ser predominantemente urbano e “dos 6,9 milhões de habitantes em 1970, 4,4 milhões viviam no campo; em 1980, esse número reduz-se para 3,1 milhões numa população de 7,6 milhões”.

Deste modo, ao contrário do “núcleo autêntico” que deu início ao Partido dos Trabalhadores a partir das experiências do ABC paulista, o grupo de sindicalistas no Paraná não se constituía predominantemente de trabalhadores do setor industrial. Isto por que, a historiografia econômica do estado nos mostra o quão tardio foi seu processo de industrialização que em virtude da força da economia cafeeira até meados dos anos 1960, não se desenvolveu a não ser com o objetivo mal sucedido de dinamização econômica, tendo como setores principais a indústria alimentícia e química (Trintin, 2011).

3.1.2. A composição do partido³⁰

Ainda que os reflexos do contexto sejam diferentes, e isto irá influenciar a composição do PT-PR como pretendemos demonstrar, um aspecto une os laços dos diferentes setores sociais ao que viria se tornar o Partido dos Trabalhadores. Apesar do seu “rótulo” a maior certeza que se tinha naquele momento era a seguinte: a necessidade de se criar um partido que, antes de qualquer coisa, fizesse oposição e lutasse contra a opressão do Regime Militar.

É por isso que, enquanto no ABC paulista esta opressão recaía mais fortemente sobre os “trabalhadores” – em particular os metalúrgicos das empresas automobilísticas que compunham o “novo sindicalismo” – no Paraná, os sindicalizados eram provenientes de outros setores, como trabalhadores da construção civil e rurais devido à questão fundiária já mencionada.

Esta peculiaridade do setor sindical parece constituir a maior especificidade nos grupos que formaram o PT-PR, em relação aos seus “pais fundadores paulistas”. Além destes, destacaram-se também profissionais liberais e estudantes ligados a algum movimento da esquerda, como a Ação Popular Marxista-Leninista (APML), à POLOP-Política Operária e até mesmo ao MEP – Movimento e Emancipação do Proletariado. Grupos estes que também tiveram destaque, por exemplo, na formação do PT no Rio de Janeiro, estado que além das correntes de esquerda teve como atores sindicalizados protagonistas na construção do partido provenientes de “profissionais da classe média, entre os quais destacam-se os setores extremamente afetados com a recessão econômica, como os professores, os médicos, os funcionários públicos civis e os bancários” (Braga, 1997, p. 23).

Ainda no Paraná assim como também se fizeram presente representantes da Igreja Católica, viu-se também agregarem-se ao partido movimentos populares de colonos, por moradia e de bairros. Estes últimos por sua vez não se dissociam de um contexto mais amplo, já que o processo de precarização e favelização das médias e grandes cidades do Paraná esteve intimamente ligado ao êxodo rural e à luta pela terra naquele estado.

³⁰ Roberto Elias Salomão foi o organizador de um dos poucos trabalhos – ainda que não acadêmico – sobre os anos de formação no PT-PR. Em “Os anos heróicos: o Partido dos Trabalhadores do Paraná – do nascimento até 1990” o militante busca recompor os aspectos principais do partido neste período. A maior parte das informações sobre o PT-PR, a partir deste tópico, constam deste livro.

O campesinato e a influência dos trabalhadores do campo possui peso considerável dentre os grupos que formaram o PT-PR, uma vez que sua atuação de luta contra a exploração é anterior até mesmo ao surgimento do movimento sindical no ABC, como destaca Pedro Tonelli (1995) ao expressar que “en Paraná, una región con muchos productores pequeños, la lucha en el campo se intensificó a partir del 68, 69. Vinieron los problemas de las represas, la lucha por una política grícola. Esa fue la idea básica que motivó a los trabajadores, y a partir de ahí sintieron la necesidad de organizarse para disputar el poder político” (in Harnecker, 1995, p. 182).

Esta característica da participação campesina, no entanto, se fez presente em outras localidades em que a luta pela terra, o êxodo rural e a própria degradação ambiental marcaram parte da exploração aos trabalhadores do campo, como por exemplo Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Pará (Harnecker, 1995).

Por outro lado, no Maranhão, Borges (2009) chama a atenção para a ausência do protagonismo do grupo ligado à terra na formação do PT, destacando no entanto a Pastoral da Juventude e o Movimento Estudantil como setores importantes à construção do PT naquele estado. Braga (1997) também elenca dentre os vários grupos originários do PT-RJ o papel dos estudantes, sobretudo ligados à Igreja Católica, como a juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Estudantil Católica (JEC).

Quanto a isto, vale ressaltar por fim, que os estudantes também tiveram papel de grande importância na formação do PT-PR e que o Movimento Estudantil estava em franco processo de renascimento não só na capital Curitiba, como também nas outras duas maiores cidades do estado com universidades públicas estaduais – Londrina e Maringá. E não só estudantes universitários, mas também se via a reabilitação da UPES – União Paranaense de Estudantes Secundaristas. Uniam-se a eles, ainda, o movimento dos professores públicos estaduais.

3.2. Os constrangimentos ambientais no processo de legalização e organização do PT-PR

Quando Panebianco (1995) afirma que o desenvolvimento dos partidos depende do ambiente sob o qual ele se forma³¹, o autor é bem claro ao destacar que este “ambiente” diz respeito tanto ao que se refere às características externas como também internas da agremiação. Sendo assim, se as características sociais, políticas e econômicas do estado levaram grupos específicos a intentarem a formação do PT-PR, as características institucionais de que o país dispunha no momento, levaria a história do partido a mais um dilema: o da legalização.

A Reforma Política Partidária de 20 de dezembro de 1979 (Lei nº 6.767) que revogou a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP – Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971) e trouxe consigo certa flexibilização para formação de novos partidos foi a porta de entrada para que o Partido dos Trabalhadores pudesse se legalizar. Ainda assim, mesmo que o anseio para tal construção fosse muito grande, o desafio para se formar o novo partido não ficava atrás.

De acordo com as novas regras, para que o PT pudesse se constituir no Paraná de modo que ele estivesse apto disputar as eleições já em 1982, era preciso que o partido contasse com a legalização em pelo menos 20% dos municípios do estado – o que correspondia a 59 deles, com número específico de filiados para cada um de acordo com o número de eleitor.

A primeira divergência que se colocou no interior do grupo de fundadores não se deu exclusivamente no Paraná. Tratava-se do dilema da inserção institucional. Controvérsia que de certo modo persegue a história do partido até hoje. Porém, uma vez tomada tal decisão lá nos primórdios, as consequências são meros condicionantes de tal escolha, e o “*poderia ser*” torna-se apenas um fantasma que assombra os dirigentes e militantes gerando ainda especulações dentre a comunidade científica.

Este dilema, por sua vez gerava um duplo estágio de tensão. O primeiro deles, interno, diz respeito à disputa ideológica entre os grupos que compunham o partido e que no Paraná foi travada mais acirradamente entre os simpatizantes marxistas – que viriam a se ligar futuramente à Ação Popular Marxista-Leninista (AMPL) – e

³¹ Ver também Epstein (1982) que afirma a influencia das circunstâncias na formulação e origem dos partidos políticos.

integrantes da POLOP-Política Operária, para os quais a institucionalização não deveria deflagrar instantaneamente na construção de um partido com finalidades eleitorais.

No entanto, com o apoio de outras forças como os estudantes ligados à Liberdade e Luta (Libelu), os integrantes do MEP, do Partido Revolucionário Comunista – PRC, além das Pastorais e Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, e seguindo também a tendência que se apresentava pelo grupo paulista, o PT-PR optou pela disputa eleitoral.

Fato este que, no entanto, não se mostrava como uma “opção” em sim uma vez que considerando o PT como um partido nacional, certas escolhas (ou estratégias) se tornam inerentes. Tanto é que ainda no ano de 1979, portanto antes da fundação oficial do partido, a Comissão Nacional Provisória assinou a “Carta de Princípios” do PT, que destacava aspectos como o da “*participação decisiva dos trabalhadores na vida da nação*”, com o objetivo de “*estimular e aprofundar a organização das massas*” para “*apoderar-se do poder*”, “*com vistas a uma primordial democracia direta*”.

Desde o princípio, portanto, a ascensão ao poder e ao Estado sempre esteve no horizonte do partido, de modo que sua criação foi a consolidação de “um projeto específico, que não encontrava no quadro partidário vigente representação adequada”, passando a oferecer “conteúdo programático às reivindicações que surgiam na sociedade civil” (Feltran, 2006, p. 371-372).

Porém, não se deixou de formar uma segunda tensão. Qual seja, a do partido com o ambiente externo que congrega em certa medida dois aspectos, como poderá ser observado mais adiante: o primeiro deles como um desafio em se cumprir as exigências legais de filiação; e um segundo, em resposta a certa competição pelo cenário eleitoral que se estabelecia entre PMDB, PDT e PTB, em especial em relação aos dois primeiros.

Ainda que a partir da decisão em se formar o PT houve uma forte movimentação para se construir as bases do partido³², os militantes já mobilizados não garantiam os números exigidos pela legislação.

³²Acerca dos encontros que objetivaram fincar as bases do PT no Paraná, apresenta-se: A primeira reunião de formação em 1º de novembro de 1979, que contou com 29 militantes; em 2 de fevereiro de 1980 a Plenária dos Núcleos pró-PT de Curitiba; o 1º Encontro Estadual do PT em 24 de fevereiro de 1980, assim como o 2º Encontro já em março do mesmo ano; destaca-se também o 1º Encontro do PT do

Os militantes que compunham a primeira Comissão Executiva Regional Provisória distribuíram-se então nas diferentes regiões do estado com a função de se conseguir filiados até o prazo final para a legalização. Foi então que, entre os dias 14 de fevereiro e 15 de junho de 1981 a meta de criar as 59 Comissões Municipais Provisórias – CMPs se cumpriu, e tão logo estas se formavam, o processo de filiação se iniciava, o que significava como descreve Salomão (2010, p. 54),

ir de casa em casa, muitas vezes sem qualquer contato prévio, para apresentar a proposta do PT. Nem sempre os moradores entendiam muito bem o propósito dessas visitas, mas muitas vezes assentiam em assinar a ficha de filiação. Daí, pode-se concluir que boa parte dos filiados que garantiram a legalização do PT não sabiam exatamente o que significava entrar num partido político

Deste modo, se as tensões internas eram latentes, o terreno externo se apresentava nada mais que movediço e incerto, ficando a cargo do pleito do ano seguinte a resposta para os rumos tomados até o momento e o parâmetro para novas ações.

Ainda que Panebianco (1995) afirme que o desenvolvimento dos partidos contemple três fases principais – gênese, institucionalização e maturidade – é empiricamente muitíssimo complicado delimitar cronologicamente os limites temporais de cada uma delas. O próprio autor alerta que “las organizaciones no se institucionalizam todas del mismo modo, con La misma intensidad” (Panebianco, 1995, p. 117). Sendo este o período pelo qual o partido define metas e finalidades, e incorpora valores que guiarão sua atuação, trata-se a partir de então de despender esforços para que a organização sobreviva e persiga tais fins.

No caso do PT, uma vez definido que para se lutar pelos interesses dos setores oprimidos e marginalizados da sociedade a melhor saída seria a disputa eleitoral, coube então ao partido perseguir o objetivo de maximizar votos a cada pleito, ou nas palavras de Braga (2009), iniciou-se o período em que o partido buscou sua demarcação na vida política do estado³³.

Interior do Paraná, em Londrina no dia 7 de setembro de 1980; e ainda o 2ª edição deste Encontro a se realizar em Maringá no dia 30 de novembro daquele mesmo ano (Salomão, 2010).

³³ Ao analisar a trajetória político-organizativa do PT-RJ Socorro Braga faz destaque a três “momentos cruciais”. O primeiro que se refere a inserção do partido nas lutas sociais do estado e seu esforço por demarcar terreno na vida política. O segundo, entre 1987 e 1991, em que identifica uma “mudança de estratégia eleitoral e atuação político institucional”. E por fim, o desafio do PT-RJ em aprofundar “sua imagem perante a opinião pública”. No nosso caso, tomaremos como demarcação da análise do PT-PR apenas o primeiro momento devido ao fato de que não possuímos ainda elementos que nos permitam analisar a trajetória do PT no Paraná por completo.

A aproximação com as bases, o desafio eleitoral e disputas internas

No início do ano eleitoral de 1982 o partido contava com 73 diretórios municipais e quase 13 mil filiados. Pouco antes da eleição que aconteceria em 15 de novembro, este número saltaria para 85 DMs que atingiam em tese 53% do eleitorado (Salomão, 2010).

No entanto os resultados das urnas não se apresentaram como o esperado. Edéssio Passos, que era candidato do PT ao governo, obteve 0,38% dos votos e Manoel Izaias de Santana, nome ao senado, apenas 0,37%. No geral o partido não atingiu em números de votos o equivalente ao número de filiados, sendo que em alguns municípios, mesmo com candidatura do PT, não obteve nenhum voto. Alguns “constrangimentos” podem nos ajudar a pensar o insucesso eleitoral naquele momento.

O primeiro deles decorre do fato de que, como já vimos a maioria dos filiados até então não possuíam qualquer identificação partidária com o PT e pouco ou nada compreendiam o que o partido representava naquele momento. O segundo e não menos importante fator é que a condição de opressão naquele contexto estava fortemente vinculada ao regime militar e os votos se direcionaram ao partido que melhor soube apresentar propostas de oposição direta à ditadura – o PMDB, que elegeu José Richa ao governo e Álvaro Dias ao senado.

Em decorrência disso, o terceiro aspecto que não se apresentou favorável ao desempenho eleitoral do PT-PR foi o caráter muito amplo e genérico de seu Plano de Governo que, como resume Salomão (2010, p. 66), mostrava

que o PT queria fazer da sua campanha um grande palanque para divulgação de suas posições. O plano defendia alterações profundas na estrutura econômica e política, defendia um posicionamento sobre os grandes temas nacionais a partir da perspectiva ‘daqueles que constroem a Nação’ e, nas relações internacionais, pregava a autodeterminação dos povos e a solidariedade para com os oprimidos

Nos anos que se seguiram o partido tratou de tomar medidas que saldasse mais positivamente as próximas eleições e fizesse valer o projeto fundacional, que na verdade não se apresentava muito claro. Foi assim que já em janeiro de 1983, sob auxílio dos dirigentes nacionais Olívio Dutra e Francisco Weffort algumas deliberações foram tomadas:

- _ reorganização partidária;
- _ implantação no meio sindical e popular;
- _ travar lutas democráticas, inclusive eleitoral, do ponto de vista do trabalhador;

- _ linha política classista, baseada no trinômio trabalho, terra e liberdade;
- _ luta por eleições diretas para prefeito em Curitiba e municípios de segurança nacional (Salomão, 2010, p. 75).

Definidas as bases de ação e as delimitações de sua linha política, outro fator auxiliou na recomposição do partido no estado – porém, este já era um movimento que se via em todo o país. Tratou-se do Manifesto 113, pelo qual um grande número de militantes, em sua maioria “independente” de correntes internas ou filiações externas, buscava propor uma linha política autônoma ao partido.

No Paraná, porém, mais algumas especificidades marcaram este momento. Roberto Salomão (2010) explica que no estado ocorreu também a organização de um manifesto aos moldes dos 113, chamado de “Manifesto dos 48”, ou posteriormente “Manifesto dos 51” ao contar com o apoio de três trotsquistas. No entanto, neste primeiro instante, a Igreja estava no campo oposto desta chapa e integrava um “contra”-Manifesto dos 48 que, era composto pelo PCBR-MEP-PRC, além das CEBs. De acordo com os relatos dados a Salomão, pelos militantes da época, a principal divergência da Igreja com àquele grupo se dava por que não concordavam em apoiar o nome de Manoel Izaías para a presidência do diretório. Ao contrário disso, queriam para o cargo Gilberto Carvalho, conforme relato de que este

Foi mais um motivo de discórdia. Gilberto de Carvalho fazia parte da chapa adversária, mas diversos delegados ligados à Igreja e que o viam como referência escolheram seu nome para presidente, e não Manoel Izaías de Santana. Gilberto de Carvalho preferiu respeitar o acordo e votar em Izaías. (Salomão, 2010, p. 78)

No entanto a mais importante das ações que se deu foi o cumprimento daquelas deliberações no que diz respeito à aproximação com os movimentos populares e a inserção do partido nas lutas sociais do estado, de modo a criar uma identificação daquela população com suas propostas (ou procurar extrair daquelas lutas suas propostas) com vistas a ampliar de fato suas bases e criar condições favoráveis às disputas eleitorais futuras.

Como já dissemos o Paraná já possuía no final dos anos 1970 certa estrutura sindical estabelecida, em especial com os trabalhadores do campo; servidores públicos, como os professores; e trabalhadores urbanos ligados à construção civil. A luta pela construção da oposição sindical e construção da CUT-PR – a qual o PT esteve fortemente ligado – congregou, portanto estes setores.

Além disso, o processo de reestruturação econômica do estado, descrita acima, intensificou a luta pela terra no estado que foi marcada não só pela desintegração das pequenas propriedades devido à modernização da lavoura, mas também pela construção da usina de Itaipu, no final dos anos 1970, que expulsou de suas terras centenas de famílias. O Paraná foi, portanto, o berço de um dos mais importantes movimentos populares do país – o Movimento dos Sem Terra (MST), que teve sua construção iniciada no Oeste, Centro e Sudoeste do estado no ano de 1984.

Dentre os anos de 1984 e 1986 houve uma entrada massiva destes trabalhadores ao PT, o que segundo Salomão (2010, p. 94-95) “foi um momento decisivo para a construção do PT no Paraná”. Além desses movimentos, o PT intensificou sua atuação também junto aos movimentos populares por moradia e movimento estudantil.

Como podemos perceber o PT-PR não esteve ligado fortemente aos movimentos sociais desde a sua fundação. Este vínculo foi sendo criado a partir do insucesso eleitoral de 1982 com vistas a fortalecer suas bases.

Por isso o já conhecido constrangimento externo do partido voltava a ter peso ao se aproximarem as eleições municipais de 1985. O dilema que se apresentava era o seguinte: o PMDB era visto no estado como o maior opositor ao Regime Militar e lançara à prefeitura da capital um candidato com bases fincadas na esquerda e nos movimentos sociais. Apoiar ou não Roberto Requião?

Ainda que uma ala formada pelo MEP e PCBR propusesse o contrário, o PT-PR decidiu por lançar candidatura própria a prefeitura de Curitiba, com o advogado trabalhista Edésio Passos, que fora militante da Ação Popular e da Ação Popular Marxista-Leninista. Nesta eleição o PT teve um razoável aumento nos votos, mas não conseguiu eleger nenhum prefeito no estado.

No ano seguinte a nova direção – sob comando agora da Articulação que passou a contar com o apoio da Igreja – tinha como meta a expansão do partido para um bom desempenho eleitoral nas eleições majoritárias daquele ano³⁴. Os novos números foram expressivamente mais significativos, mas suficientes somente para eleger um deputado

³⁴ Dentre as metas cita-se: “1) plano de expansão, com meta de até o final de 1986 de 100 diretórios municipais legalizados e 25 mil filiados em todo estado (o PT tinha na época cerca de 16 mil filiados e 80 diretórios); 2) formar as secretarias estaduais de Movimentos Populares, Relações Internacionais; Sindical, Estudantil, Formação Política, Imprensa e Propaganda e Política Agrária”; dentre outras. (Salomão, 2010)

à Assembleia Legislativa. Mais uma vez o PMDB manteve o protagonismo nas urnas, elegendendo agora Álvaro Dias ao governo e José Richa ao senado.

Como se vê, assim como se deu no PT em todos os níveis, as decisões das ações do partido não estavam imunes no Paraná das disputas internas do partido. Ainda que no 2º Encontro Estadual realizado em Maringá no final de 1980, tenha se formado uma chapa de consenso para a primeira direção do PT-PR cuja composição se deu da seguinte forma – Presidente: Manoel Izaías de Santana (operário); 1º Vice-presidente: Ivo Pugnali (engenheiro); 2º Vice-presidente: Vander Rodrigues (professor); Secretário-Geral: Edéssio Passos (advogado); 1º Secretário: Vitório Sorotiuk (pesquisador) e Tesoureira: Eliane Nazareth de Oliveira (assistente social) – e, mesmo que, como pode-se verificar no quadro abaixo, a Articulação/CNB tenha permanecido sempre à frente das executivas do partido ao longo dos anos, o ambiente de disputa do Encontro mostra que somente aquele período inicial fora consensual.

Quadro 3.1 Panorama da disputa interna do PT-PR (1981-2009)

Ano	Chapas/Tendências Internas em disputa no Encontro	Gestão da Executiva	Presidentes da Executiva/Tendências
1981	Chapa de Consenso	1981-1983	Manoel Izaías -
1983	Chapa 1 - independentes, Igreja, PCBR, MEP e PCR Chapa 2 - independentes e os trotsquistas	1983-1986	Manoel Izaías -
1986	Chapa 1 – Articulação, independentes, Igreja e trotsquistas; Chapa 2 – PCBR	1986-1987	Gilberto Carvalho – Articulação
1987	Chapa 1- Articulação Chapa 2 – Tendência Socialista Chapa 3 - remanescentes do PCR	1987-1989	Gilberto Carvalho – Articulação
1989	Convocação de Gilberto Carvalho para o Diretório Nacional. Assume o Vice Glaus Germer.	1989-1990	Glaus Germer – Articulação
1990	Chapa 1 – Articulação; Chapa 2 – Democracia Socialista	1990-1992	Pedro Tonelli – Articulação
1993³⁵	Chapa 1 – Unidade de Luta Chapa 2 – Articulação de Esquerda Chapa 3 – Chapa dos “Caipiras” Chapa 4 – Independentes	1993-1995	José Wigneski – Articulação

³⁵ De acordo com depoimento de Roberto Salomão, dado à autora em abril de 2013, o Encontro de 1993 fora peculiar por marcar a disputa de três chapas (Chapa 3, Chapa 4 e Chapa 5) que na prática integravam, todas, o Campo Majoritário e estava de certa forma ligadas à Articulação. Sobre elas o que Salomão ressalta é que o grupo dos “Caipiras” era constituído por membros do PT-PR provenientes das regiões Sudoeste, Sul, Oeste e Noroeste do estado do Paraná e não teve protagonismo, nem atuação em períodos posteriores ao Encontro de 1993 e, além dos “independentes”, o grupo “Na luta PT” era isolado e formado basicamente por militantes do município de Cascavel.

	Chapa 5 – Na luta PT		
1995	Chapa 1 – Articulação Chapa 2 - Democracia Socialista	1995-1997	Jorge Samek – Articulação
1997	Chapa 1 – Articulação Chapa 2 - Democracia Socialista	1997-1998	Pedro Tonelli – CNB
1998	Pedro Tonelli licencia-se para concorrer nas eleições de 1998.	1998-1999	Roberto Salomão – CNB
1999	Chapa 1 – CNB Chapa 2 – “Roque” + Democracia Socialista	1999-2000	Nedson Micheletti – CNB
2000	Nedson Micheletti licenciou-se para concorrer à prefeitura de Londrina-PR.	2000-2001	Márcio Pessatti – DS
2001 PED	Chapa 1 – CNB Chapa 2 – “Roque” + Democracia Socialista	2001-2005	André Vargas – CNB
2005 PED	Chapa 1 – CNB Chapa 2 – “Roque” Chapa 3 – Coletivo Chapa 4 – Democracia Socialista Chapa 5 – <i>não informado</i>	2005-2007	André Vargas – CNB
2007 PED	Candidato de Consenso	2007-2010	Gleisi Hoffmann – CNB
2009 PED	Candidato de Consenso	2010-atual	Enio Verri – CNB

Fonte: Elaboração própria a partir de informações contidas no site oficial do PT-PR < www.pt.pr.org.br > e depoimentos dos dirigentes entrevistados.

Desempenho eleitoral e disputas partidárias no Paraná

Um maior sucesso eleitoral do PT-PR só veio nas eleições municipais de 1988, quando o partido elegeu prefeitos em dois municípios³⁶ e também 32 vereadores em diferentes regiões.

dos 32 vereadores eleitos, 16 eram agricultores rurais, a maioria no Sudoeste, Oeste e Sul. Nas regiões de Curitiba e Londrina, só as cidades-polo elegeram vereadores. (...) A distribuição dos eleitos pelas regiões também indicava a força dos trabalhadores rurais na composição do PT: as regiões Oeste, Sudoeste e Sul elegeram 17 vereadores, mais da metade do total (Salomão, 2010, p. 142)

É bem certo, como podemos perceber na tabela abaixo que o PT-PR passou a se fazer presente cada vez mais nas prefeituras e câmaras municipais do estado (Tabela 3.1), no entanto, tais vitórias não se reverteram necessariamente em sucesso significativo no desempenho eleitoral majoritário. E, como podemos perceber, dentre os estados da região sul do Brasil, o PT no Paraná este sempre atrás do desempenho do

³⁶ Foram eles: São João do Triunfo, no sul, e Salto do Lontra, no Sudoeste.

partido nos demais estados, com relativa vantagem em relação ao PT-SC apenas no último pleito (2012).

Tabela 3.1 Desempenho Eleitoral do PT nas prefeituras e câmaras municipais nos estados da Região Sul (1996-2012)

ANO	Pleitos	Paraná			Santa Catarina			Rio Grande do Sul		
		Votos (N)	% VV	Eleitos	Votos (N)	% VV	Eleitos	Votos (N)	% VV	Eleitos
1996	Prefeitos	253.759	5,42	6	293.652	10,59	7	1.093.071	20,15	26
	Vereadores	249.596	4,65	115	171.182	6,40	125	753.024	14,44	359
2000	Prefeitos	641.751	12,60	10	526.095	17,19	13	1.351.109	22,58	35
	Vereadores	375.416	7,20	148	296.407	9,55	164	917.838	15,18	454
2004	Prefeitos	845.464	15,01	29	632.067	18,69	23	1.329.822	20,93	43
	Vereadores	566.183		255						
2008	Prefeitos	660.028		32	628.516		34	1.497.771		60
	Vereadores	491.529		295	415.000		237	99.9399		519
2012	Prefeitos	776.828	15,39	43	516.904	14,22	46	1.450.807	22,66	73
	Vereadores	488.750	9,20	345	437.013	11,22	308	1.030.204	15,66	653

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). 1) os dados referentes às eleições anteriores a 1996 não constam no site do TSE; 2) o mapeamento destas prefeituras constam mais adiante na Figura 1.

O que se percebe é que o otimismo relativo às vitórias locais em 1988 motivou o partido para as primeiras eleições diretas a presidente, em 1989. Tanto é que o Paraná foi palco de inúmeros comícios no primeiro turno. Não nos cabe aqui reconstruir as circunstâncias que regeram as eleições e que levaram a disputa para o segundo turno. Citamos apenas que o desempenho de Lula no Paraná foi bem inferior ao de Collor. Enquanto o candidato surpresa do PRN obteve 1.738.065 (38,5%) dos votos do estado, o petista não chegou aos 354 mil, com cerca de 7,8% dos votos.

Após intensa campanha pelo estado durante o segundo turno com o apoio de Roberto Requião (PMDB) e alguns “admiradores de Brizola, principalmente no Oeste e no Sudeste”, o empenho não surtiu resultado muito satisfatório. No Paraná, Collor (63,6%) ganhou com mais do dobro de votos validos em relação a Lula (Salomão, 2010).

Nas eleições estaduais no ano seguinte a coligação que formou a Frente Brasil Popular (PT, PSB e PC do B) no ano anterior se desfez no Paraná e o PCdoB preferiu apoiar o PMDB de Requião ao governo. Nesta conta, o saldo foi a eleição dos primeiros três deputados federais do PT pelo Paraná e três deputados estaduais, número que manteve-se relativamente estável e com pouca variação nos pleitos seguintes, com destaque para o ano de 2002, como pode-se perceber na Tabela 3.2. A situação eleitoral para senadores no estado verte-se no mesmo sentido (Tabela 3.2). Quando os dados

abaixo são analisados tomando como base a porcentagem de votos válidos (%VV) o que se percebe também é a posição sempre periférica do PT-PR em relação aos demais estados da região.

Tabela 3.2 Desempenho eleitoral do PT nas eleições para deputado estadual e deputado federal nos estados da Região Sul (1994-2010)

ANO	Pleitos	Paraná			Santa Catarina			Rio Grande do Sul		
		Votos (N)	% VV	Eleitos	Votos (N)	% VV	Eleitos	Votos (N)	% VV	Eleitos
1994	Dep. Est.	102.091	3,19	4	75.798	3,97	5	141.285	3,60	6
	Dep. Fed.	118.162	4,23	3	93.983	5,80	2	498.874	13,63	7
1998	Dep. Est.	340.989	8,29	4	284.358	11,40	5	998.398	19,88	12
	Dep. Fed.	375.330	9,438	3	289.488	12,37	2	1.225.668	25,27	8
2002	Dep. Est.	849.576	13,21	8	569.063	19,45	8	1.139.165	19,14	12
	Dep. Fed.	914.161	14,63	5	681.143	22,21	5	1.304.552	22,18	7
2006	Dep. Est.	432.732	7,98	6	407.762	12,40	5	886.353	14,82	9
	Dep. Fed.	737.134	13,741	4	530.984	16,49	3	1.008.114	16,92	6
2010	Dep. Est.	626.155	10,96	6	554.198	15,72	7	1.505.681	24,14	14
	Dep. Fed.	700.187	12,25	5	612.077	17,63	4	1.533.623	24,87	8

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Ainda que o PT-PR tenha conseguido eleger senadores nos pleitos de 2002 e 2010, como mostra o quadro abaixo³⁷, é visível que a influência partidária do estado se concentra não só entre o PMDB, PSDB e PDT, mas também há forte personalismo no voto, representado pela figura de Roberto Requião e pela Família Dias. No entanto, o sistema partidário do Paraná pode ser ainda melhor visualizado quando consideramos as disputas para o governo do estado.

³⁷ A tabela 3.2 tem por objetivo apresentar os principais nomes e partidos na disputa para o senado em cada pleito. Para cada um deles apresentaram-se ainda, sem êxito, as candidaturas elencadas no anexo IV

Quadro 3.2 Disputa Eleitoral no Paraná para o Senado (1994-2010)

Ano	Candidato	Partido	Coligação	Votação	% VV	Situação
1994 (votação em 2 candidatos)	Roberto Requião	PMDB	-	2.301.209	48,50	Eleito
	Osmar Dias	PP	-	1.449.698	30,56	Eleito
	Pedro Tonelli	PT	-	317.764	6,70	Não Eleito
1998	Álvaro Dias	PSDB	-	2.532.010	28,37	Eleito
	Nedson Micheleti	PT	-	977.279	10,95	Não Eleito
	Maria Ap. Fernandes	PSC	-	291.081	3,26	Não Eleito
2002 (votação em 2 candidatos)	Osmar Dias	PDT	PDT / PTB / PTN / PPB / PRP / PT do B	2.776.368	30,06	Eleito
	Flávio Arns	PT	PT / PHS / PCB / PC do B / PL	1.995.730	21,60	Eleito
	Paulo Pimentel	PMDB	Sem Coligação	1.091.822	11,82	Não eleito
	Edésio Passos	PT	PT / PHS / PCB / PC do B / PL	958.962	10,38	Não Eleito
2006	Álvaro Dias	PSDB	Sem Coligação	2.572.481	50,50	Eleito
	Gleisi Hoffmann	PT	PT / PHS / PL / PAN / PRB / PC do B	2.299.088	45,14	Não Eleito
2010 (votação em 2 candidatos)	Gleisi Hoffmann	PT	-	3.196.468		Eleito
	Roberto Requião	PMDB	-	2.691.557		Eleito
	Gustavo Fruet	PSDB	-	2.502.805		Não Eleito
	Ricardo Barros	PP	-	2.190.539		Não Eleito

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Para o governo, o segundo turno de 1990 foi disputado por Martinez (PRN) e Requião (PMDB). O PT, neste momento decidiu por não apoiar nenhum candidato. Requião venceu as eleições com 44,30%.

Os anos que se seguiram após os anos 1990 não representaram muito avanço ao sucesso do PT-PR, ao menos no que diz respeito às eleições ao governo e à contribuição do estado para as eleições à presidência. Nas três eleições (1994, 2002 e 2006) que disputou o governo do estado com candidatura própria, o partido não obteve mais que o terceiro lugar (Quadro 3.3). Nos outros dois pleitos – na chapa de Roberto Requião (PMDB) e de Osmar dias (PDT), em 1998 e 2010, respectivamente – o partido também não obteve êxito.

Quadro 3.3 Disputa Eleitoral para o Governo do estado do Paraná (1994-2010)

ANO	Candidato	Partido	Coligação	Votos Nominais (1ºt)	% VV (1ºt)	Votos Nominais (2º t)	%VV (2ºt)	Situação
1994	Jaime Lerner	PDT	PDT / PDF	2.070.970	54,85	-	-	Eleito
	Álvaro Dias	PP	-	1.455.648	38,55%	-	-	Não Eleito
	Jorge M. Samek	PT	-	159.221	4,22%	-	-	Não Eleito
1998	Jaime Lerner	PFL	PPB / PST / PSC / PPS / PRN / PSD / PT do B / PRP / PSB / PFL / PL / PTN / PTB / PSL	2.031.241	52,21	-	-	Eleito
	Roberto Requião	PMDB	PDT / PC do B / PV / PCB / PAN / PRTB / PMN / PSN / PMDB / PT	1.786.115	45,91	-	-	Não Eleito
2002	Álvaro Dias	PDT	PDT / PTB / PTN / PPB / PRP / PT do B	1.616.047	31,40	2.180.922	44,85	Não Eleito
	Roberto Requião	PMDB	(sem coligação)	1.347.353	26,17	2.681.811	55,15	Eleito
	Beto Richa	PSDB	PSDB / PFL / PSL / PAN	888.837	17,27	-	-	Não Eleito
	Roque Zimmemann	PT	PT / PHS / PCB / PC do B / PL	842.399	16,36	-	-	Não Eleito
2006	Roberto Requião	PMDB	PMDB / PSC	2.321.217	42,80	2.668.611	50,09	Eleito
	Osmar Dias	PDT	PP / PDT / PTB / PTN / PMN / PTC / PSB / PRONA / PT do B	2.093.161	38,60	2.658.132	49,90	Não Eleito
	Flávio Arns	PT	PT / PHS / PL / PAN / PRB / PC do B	506.825	9,34	-	-	Não Eleito
	Rubens Bueno	PPS	PPS / PFL	437.689	8,07	-	-	Não Eleito
2010	Beto Richa	PSDB	PRB / PP / PPS / DEM / PSDB	3.039.774	52,43	-	-	Eleito
	Osmar Dias	PDT	PDT / PT / PMDB / PR / PC DO B	2.645.341	45,63	-	-	Não Eleito

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Ao analisar as vitórias de Jaime Lerner nos anos de 1994 e 1998, Cervi (2002, p. 130) afirma que a compreensão do voto no estado do Paraná perpassa por uma compreensão da ocupação do estado e seu respectivo desenvolvimento econômico. Segundo o autor, seriam três os momentos marcantes de tal processo. O primeiro deles referente ao período colonial possibilitou a ocupação do nordeste, sudeste e litoral do estado por tropas que vinha do Rio Grande do Sul em direção à São Paulo e compõe a face mais conservadora do Paraná; entre 1920 e 1930, sob forte influência da migração paulista no norte e noroeste para desenvolvimento agrário, esta região do estado tomou rumos mais progressistas e, por fim, entre as décadas de 1940 e 1950 os migrantes gaúchos que modernizaram, industrializaram e urbanizaram as regiões oeste e sudoeste levaram para lá forte influência do brizolismo e consequentemente do PDT.

O autor argumenta ainda que fatores como o tamanho do município, seu desenvolvimento socioeconômico e o posicionamento do candidato em relação à máquina de governo são também preponderantes para se compreender o direcionamento do voto no Paraná. Por este motivo a característica do voto de Lerner

nos dois pleitos se apresentam diferentes. No primeiro, seus eleitores se concentraram entre os grandes centros, sob o discurso de desenvolvimento econômico no estado o que atraía a atenção de empresários e industriais das grandes cidades. Num segundo momento, sem talvez agradar a estes setores, “uma explicação possível para essa mudança no comportamento eleitoral do paranaense nas eleições de 1994 e 1998 pode ser identificada na relação de maior dependência dos municípios pequenos e pobres com o poder público” o que, segundo Cervi (2002, p. 132) remeteria “necessariamente à idéia do clientelismo e da intervenção direta do poder público em favor de determinado candidato em um processo eleitoral”. Outra explicação, seria ainda “a troca de partido ocorrida entre as duas votações.

O PDT, partido de Lerner em 1994, “teria mais penetração no eleitorado urbano, enquanto o PFL, partido de Lerner em 1998, no eleitor das pequenas cidades, reproduzindo uma tendência nacional de ambos os partidos” (Cervi, 2002, p. 132).

O argumento de Cervi nos parece interessante e pertinente para compreender ainda o desempenho do PT-PR não só nas eleições presidenciais, como o fizera Bonette (2006), mas também para inferir que a eleição de Gleisi Hoffmann para o senado em 2010 segue o mesmo preceito. A fora a eleição de 2002 – que se configurou como um reflexo do desempenho de Lula e do PT em todo país – nas últimas eleições o PT-PR esteve na coligação majoritária juntamente com PDT e PMDB. Ainda que o governador Osmar Dias (PDT) não tenha sido eleito a imagem e mensagem do Partido dos Trabalhadores estava associadas tanto à primeira legenda, como a figura de Requião (PMDB) governador em término de gestão, eleito também para o senado em 2010.

Tabela 3.3 Desempenho Eleitoral do PT-PR para as eleições presidenciais

Ano	Turno	PRESIDENTE							
		PARANÁ		SANTA CATARINA		RIO GRANDE DO SUL		BRASIL	
		Votos (N)	% VV	Votos (N)	% VV	Votos (N)	% VV	Votos (N)	% VV
1994	1º	898.231	22,75	630.999	26,55	1.610.379	33,48	-	-
	2º	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	1º	1.168.853	27,78	929.698	36,61	2.460.551	49,05	21.475.211	31,71
	2º	-	-	-	-	-	-	-	-
2002	1º	2.540.328	50,13	1.719.739	56,60	2.667.451	45,18	39.455.233	46,44
	2º	2.929.427	59,22	1.914.684	64,14	3.297.354	55,84	52.793.364	61,27
2006	1º	2.111.589	37,90	1.108.851	33,22	2.052.656	33,07	46.662.365	48,61
	2º	2.663.423	49,25	1.481.344	45,466	2.811.658	44,65	58.295.042	60,83
2010	1º	2.311.239	38,95	1.402.566	38,71	3.007.263	46,95	47.651.434	46,91
	2º	2.593.086	44,56	1.556.226	43,39	3.117.761	49,06	55.752.529	56,05

Fonte: Eleaboração própria a partir de dados do TSE.

Como se pode notar pelos dados da tabela 3.3, os resultados nacionais, do mesmo modo, não mostram indícios de vitória no estado – a não ser em 2002, quando Lula chegou à Presidência, tendência, no entanto que se segue aos demais estados.

Bonette (2006, p.183) afirma, por exemplo, que o desempenho eleitoral de Lula no estado depende, dentre outros fatores, “de como o candidato posicionou-se no eixo socioeconômico local” e “das propostas do partido (interesses sociais defendidos em favor dos mais pobres contra os mais ricos ou vice-versa)”. Isso poderia justificar o baixo desempenho do partido, sobretudo nas principais regiões eleitorais – centro norte e oeste³⁸ – do estado, já que o estudo realizado por Omar Barros (2010) aponta que entre 1998 e 2006 os votos do PT-PR para eleições majoritárias se concentraram sobretudo nas regiões Sudoeste, Centro Sul e Sudeste.

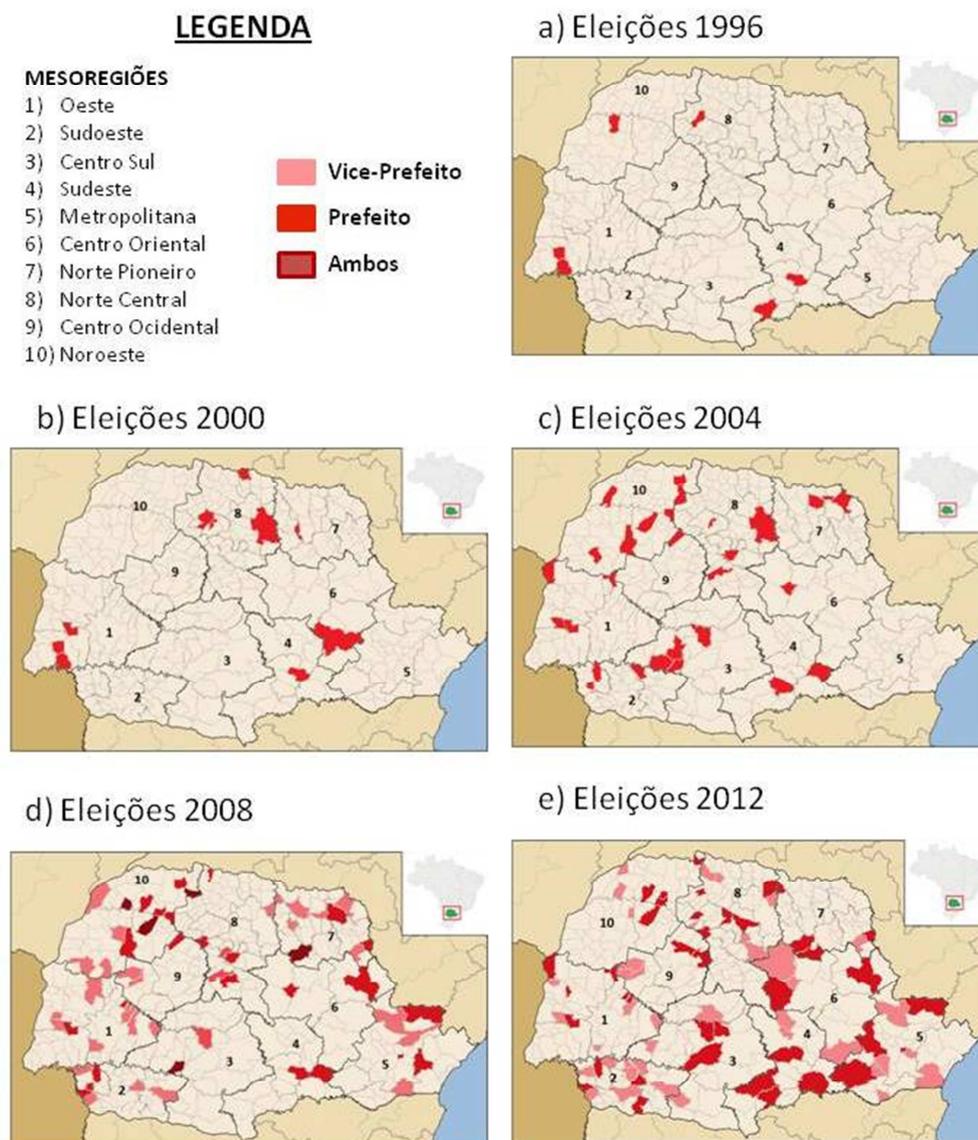
Ainda que os números ainda mostrem que o desempenho eleitoral do partido no estado ainda continua aquém daquele pretendido pelo PT enquanto ampliação eleitoral. Uma análise mais detalhada da figura abaixo pode nos levar a inferir que a estratégia do PT-PR é justamente saldar a discrepância apontada por Bonette (2006) e avançar sua zona de influência eleitoral principalmente para a região central do estado, além da região metropolitana com vistas a uma futura conquista da capital, garantindo assim, maiores possibilidades de se eleger pela primeira vez um nome para o governo do estado, como deixou claro o atual presidente estadual do partido ao afirmar – na abertura do Encontro Estadual par Planejamento Estratégico da Executiva do PT-PR , realizado em dezembro de 2012 em Curitiba – que “o PT foi o partido mais votado nas eleições municipais. Estamos caminhando a passos sólidos para disputar a eleição para o governo em 2014. Isto é resultado dos desafios que colocamos no planejamento da nossa capacidade de execução destas tarefas”.

Observa-se pelos mapas da figura 3.1 que a maior evolução eleitoral de prefeitos do PT-PR se deu das eleições de 2000 para 2004 sobretudo em direção às regiões noroeste e sudoeste, maior reduto de votos de esquerda do estado. Em 2008 pode-se notar um avanço, ainda que tímido em relação ao nordeste da mesoregião Centro Oriental e as primeiras conquistas na região metropolitana, que estendeu-se nas conquistas de 2012.

³⁸ Para além da Região Metropolitana de Curitiba, são estas as regiões que compõem os maiores colégios eleitorais do estado devido ao número de habitantes, segundo a divisão por Mesorregiões do IBGE.

Apesar disso, a avaliação estratégica do presidente do partido descrita acima, faz maior sentido se observarmos que mesmo com o aparente bom resultado nas eleições municipais de 2008, por exemplo, e uma relativa dispersão geográfica das prefeituras petistas, o reflexo desta abrangência local não se refletiu nas eleições majoritárias de 2010, uma vez que a candidata petista Dilma Rousseff perdeu a eleição no estado nos dois turnos (Tabela 3.3, acima), tendo vencido o tucano José Serra em três das 10 regiões destacadas acima. São elas: Oeste, Sudoeste e Centro-Sul.

Figura 3.1 Distribuições geográficas dos prefeitos eleitos pelo PT-PR ao longo dos anos



Fonte: elaboração própria a partir de informações constantes no site do PT-PR (www.pt-pr.org.br) e do TSE (<http://www.tse.jus.br>)

Considerações Finais

Como dissemos, o esforço maior deste capítulo foi o de reconstruir minimamente a trajetória político-institucional do PT no Paraná a fim de esclarecer aspectos que nos ajudem a pensar e subsidiar as análises posteriores acerca dos valores políticos dos seus dirigentes.

Não podemos negar que de alguma forma o Partido dos Trabalhadores no Paraná se encontra institucionalizado, nos termos de Panebianco, uma vez que desde sua fundação tem tomado decisões e medidas que favorecem a sobrevivência do partido frente às condições ambientais que encontra. Tendo inclusive buscado ao longo de sua história estratégias contextuais para tal adaptação. Como se tentou demonstrar aqui, em linhas gerais, três aspectos marcam a trajetória do PT-PR de modo a tornar seu processo de formação relativamente diferente daquele sob o qual o PT do ABCD se viu estabelecer.

O primeiro deles tem a ver com os grupos de sua composição originária que ao contrário do que se viu em São Paulo, o PT-PR contou com um sindicalismo dos setores agrários devido ao histórico de desenvolvimento econômico do estado que não se deu via industrialização. Além disso, a disputa pelo reconhecimento e identificação da população com o partido enquanto um representante da esquerda, frente à atuação do PMDB – e a figura de Roberto Requião – conferiu ao partido no Paraná dificuldades para constituir suas bases e travar um diálogo mais estreito com os movimentos sociais desde a fundação, o que veio a refletir significativamente no seu desempenho eleitoral ao longo dos anos.

Frente a isto, os questionamentos que propomos investigar com mais fôlego nos capítulos seguintes são: o que compõe os valores políticos dos dirigentes petistas deste estado, uma vez que para o autor supracitado são eles que tomam as decisões relevantes e conduzem a institucionalização do partido? Panebianco (1995, p. 115) afirma:

En la fase de gestación, cuando la organización está todavía en construcción, los líderes, sean carismáticos o no, desempeñan un papel crucial. En primer lugar las metas ideológicas del futuro partido, seleccionan la base social de la organización (...) En esta fase el problema de los líderes, de los empresarios políticos, es el de elegir los *valores-clave* y crear una estructura social que los incorpore [grifos nossos]

Mesmo que o autor resalte que as peculiaridades “del período de formación de un partido, los rasgos en que se refleja su gestación, pueden, en efecto, ejercer su

influencia sobre las características organizativas de aquél incluso a decenios de distancia”, admite también que o partido é “una estructura en movimiento que evoluciona, que se modifica a lo largo del tiempo y reacciona a los cambios exteriores, al cambio de los ‘ambientes’ en que opera y en los que se halla inserto” (1995, p. 107-109).

O foco proposto a partir daqui não é compreender como pode ter se dado tais mudanças. Ou melhor, as mudanças quanto aos valores. Entendemos que, as questões chave – originárias – ainda existem, mesmo que outras tenham sido introduzidas ao longo da história do partido. Por isso buscamos questionar, então, quais as opiniões que os dirigentes do PT-PR possuem frente a estas questões no momento atual, após tantos eventos marcantes em sua história, como se elucidou no capítulo anterior.

O propósito que se abre é o de identificar quais são os valores – opiniões e avaliações – dos dirigentes do PT-PR diante das questões que sempre estiveram postas no debate interno do partido de modo geral – como a relação entre institucionalidade e movimentos sociais; a relação entre democracia e socialismo; as noções de democracia interna, que inclui a questão da paridade de gênero; a função histórica do partido; etc.

Partimos, portanto, do pressuposto de que as especificidades aqui descritas imprimiriam também peculiaridades aos valores, ou opiniões dos dirigentes em relação a estas questões, quando comparadas a cultura política destes petistas paranaenses com a verificada no PT *geral*.

4. O PT-PR: qual a sua lógica da diferença?

Introdução

Tomando como base o que já se discutiu até aqui, em especial as características da formação do PT-PR descritas no capítulo anterior, o que se propõe a partir deste momento é responder a questão fundamental desta dissertação buscando identificar se àquelas circunstâncias teria produzido especificidades nos traços da cultura política dos dirigentes petistas do estado. O objetivo deste capítulo (e do próximo) é, portanto, testar a principal hipótese do trabalho pela qual se acredita que podem ser encontradas algumas peculiaridades na cultura dos dirigentes paranaenses em relação à cultura geral dos dirigentes petistas.

Para tanto, buscou-se criar um quadro comparativo entre as opiniões dos petistas médios, participantes do 4º Congresso Nacional do PT, e os membros da Executiva Estadual do PT-PR. As questões selecionadas para tal análise dizem respeito àqueles elementos destacados no capítulo 2, como sendo assuntos-chave na elaboração das diretrizes e ações do partido ao longo dos seus anos de existência.

Para analisá-las adotaremos, com as adaptações devidas, a divisão analítica utilizada por Telles (2003) ao desenvolver um estudo de cunho culturalista do partido no município de Belo Horizonte. A autora aborda a cultura política em seu trabalho sob três aspectos: *ideológico* – a partir do qual analisa o posicionamento e avaliação dos militantes diante dos modelos socialistas e socialdemocrata; *estratégico* – para o qual se destaca a avaliação dos petistas frente ao papel da institucionalidade e dos movimentos sociais; e por fim o que chama de aspectos *táticos* – como os entrevistados avaliam a função do partido e sua relação com as bases.

Para se criar um contínuo entre os temas e não desenvolver capítulos muito longos optou-se por dividir a parte empírica e analítica do trabalho em duas partes. O capítulo 4 limita-se aos objetivos de apresentar em linhas gerais a caracterização dos dados adotados; discutir a percepção dos dirigentes acerca das especificidades locais e dos efeitos disso na atuação do PT no estado; e, por fim, verificar como eles avaliam, em linhas gerais, o processo de transformação do PT. No capítulo seguinte abordamos de modo mais detido a avaliação dos dirigentes acerca das questões-chaves específicas conforme apresentadas acima e também remetemos a ele as considerações finais.

4.1. Caracterização dos dados

Para atender aos objetivos propostos neste trabalho serão utilizadas basicamente duas fontes de dados. O primeiro deles diz respeito aos questionários estruturados que a Fundação Perseu Abramo, por meio do seu Núcleo de Opinião Pública (NOP-FPA), aplicou aos 1350 delegados do 4º Congresso cuja porcentagem de respondentes foi de 81,7%. As respostas dadas às questões que selecionamos para nossas análises serão base de um exercício de comparação com as entrevistas realizadas junto aos membros da Executiva do PT-PR.

Lembramos que a atual gestão da Executiva Estadual do PT-PR foi eleita pelo PED de 2009 e é composta por 10 membros detentores de cargos e outros 12 sem cargos. Vale destacar que todos estes membros foram contactados por meio eletrônico (*e-mail*) e quando possível por telefone, no entanto apenas oito deles se comprometeram a colaborar com esta pesquisa. Dentre estes, cinco são componentes do chamado “núcleo duro” e outros três membros “vogais”. Portanto, a seleção dos entrevistados não foi guiada por nenhum critério externo se não a disponibilidade dos próprios membros.

É importante frisar que o recorte temporal aqui destacado reúne membros – quer sejam nacionais, quer sejam regionais – de um mesmo período de gestão, pois o 4º Congresso realizou-se em dois momentos – fevereiro de 2010 e agosto de 2011 – e as entrevistas individuais restringiram-se a dirigentes eleitos no último PED (2009) e foram realizadas em maio de 2012 e abril de 2013.

Outro desafio metodológico merece destaque e diz respeito à disparidade das amostras e das possibilidades de generalização comparada da pesquisa. Tal fato pode ser vencido pela limitação de nossas aspirações. Ao abordarmos os dados referentes ao 4º Congresso o que se pretende é submetê-los a uma análise descritiva cunhada numa perspectiva inferencial a partir dos estudos e teorias que já abordaram o PT como tema específico. As entrevistas individuais, por outro lado, também submetidas a uma análise descritiva, têm por função fornecer elementos a que se aproximem ou não do quadro geral dos “petistas médios”, e possuem um foco maior de nossas atenções.

Obviamente, a diferença no tamanho da amostra de cada uma das unidades de análise aqui abordadas não nos permitirá afirmar que os posicionamentos do PT-PR, de

modo geral, se aproximam mais ou menos dos petistas como um todo. Mas, os dados nos permitirão – e isso é o que se pretende aqui – afirmar que um grupo específico de dirigentes do PT, qual seja membros da executiva do partido no Paraná – possui valores políticos mais ou menos próximos de um conjunto de militantes que reúne petistas de todo o país.

Até porque, como afirma P. Ribeiro (2008, p. 140), ainda que alguns autores tomem “os delegados como amostras representativas da base petista”, é preferível “assumi-los como representativos dos dirigentes de nível intermediário na hierarquia”, pois como demonstra os estudos do autor e também a tabela 4.3 deste capítulo, “a grande maioria dos delegados ocupava, no momento de cada EN [ou CN], algum cargo intermediário de direção”.

4.1.1. Descrição sócio-participativa dos delegados do 4º Congresso

A principal função da quadro 4.1 é nos dar um panorama da participação dos delegados por estados/regiões, e nesse sentido verifica-se que a regra da proporcionalidade está aqui aplicada, sendo que os estados com maior número de participantes coincidem com os maiores colégios eleitorais brasileiros, São Paulo e Minas Gerais, respectivamente. Além disso, situamos no quadro amplo a participação do Paraná no Congresso, que com 42 representantes integra pouco menos de 4,0% dos delegados. Esta observação é importante, pois em diferentes momentos do texto os dados serão analisados levando em consideração uma comparação entre os delegados do PT-PR com o quadro geral de entrevistado.

Quadro 4.1. Participação de Delegados no 4º Congresso, por estado.

Regiões									
Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
Estados	n	Estados	N	Estados	n	Estados	n	Estados	n
AC	10	BA	54	DF	28	ES	23	PR	42
AP	19	CE	62	GO	35	MG	121	RS	67
AM	14	MA	22	MT	23	RJ	78	SC	25
PA	46	PB	28	MS	32	SP	220		
RO	5	PE	70						
RR	1	PI	23						
TO	16	RN	11						
AL	14	SE	14						

Fonte: Elaboração própria a partir da Base de dados da Pesquisa de Perfil de Delegados, realizada pela FPA no 4º Congresso Nacional do PT (2010).

A tabela 4.1 objetiva apresentar a dispersão etária dos participantes do 4º Congresso. É notório que a maioria dos delegados situa-se entre 41 e 50 anos (38,4%), mas se comparado com os dados do 3º Congresso Nacional de 2007 esta faixa etária apresentou redução de pelo menos seis pontos percentuais. Esta parcela dos delegados, no entanto, esteve distribuída, em 2010, tanto entre os mais jovens (de até 30 anos) – que saltaram de 8% para 11,8% - como entre os mais velhos (com mais de 51 anos) que subiu de 21% para 25% na participação geral. Este simples comparativo não nos permite afirmar taxativamente se o PT apresentou renovação ou envelhecimento, mas voltaremos a esta questão de modo mais detido um pouco mais adiante.

Tabela 4.1. Distribuição etária segundo o gênero dos Delegados

Faixa Etária	SEXO			TOTAL
	Masculino	Feminino	Não Informado	
Até 30 anos	72 (55,4%)	44 (33,8%)	14 (10,8%)	130 (11,8%)
De 31 a 40 anos	184 (67,4%)	76 (27,8%)	13 (4,8%)	273 (24,8%)
De 41 a 50 anos	292 (68,9%)	108 (25,5%)	24 (5,7%)	424 (38,4%)
Mais de 51 anos	185 (67%)	75 (27,2%)	16 (5,8%)	276 (25%)
Total	733 (66,5%)	303 (27,5)	67 (6,1%)	1103 (100%)

Fonte: Elaboração própria a partir da Base de dados da Pesquisa de Perfil de Delegados, realizada pela FPA no 4º Congresso Nacional do PT (2010).

Os dados abaixo (Tabela 4.2) indicam a participação dos delegados em instâncias partidárias. A comparação entre os números do quadro nacional e dos delegados do Paraná, nos mostra que o PT-PR possui proporcionalmente mais membros em instâncias partidárias participando do Congresso, concentradas majoritariamente nas Direções Estaduais. Este fato pode indicar uma maior centralização do partido no estado, com abertura relativamente mais baixa aos militantes não orgânicos.

Tabela 4.2. Participação dos delegados em instâncias partidárias

Atualmente você é membro de alguma instância partidária?	Instância Partidária	NÍVEL (%)	
		Nacional	Estadual (PR)
PERTENCE	É membro de núcleo de base/ de setorial do PT	3,3	4,8
	É membro de Diretório Municipal do PT	35,2	33,3
	É membro do Diretório Estadual/ Regional do PT	36,4	47,6
	É membro da Direção Nacional do PT	6,8	7,1
	Outras	2,0	2,4
	Não Respondeu/Recusou	0,9	4,8
	Total que Pertence	87,8	95,2
NP ou NR		12,2	4,8

Fonte: Elaboração própria a partir da Base de dados da Pesquisa de Perfil de Delegados, realizada pela FPA no 4º Congresso Nacional do PT (2010).

Por outro lado, no entanto, o PT-PR ter enviado ao 4º Congresso um maior número de representantes das instâncias estaduais garante-nos uma maior possibilidade metodológica de generalização dos dados, uma vez que a unidade de análise que fora base de nossas entrevistas individuais diz respeito à Executiva Estadual.

4.1.2. Identificação sócio-política dos dirigentes do PT-PR

O histórico do Partido dos Trabalhadores desde sua origem é amplamente marcado por sua relação com os movimentos sociais, como já se discutiu no Capítulo 2. Ao se analisar as origens sociais dos dirigentes atuais do PT-PR (quadro 4.2), verifica-se que, seguindo as características da gênese do partido no estado, há forte predominância de ex-integrantes de movimentos sociais rurais, estudantil e de vinculação à Igreja Católica.

Além disso, mesmo que se verifique certa centralização dos membros do Diretório Estadual na participação de Encontros e Congressos Nacionais, como se demonstrou na seção anterior, um destaque também importante que se pode fazer em relação à tabela abaixo é que: ao contrário do que a maioria das análises acerca da estrutura do PT tem apontado, de que as Executivas do partido estariam apresentando pouca renovação e alta centralização de poder nas mãos de integrantes com mais tempo de filiação, no caso paranaense, o que se percebe é certa flexibilização quanto ao

recrutamento de seus membros, ao menos ao que se refere aos representantes aqui tomados na amostra.

Quadro 4.2. Trajetória política dos dirigentes do PT-PR entrevistados

Identificação	Sexo	Filiação (ano)	Partido Anterior	Origem Social	Cargos ocupados no PT	Corrente Interna Atual	Corrente Interna Anterior
Informante 1	Mulher	1982	-	-CEBs; -Sind. Trab. da saúde; -CUT;	-Dir. Municipal (cargo) -Dir. Estadual -Exec. Estadual	CNB	-
Informante 2	Mulher	1997	MDB	- Igreja; - Mov.Agric. Familiar;	-Dir. Municipal -Asses. Parlam. -Exec. Estadual.	CNB	-
Informante 3	Homem	2001	-	-Pastoral	-Dir. Municipal (cargo) -Exec. Estadual	CNB	Movimento PT
Informante 4	Homem	1983	MDB	-Pastoral Juv -Pastoral Op. -Mov. Estud.	-Exec. Munic. -Dir. Estadual -Exec. Estadual	CNB	-
Informante 5	Homem	1983	-	-Pastoral da Juventude; -Mov. Estud.	-	CNB	-
Informante 6	Homem	1985	MDB	-Pastoral Rural; - CUT;	-Dir. Municipal - Dir. Estadual; -Exec. Estadual	CNB	-
Informante 7	Homem	1982	-	-Mov./Sind. dos Médicos	- Dir. Municipal - Dir. Estadual; -Exec. Estadual; -Dep. Federal	DS	-
Informante 8	Homem	1988	-	- Pastoral da Terra;		CNB	-

Fonte: Elaboração própria a partir da Base de dados da Pesquisa de Perfil de Delegados, realizada pela FPA no 4º Congresso Nacional do PT (2010).

Tal afirmação pode ser percebida ao observarmos, por exemplo, o caso da informante 2 que se filiou ao partido em 1997 sem possuir um histórico farto de cargos dentro do partido e passou a integrar a Executiva Estadual em menos de 12 anos de filiação. Caso parecido também pode ser observado para o informante 3 que estando há menos de 8 anos no partido ocupou cargos de destaque no Diretório Municipal de origem e chegou à Executiva Estadual.

Outro aspecto importante a se observar é que com exceção de um dos membros ligado à corrente interna Democracia Socialista (DS), todos os outros membros entrevistados são atualmente vinculados à corrente Construindo um Novo Brasil (CNB)

e, com exceção de um deles, declaram pertencer a tal grupo desde suas respectivas filiações ao partido. Este fator é interessante de se destacar, pois, a CNB – que tem sua origem no grupo da *Articulação 113* – busca desde sua fundação ditar as diretrizes políticas do partido. Abre-se, então uma indagação importante que pretendemos responder: de que forma a cultura política dos dirigentes é determinada pela tendência a qual pertence?

4.2. Percepções e avaliações dos dirigentes sobre as peculiaridades do Paraná

As hipóteses deste trabalho partem da afirmação de que particularidades regionais poderiam causar especificidades na cultura política dos dirigentes partidários. Antes, porém, de testá-las, buscamos compreender quais são as percepções dos dirigentes paranaenses em relação a estas possíveis especificidades do estado, e conseqüentemente se eles relacionam a atuação do PT-PR a elas.

A primeira observação evidente nas falas é que a maior peculiaridade do Paraná existe “*por que as pessoas são diferentes*”. Isto aparece não só na avaliação do dirigente abaixo, mas de modo geral em todas as outras avaliações que ressaltam de alguma forma que os paranaenses teriam comportamentos diferentes e isso resvalaria também no seu modo de fazer política.

Eu acho que tem alguma coisa é diferente, mas não é diferente por que o partido é diferente, é diferente por que as pessoas são diferentes. (...) A única diferença que existe é a questão regional mesmo. Então como é que se comportam os paranaenses? Não tem uns debates assim com disputas acirradas, mas a forma como isso acontece é mais tranquilo em relação a outros lugares. (informante 1)

A leitura do dirigente abaixo vai mais além e destaca que esta diferença verificada nos paranaenses tem a ver não só com o caráter conservador do estado, como também de certa dificuldade que os próprios indivíduos teriam em se reconhecer culturalmente.

Na verdade o Paraná a gente vê aí na história como um estado conservador. Se a gente vê o mapa do país, onde o PT sempre foi vitorioso nas eleições e onde teve sempre uma base boa de participação em atos, em ações mesmo do PT, comparado ao restante do País o Paraná sempre foi diferente. (...) As cidades, as principais cidades com mais de 50, 100 mil habitantes são muito conservadoras. E elas que muitas vezes ditam pros municípios menores. O Paraná se for avaliar mesmo, a cultura não é muito reconhecida, e não é muito identificada, né? A gente vê muito da cultura paulista dentro do Paraná. A gente vê

muito da cultura gaúcha, da cultura catarinense. Mas qual é a cultura paranaense mesmo? Curitiba a gente tem cidadãos com um perfil. No restante do estado o perfil é totalmente diferente. (...) A história do PT do Paraná é sempre à direita. Não era uma coisa programada, e de projeto discutido. E o PT do Paraná tem essa dificuldade de conseguir trabalhar um projeto de política pro Paraná (informante 3).

Esta indeterminação cultural, somada ao histórico conservador trouxera, segundo os líderes entrevistados, um duplo desafio para a atuação do PT no estado. De um lado “*conseguir trabalhar um projeto de política pro Paraná*” que leve em consideração as contradições existentes na própria cultura do estado, dos dilemas entre o rural e o urbano; e de outro formar “*uma liderança do ponto de vista social*”, capaz de dialogar com a sociedade de maneira constante, e não só em períodos eleitorais.

Mas, quais seriam estas contradições em si? E por que “criar uma liderança” aparece como fator importante para atuação do PT no estado? Se “*a história do PT do Paraná é sempre à direita*”, isso não deveria ser positivo para atuação do partido num estado tido como conservador?

Em primeiro lugar, poderíamos afirmar que as “contradições” não se limitam ao ambiente em que está inserido o PT-PR, mas na própria relação do partido com seu entorno. Ousamos inferir, que o dilema do partido no estado, parece encontrar obstáculo entre a própria noção do que é *ser PT* e a cultura política do estado.

(...) o Paraná é considerado um estado conservador. Vendeu-se uma ideologia de um estado próspero. (...) Foi ‘inculturado’, essa ideia de que era um estado próspero, com a melhor capital pra se viver. Então tinha muito essa questão de como mostrar as contradições da cidade. Era difícil. E aí o partido dificilmente conseguia mostrar essas contradições. Essa é uma primeira questão. O conservadorismo político, e ideológico daqui. Segundo, o PT aqui não foi criado a partir de uma luta operária, como São Paulo, mesmo no Rio Grande do Sul, que tem uma história de luta camponesa. Aqui o PT acaba sendo formado a partir dos intelectuais. (...) Um debate muito pra dentro. O PT fez um debate muito interno. O debate com a sociedade nós fazíamos em períodos eleitorais, a gente não conseguia criar uma liderança do ponto de vista social, e dizer: ‘esse aqui é nosso grande líder’. (...) Então isso quer dizer o que? Que se tem uma sociedade conservadora. Um debate diferente do que alguns estados podem fazer. Eu acho que é isso. (informante 8)

Se por um lado o PT tem em seus princípios o anseio de romper com as lógicas tradicionais da política brasileira, a partir de princípios como os de igualdade e emancipação da sociedade; por outro, historicamente, o Paraná se constitui como um estado que “é frequentemente apresentado como exemplo de modernidade, de racionalidade, de adesão aos valores e às práticas de um capitalismo regido pelos princípios da impessoalidade e da eficiência” (Oliveira, 2007, p. 153). Apesar disso, contraditoriamente, os analistas apontam que o estado ainda possui traços de um

“clientelismo eleitoral” e “um coronelismo político” muito forte (Alves, 2006), recorrentes de uma “rede política” que apresenta “uma conexão de interesses envolvendo empresários e cargos políticos no aparelho de Estado em diferentes poderes, no executivo, legislativo e no judiciário, e em outros espaços de poder em função de operações de mútuo benefício e ações político-financeiras articuladas na informalidade”, como descreve Oliveira (2007, p. 150).

Deste fato decorreria, em nosso entendimento, a dificuldade de emergência de uma liderança petista. Pois este líder deveria responder aos valores que ecoam na política e na sociedade paranaense. Como isto seria possível para um partido com os propósitos do PT? Certamente não seria, assim como não foi até agora. Mas então, qual a saída? A resposta se encontra na própria fala acima: ampliar o debate na sociedade para outros períodos que não só os eleitorais.

Eis, no entanto, que se revela nas avaliações dos dirigentes um segundo dilema, que pode ser um dos indícios do posicionamento do PT-PR “à direita”, como ressaltado acima. Ainda que na origem do PT no estado tenham contribuído vários movimentos sociais, destaca-se que o partido “*acaba sendo formado a partir dos intelectuais*” e deste modo protagonizando “*um debate muito pra dentro*”. Os dirigentes complementam ainda que “*o partido aqui é centralizado em duas figuras. O que eu posso dizer pra você com toda firmeza é que o PT é um partido, no Paraná, não tô dizendo o PT, mas a direção partidária no Paraná ela é elitista*”.

Ora, para driblar a realidade da própria cultura política do estado, o PT-PR poderia adaptar-se ao ambiente ou moldá-lo, como sugere Panebianco (1995). Se a opção do partido fosse a primeira, estaria provavelmente correta a afirmação de que o PT-PR se encontra “à direita”, num esforço de se aproximar cada vez mais da política tradicional do estado, com objetivo ainda de se aproximar do eleitorado e ganhar eleições. No entanto, não é isso que verificamos no capítulo anterior.

Se, por outro lado, a saída encontrada pelo PT-PR fosse o de atuar com vistas a moldar o ambiente, uma das alternativas seria verter seus esforços para uma aproximação cada vez maior com a população e os movimentos sociais, até mesmo para captar elementos capazes de embasar um projeto político viável para romper com a lógica descrita acima. No entanto, isso parece também não ter acontecido

efetivamente até o momento, já que o caráter centralizador e elitista denunciado acima parece resultar num outro problema, identificado por outra liderança:

Eu acho que o PT do Paraná tem uma particularidade, debate pouca política. Constrói, organiza muito mais de uma maneira mecânica, automática, do que com o debate político. O PT nacional faz mais debate, a direção nacional tem muito mais debate que aqui. Esse é um pecado do nosso partido. Um partido que debate pouco é um partido que vai pouco aos movimentos sociais. (informante 7)

Como se verifica na fala do dirigente acima o PT-PR “*debate pouca política*”, menos ainda do que o partido em âmbito nacional, e por estas características “*é um partido que vai pouco aos movimentos sociais*”.

Deixemos, porém o debate acerca da proximidade com os movimentos sociais para o capítulo seguinte, no qual também se pretende avaliar em que medida o PT-PR estaria (ou não) mais à direita em relação ao partido de modo geral. Por hora, basta-nos apreender que os dirigentes avaliam, sim, que o Paraná possui especificidades sócio-políticas e culturais que influenciam sua atuação. Se elas impactam, porém, na cultura política, tentaremos responder no decorrer das linhas que ainda restam deste trabalho.

Passemos para a avaliação de outro aspecto fundamental. A percepção dos dirigentes sobre o processo de transformação do partido pode nos dar pistas importantes para as análises seguintes sobre as questões específicas da cultura política.

4.3. A transformação do PT: o que pensam e como avaliam os dirigentes

No capítulo 2 discutimos amplamente, o processo de transformação pelo qual o PT passou ao longo de seus 33 anos de existência. A maioria dos estudos que voltaram sua atenção para o tema aponta para alterações tanto estruturais, como ideológicas. Mas, é sem dúvida muito difícil identificar um limite entre ambas, se é que exista realmente uma fronteira clara que separe estes dois aspectos, em especial se pensarmos o partido enquanto organização.

Os partidos políticos entendidos como organizações não são estáticos, “es por el contrario una estructura en movimiento que evoluciona, que se modifica a lo largo del tiempo y que reacciona a los cambios exteriores, al cambio de los *ambientes* en que opera y en los que se halla inserto” (Panebianco, 1995, p. 107 – grifos do autor). Tomando ainda os partidos políticos como organizações voltadas para a competição

eleitoral e de alguma forma, guiados pela conquista do Estado, as pressões institucionais forçariam as agremiações a se adaptarem “a la fisonomía institucional del régimen político”. Estas influências ambientais, por certo, incidem tanto na configuração de suas coalizões dominantes, como, por conseguinte, em suas características organizativas.

Diante disso, existe um exercício muito rico dos autores em tentar identificar nos processos de mudança do PT algum ponto que as tenha impulsionado. Segundo eles, o partido fora impelido a dar respostas às mudanças sociais, políticas e institucionais da sociedade como um todo, não só em âmbito nacional, mas também internacional. A questão que se levanta, seguindo o objetivo geral deste trabalho é: como este processo de transformação é avaliado por seus membros? Em especial, como se dá a leitura dos dirigentes do PT-PR sobre esta questão?

Análise dos dados

Assim como considera e demonstra a literatura, os petistas não negam que de alguma forma o partido mudou. A grande maioria dos delegados nacionais (78,51%) presentes no 4º Congresso avalia que essa mudança existiu e foi positiva, como se pode observar pelos dados que seguem (tabela 4.3). Proporcionalmente aos números de participantes, a delegação do Paraná naquele evento apresentou uma percepção de mudança “para melhor” maior (85,72%) que os membros do PT em geral.

Poderíamos inferir ainda que o sentimento pró-mudança nos petistas paranaenses ali presentes é mais alto que o encontrado nos delegados nacionais. Isso porque, observamos uma maior proporção de membros do Paraná que dizem não perceber mudança no PT e julgam isso como “ruim”, enquanto um maior número de delegados nacionais que afirmam não visualizar mudanças no partido encara isso como “bom”. Deixemos, no entanto, esta afirmativa para ser mais bem fundamentada pelas entrevistas individuais realizadas com os dirigentes do PT-PR.

Tabela 4.3. Percepção de mudança do partido entre os Delegados

	Nacional	Estadual (PR)
Mudou	996	39
Para Melhor	833 (78,51%)	36 (85,72%)
<i>Muito</i>	582	23
<i>Um pouco</i>	251	13
Para Pior	163 (15,36%)	3 (7,14%)
<i>Muito</i>	85	3
<i>Um pouco</i>	78	-
Não mudou	38(3,58%)	3 (7,14%)
<i>Isso é bom</i>	24	1
<i>Isso é ruim</i>	9	2
<i>Não sabe se é bom ou ruim</i>	5	-
NS/NR	27 (2,55%)	-

Fonte: Elaboração própria a partir da Base de dados da Pesquisa de Perfil de Delegados, realizada pela FPA no 4º Congresso Nacional do PT (2010).

A partir disso, outro questionamento feito aos delegados buscou identificar à qual período/evento eles atribuem o marco para a mudança do partido. Existe uma dispersão bastante grande nas respostas, por isso procuramos aglutiná-las em períodos próximos aos que a literatura aponta como determinantes para as transformações petistas (tabela 4.4). O primeiro, de 1979 a 1994, que vai da fundação do partido à vitória de Fernando Henrique, abarca ainda outros momentos marcantes da história do PT como os primeiros Encontros Nacionais, a criação da tendência Articulação e também da própria regulamentação das tendências no interior do partido, passando pelas primeiras experiências eleitorais e governativas, além de contemplar as duas primeiras derrotas presidenciais de Lula. O segundo período, de 1995 a 2001, representa um período importante na história organizativa do PT, pois tem como marco o retorno da Articulação ao comando do partido, contempla ainda todo período em que o PT fez oposição ao FHC, e também as reestruturações fundamentais como a primeira reformulação estatutária e o primeiro PED; por fim, o terceiro período absorve com maior significância a campanha e eleição que levou Lula e o PT à Presidência da República, passando pela divulgação da “Carta ao Povo Brasileiro”, a crise política, o Mensalão e praticamente todo Governo Lula.

Tabela 4.4. Período da percepção da mudança do PT

Período de Mudança	Nacional	Estadual (PR)
1979 – 1994	230 (23,1%)	7 (17,95%)
1995 – 2001	229 (23%)	7 (17,95%)
2002 – 2009	470 (47,2%)	25 (64,1%)
Não Sabe	20 (2%)	-
Não Respondeu	47 (4,7%)	-

Fonte: Elaboração própria a partir da Base de dados da Pesquisa de Perfil de Delegados, realizada pela FPA no 4º Congresso Nacional do PT (2010).

O que se pode verificar pelos dados acima é que tanto em âmbito nacional, como regional, o período de 2002 a 2009 é o mais destacado entre os petistas como sendo o precursor das mudanças do PT. No entanto, nominalmente, só o ano de 2002 é responsável, por exemplo, por cerca de 79% dos 470 casos nacionais que o período apresenta e, em relação aos delegados do Paraná os números são ainda maiores e se eleva para 84% dos casos.

Ao contrário dos números estaduais, que não mostram significância para outros anos, no caso dos delegados nacionais verificamos relevâncias que merecem destaque, respectivamente, para o ano de 2000 – com 78 casos; para o biênio 1989/1990, somando 111 casos – o que representa em torno de 48% do primeiro período – e também os anos de 1994 e 1995 que juntos apresentam 72 casos. Estas datas nos remetem claramente, em ordem cronológica, à campanha e derrota de Lula nas eleições de 1989; ao período em que a Articulação tornou-se de fato hegemônica no interior do partido e por fim, com maior protagonismo à eleição de 2002 com a vitória de Lula.

A FPA também questiona os entrevistados acerca de qual fato em específico seria atribuída a mudança do partido. As respostas espontâneas são também bastante variadas. A Tabela 4.5 tem por finalidade ilustrar tais respostas num quadro geral dos delegados – sem diferenciação entre *nacional* e *Estadual*.

Tabela 4.5. Fatos identificados como responsáveis pela mudança do PT

DESCRIÇÕES POSITIVAS ³⁹	(N)	DESCRIÇÕES POSITIVAS	(N)
Campanha Lula presidente/ Eleições para presidente	44	Durante o Congresso Nacional	2
Depois da derrota nas campanhas presidenciais/ eleições	4	1º Congresso Nacional	10
Depois da derrota para presidente em 1989/ derrota do Lula para Collor/ 1ª candidatura do Lula	39	Depois do 2º Congresso Nacional	18
Depois da derrota para presidente em 1994/ derrota do Lula para FHC/ 2ª campanha do Lula para presidente	13	5º Encontro Nacional do PT	15
Depois da derrota para presidente em 1998/ 2ª derrota do Lula para FHC/ eleição de 98	21	Outras de Congressos/ Encontros	30
Antes da 1ª vitória do Lula	3	Alianças/ Coalizão com os partidos	46
Campanha (s/esp.) / Processos eleitorais	8	Processo das eleições diretas – PED	8
Outras de Campanhas	27	Melhor Sintonia/ Interação com a Sociedade: através dos encontros estaduais/ congressos	4
Eleição do Lula/ posse do Lula	219	Crise Política	2

³⁹ A associação das respostas como sendo “positiva” ou “negativa” é dada pela FPA e já codificada desta forma na base de dados disponibilizada. A nota metodológica esclarece apenas que esta associação valorativa remete à pergunta anterior, que investiga se o delegado avalia que a mudança é “para melhor” ou “para pior”, de modo que os fatos associados a uma mudança “para melhor” é dado como “descrições positivas” e aqueles associados à mudança “para pior”, como “descrições negativas”.

(s/resp)/ Presidência			
1ª eleição/ 1º mandato do Lula/ depois da eleição de 2002	121	Mensalão	19
Quando iniciou a participação do PT no Executivo/ cargos no Executivo/ quando chegou ao governo	36	Mudanças Internas: novas resoluções/ mudança nos estatutos/diretório/ alterações dos membros	10
Ter ganhado mais prefeituras/ Governos Municipais	15	Outras de Programas/ Projetos Sociais	1
Eleições do governo estadual	4	Carta aos brasileiros / ao povo brasileiro	12
Quando começou a assumir cargos (s/esp)	2	Outros fatores históricos	2
Eleição de 2004/ municipal/ Eleição da Marta Suplicy	3	É um processo, não tem acontecimento específico/ Nenhum marco para mudanças	17
Com a reeleição do Pres. Lula/ 2º mandato do Lula	19	Outras descrições Positivas	23
Outras de Governos do PT	32		
DESCRIÇÕES NEGATIVAS	CASOS	DESCRIÇÕES NEGATIVAS	CASOS
Derrota do Lula nas eleições presidenciais	2	Encontro Nacional	15
Derrota do Lula na eleição de 1989/ para Collor	4	Outras de Congressos/ Encontros	21
Campanha Lula presidente/ para presidente	4	Mudança no estatuto, abrindo possibilidade de alianças/quando se submeteu a coligações partidárias	14
Outras de Campanhas	14	Afastamento dos Movimentos Sociais: deixou o povo de lado/ os gabinetes se sobrepueram aos movimentos sociais	1
Desde que assumiu o governo/ 1º mandato do Lula	18	Priorizou as eleições/ Ânsia de chegar ao poder	2
Desde que assumiu o governo em 2004 (s/e)	2	Mensalão	7
Ocupação nos cargos executivos/ públicos	2	Outras de Fatos Históricos	2
Eleição (s/esp.) / Processos eleitorais	4	Outras Descrições Negativas	29
Outras de Governos do PT	11	Não Sabe / Não Lembra	45
Congresso Nacional	9		

Fonte: Elaboração própria a partir da Base de dados da Pesquisa de Perfil de Delegados, realizada pela FPA no 4º Congresso Nacional do PT (2010).

O que se verifica é que alguns eventos são lembrados tanto para justificarem positivamente, como negativamente as mudanças do PT. Independente disto, seguindo aquilo que discutimos na tabela anterior, o ano de 2002 e a primeira vitória de Lula é o acontecimento que mais massivamente é associado pelos petistas como ponto de partida para as transformações do partido.

Diante do quadro geral apresentado até aqui, a questão preponderante ainda é: os dirigentes estaduais compactuam das mesmas opiniões? Em que medida? Para os líderes do PT-PR o partido passara por algum momento de transformação? Os períodos e eventos identificados como chaves desta mudança coincidem com os expressos pelos petistas de modo geral?

A (trans)formação petista: uma condição

Negar que o PT hoje não é mais “aquele partido” parece ser um posicionamento bastante raro, seja por parte dos estudiosos, seja por seus membros. O que se verifica, no entanto, é uma variação quanto à percepção destas mudanças, quer seja ao seu teor valorativo, quer seja no apontamento das causas e consequências delas.

A avaliação dos dirigentes do partido no Paraná muito raramente associa as mudanças do PT a um fato específico, como é mais nítido nos dados dos petistas médios, e a ideia de transformação – como um processo – aparece mais enfaticamente em suas falas. Esta afirmativa encontra respaldo nas falas apresentadas abaixo que parecem deixar muito mais evidente que o PT não sofreu rupturas, mas sim passou por um processo de mudanças, segundo eles, de “amadurecimento”, “evolução”, “maturidade” e “aperfeiçoamento à realidade”, guiando por assim dizer a própria “formação” efetiva do partido.

Para alguns deles este processo é sentido, principalmente pelo crescimento do partido enquanto organização, ou seja, de sua “opção de fazer um PT de massas” que “acolhe” as pessoas, como fica claro nas duas falas reproduzidas abaixo.

Na verdade quando a gente, e aí como fundadora eu vou dizer isso, eu não digo que eu mudei, mas eu digo que eu evolui, eu amadureci, eu não sei que palavra é mais correta. Mas, na década de 80, por exemplo, se você me enxergasse você ia ver uma pessoa⁴⁰. No jeito até de se vestir. Por que a gente era tênis, calça jeans, camiseta, boton de estrelinha e lá brigando com todo mundo, né? E aí lançando candidaturas, candidaturas. Por que era um momento de afirmação do PT. Pra que as pessoas enxergassem o PT tinha que ser daquela forma. Mais radical bem mais radical. E aí o que a gente fez? A gente fez uma opção. O Partido dos Trabalhadores em seus Congressos, fez uma opção de fazer um PT de massa. E pra ter um PT de massa tem que ter muitos filiados. E aceitar todas as filiações. (...) Então o PT cresceu muito. Eu digo, na década de 80 a gente conhecia cada militante, sabia o nome, o endereço, onde ele trabalhava, quantas mulheres que ele tinha, quantos filhos. E hoje é muito legal por que você não conhece. Então significa que o PT cresceu. Então assim, mudou pra quê? e por quê? O PT cresceu o PT tá hoje governando o Brasil, que era o que a gente sempre se propôs. Vamos governar, vamos governar a cidade, vamos governar os estados, vamos governar o Brasil. A gente conseguiu governar o Brasil. E aí nesse aspecto que as pessoas acham que o PT mudou. Então assim, as mudanças que as pessoas dizem, eu acho que mudou. Mas, mudou o jeito de ver. Não dava pra ficar batendo em todo mundo e achando que só a gente era os maravilhosos, os que faziam tudo certinho. (informante 1).

Com certeza ele mudou. Quando eu conheci o PT e eu não era nem filiada, mas gostava da bandeira vermelha, o PT era extremamente radical, né? A gente escolhia quem a gente queria por perto. E a gente tinha uma linha de pensamento bem mais rica. Eu acho que nós crescemos ao mesmo tempo, né? Eu não vejo isso nada como negativo. Eu vejo como

⁴⁰ O termo “pessoa” foi aqui usado em substituição do nome do(a) próprio(a) entrevistado(a), guardando assim o compromisso de não divulgação das identidades.

positivo. A gente hoje consegue conversar com mais partidos políticos, a gente consegue entrar num acordo, a gente consegue caminhar junto. A gente não caminharia nunca com outros partidos políticos. Então, o nosso partido cresceu. A gente acolhe. A gente não acolheria em outro momento. Eu acho isso positivo, cresceu, abriu, e não perdeu o foco! (informante 2).

A transformação, assim como verificamos nas opiniões dos delegados no 4º Congresso, é avaliada como um fator positivo e necessário para o partido realizar seu objetivo de ser governo, pois “o PT cresceu, o PT tá hoje governando o Brasil, que era o que” o partido “se propôs” e os meios aos quais o PT recorreu para que esta meta fosse alcançada são também avaliados como positivos. Pode-se verificar na primeira fala dois momentos distintos de percepção de ação do PT. O primeiro, um período de afirmação em que se agia “lançando candidaturas, candidaturas”, e posteriormente um período de abertura em que se aceita “todas as filiações”, ao contrário dos primeiros anos em que “a gente escolhia quem a gente queria por perto”.

Mesmo que a última fala apresente certa ambiguidade, pois ao mesmo tempo em que vê que naquele momento passado o PT como “extremamente radical”, e por isso com “uma linha de pensamento bem mais rica”, o aspecto conclusivo aponta positivamente para a “escolha” do partido que agora “consegue conversar com mais partidos políticos”. Mas, o partido no momento presente não possui um pensamento rico? A escolha em se fazer alianças partidárias teria empobrecido a linha política do partido?

A questão das coligações, como afirma Lacerda (2002), tratou-se de um ponto em disputa entre os grupos divergentes no interior do PT, inclusive no que diz respeito às formulações ideológicas, mas irreversível na medida em que as tendências mais a direita tomaram de fato a condução do partido.

P. Ribeiro (2008) afirma também que ao passo que o PT se aproximava do poder, mais se firmavam as formações de coalizões entre o partido e outras legendas. Muito próximo disso, se mostra a avaliação dos dirigentes estaduais, ao interpretarem que as alianças político-partidárias que o PT passou a integrar, são avaliadas pelos dirigentes estaduais, como “uma estratégia pra ganhar a presidência da república” e as demais eleições, como se lê na declaração que segue:

É, o PT mudou. O PT foi se aperfeiçoando, o PT foi refazendo a leitura da realidade cotidiana, o PT ele ganhou maturidade, o PT aprendeu a conviver com algumas situações que ele não sabia, mas numa coisa o PT não mudou: os seus princípios, se você pegar as

resoluções do nosso Congresso último, ou seja, nós não mudamos nada daquilo que a gente tinha de orientação no início do partido. Ou seja, os nossos objetivos, nossos princípios, e tal, nós continuamos da mesma forma. O fato do PT fazer aliança hoje talvez mais ampla, isso não significa que a gente tenha traído nossos princípios. Nós não alteramos a nossa elaboração, isso nós não fizemos. Nós tivemos adequação à realidade, nós tivemos uma estratégia pra ganhar a presidência da república, nós temos estratégias para as eleições municipais, mas o nosso manifesto continua muito vivo. Mesmo por que tem gente que fala do nosso manifesto como se tivesse alguma coisa extremamente diferente, ele era vago do ponto de vista do seguinte: nós queremos construir alguma coisa diferente. É assim que está no nosso Manifesto, é assim que está nos nossos primeiros documentos. É aquela coisa o seguinte, ‘olha, socialismo real não serve’, ‘esse capitalismo não serve’, precisamos construir alguma coisa diferente. O que é isso? Nós não tínhamos resposta naquela época. Talvez hoje nós tenhamos mais respostas do que tínhamos. E tem gente que acha que nós tínhamos na época. Tinha gente que achava que nós éramos revolucionários, que nós éramos extremamente socialistas, e não. Ou seja, aquilo que nós tínhamos em nossos documentos, eu acho que nós estamos inclusive fazendo”. (informante 4)

As estratégias partidárias são apresentadas pelos dirigentes como um aspecto intrínseco ao processo de amadurecimento e crescimento do partido, de modo que, segundo a fala acima “*numa coisa o PT não mudou: os seus princípios*”, [o PT] “*não perdeu o foco*”. E este “foco”, diante do que temos apresentado aqui, pode ser tanto interpretado como o objetivo de se chegar ao governo, sobretudo federal, como o aspecto substantivo de seus apontamentos e diretrizes. E, a partir disso, pode-se inferir que a transformação do PT, parece ser interpretada como um processo de definições programáticas a intenções vagas de que não se tinha “*resposta naquela época*”.

As afirmações de Azevedo (1995, p. 10), também convergem com isso quando o autor afirma que “a análise dos documentos básicos do partido revela contradições e ambiguidades no que se refere às promessas e aos objetivos do PT”. Na avaliação de Azevedo (1995, p. 32), o partido fez uma opção “por um conteúdo relativamente vago e indefinido” de suas diretrizes “sob a justificativa de que poderiam vir ‘com o tempo, democraticamente, dos próprios trabalhadores’”. Seria talvez este o fato interpretado na fala dos dirigentes acima como a “adequação à realidade”, que estaria presente, por exemplo, nas “*resoluções do nosso Congresso último, ou seja, nós não mudamos nada daquilo que a gente tinha de orientação no início do partido*”.

Coincidente a isso seguem as afirmações de Azevedo (1995), e também vários outros autores, de que as Resoluções foram uma tentativa de complementar os indicativos dos documentos fundamentais, e que o período entre 1986 e 1990 fora decisivo para o PT produzir “propostas e planos de governo, plataformas eleitorais, resoluções políticas, cartilhas, teses, etc.” (Azevedo, 1995, p. 33).

Na minha opinião ele mudou e acho que mudou de forma correta. Hoje nós estamos num outro patamar. (...) eu acho que mudou de forma coerente não só a conjuntura da cidade, mas a do próprio partido. Hoje nós somos governo, estamos há 9 anos no governo. A gente tem uma responsabilidade. (...) Então o partido mudou? Mudou! Por que estendeu a responsabilidade de realizar a política. A própria eleição do Lula pra se consolidar como candidato que foi a postura de campanha determinou isso.

(...) A gente não pode ficar pensando no passado, nem ficar viajando muito no futuro utópico. A gente tem que entender o futuro como, dentro das pautas prioritárias. (...) O PT mudou por que tem governo, tem sua responsabilidade. O PT mudou também por ser um partido que dá linha em algumas bandeiras de luta. (...) Que são pautas novas, são demandas novas no país, e é uma conjuntura nova de economia e sociedade. Então por isso que mudou.

Internamente, a evolução dentro das deliberações do Congresso mostra que não houve uma ruptura. O partido mantém uma linha ainda desde a fundação do socialismo democrático, até hoje mantém essa linha. Se você pegar a tese do primeiro Congresso ao último Congresso ela não teve mudança. Ela teve mudanças na parte prática de participação. Como foi o último Congresso que na verdade, você vê que no 1º, 2º e 3º algumas coisas até foi repetitiva, mas no 4º que revolucionou na parte prática de direção do partido, por que tem que ter a transição geracional, por que senão o partido vai acabar na ociosidade. E não tem que ser um partido ancião. Tem que ser um partido de renovação, de mudança. Então se mudou, a única coisa que tem que interpretar como mudança é que foi pra melhor. Em nenhum momento o partido se enfraqueceu. O partido só cresceu. (informante 3).

Para além de tocar numa questão bastante cara ao PT, de que trataremos mais a frente, – o *socialismo democrático* – a fala acima traz alguns elementos interessantes, não expressos diretamente por outros dirigentes. Não se nega a transformação do partido. Muito pelo contrário, a mudança aqui é também percebida como algo positivo e necessário. Diferente do que se tinha nas demais falas, o que se verifica é que a necessidade de mudar não se deu como um condicionante para se ganhar o governo, mas a partir dele. Ou seja, “o *PT mudou*”, na verdade por que “*hoje nós somos governo, estamos há 9 (nove) anos no governo. A gente tem uma responsabilidade*”. Tais “responsabilidades” do partido referem-se, segundo o informante acima, às “*pautas novas*”, às “*demandas novas no país, e é uma conjuntura nova de economia e sociedade. Então por isso que mudou*”.

Além disso, outra questão tratada na última fala que não apareceu tão fortemente nas demais, trata-se das mudanças internas sofridas pelo partido, em especial no que diz respeito à “*participação*”. Esta percepção se deu a partir da resolução do último congresso “*que revolucionou na parte prática de direção do partido*” por trazer a tona além da paridade de gênero e cotas para negros e indígenas, a

questão da “*transição geracional*”⁴¹, uma vez que o PT “*não tem que ser um partido ancião. Tem que ser um partido de renovação, de mudança*”.

Esta afirmativa merece, no entanto, uma observação mais detida que nos permitirá responder então à questão deixada em aberto anteriormente. Na tabela 4.2 verificamos que, em relação a 2007, o 4º CN apresentou delegados tanto mais jovens, como mais velhos. O partido teria então se renovado, ou envelhecido? A resposta a esta questão só se permite por uma análise temporal. Se observarmos a tabela abaixo o que se observa é que, na verdade, em relação à sua terceira edição (2007), o último CN do PT (2010/2011) ampliou a participação dos jovens, mas está um pouco longe dos números de anos anteriores.

Na contramão disso, a participação de delegados entre 31 e 40 anos apresenta uma constante queda, enquanto os mais velhos (com mais de 51 anos) ganham cada vez mais espaço dentro do partido (tabela 4.6). Sendo assim, apesar do 4º CN ter apresentado maior participação de jovens que em 2007, não podemos afirmar que o PT se renovou ainda. Ao contrário disso, apresenta envelhecimento constante.

Tabela. 4.6. Evolução etária dos delegados de Encontros e Congressos Nacionais (1997-2011)

Faixa Etária	Encontros e Congressos (%)					
	1997	1999	2001	2006	2007	2010/2011
Até 30 anos	18	14	12	11	8	11,8
De 31 a 40 anos	47	41	40	29	27	24,8
De 41 a 50 anos	27	27	35	41	44	38,4
Mais de 51 anos	5	11	12	19	21	25
Não informou	4	6	2	-	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir da Base de dados da Pesquisa de Perfil de Delegados, realizada pela FPA no 4º Congresso Nacional do PT (2010).

Para complementar esta afirmação, apresentamos abaixo (tabela 4.7) os dados referentes ao ano de filiação dos delegados. No caso dos delegados nacionais, o que se verifica é um predomínio (41,8%) de participantes filiados na primeira década de vida do partido (entre 1981 e 1990); além disso, chama atenção a quantidade significativa de

⁴¹ As modificações estatutárias aprovadas em 2011 ventilam não só para uma abertura geracional, garantindo um mínimo de 20% de jovens nas chapas e direções, mas também ao que se refere à participação de índios e negros ao determinar que “todas as chapas e direções deverão obedecer a critério étnico racial, a ser regulamentado pelo Diretório Nacional, levando-se em conta a composição populacional e dos filiados ao Partido, tomando como referência a participação mínima de 20% na direção”. Além disso, inova mais uma vez ao regulamentar “a paridade de gênero na composição das direções, delegações, comissões e nos cargos com função específica de Secretarias” (PT, 2011).

participantes, que poderíamos chamar de fundadores do PT, que declaram filiação até 1980⁴². Em relação ao Paraná, ainda que nominalmente exista dispersão considerável, a concentração de delegados com mais tempo de filiação é nitidamente maior que no caso nacional e chega a 52,4% de filiados na primeira década.

Tabela 4.7. Ano de filiação dos delegados presentes no 4ºCN

Ano de Filiação	Nacional		Estadual (PR)	
	N	%	N	%
Até 1980	117	11,1	1	2,4
1981 – 1990	444	41,8	22	52,4
1990 – 2000	341	32,1	14	33,3
2000 – 2010	157	14,8	5	11,4
NR/NS	2	0,2	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir da Base de dados da Pesquisa de Perfil de Delegados, realizada pela FPA no 4º Congresso Nacional do PT (2010).

Mesmo que o PT de modo geral, e também no Paraná, continue apresentando características centralizadoras, as resoluções do 4º Congresso podem ser uma boa saída para que o partido se renove, conforme aspirações do dirigente acima. Mas em que estes dados afetam a cultura política dos dirigentes? Em que as especificidades acima retratadas pelos próprios dirigentes, influenciam nas avaliações e opiniões destes mesmos indivíduos acerca das questões-chave históricas do partido?

⁴² Em se tratando de uma pergunta de resposta espontânea, alguns entrevistados fizeram referência de suas filiações aos anos de 1978 e 1979. Ainda que a fundação oficial do PT seja de 1980, este fato revela que estes filiados, em particular, estão ligados ao partido desde sua concepção.

5. Um olhar sobre si mesmo: valores e opiniões dos dirigentes petistas

Introdução

A fim de respondermos diretamente às questões levantadas durante todo o trabalho, este capítulo objetiva analisar pontualmente as avaliações dos dirigentes petistas acerca das temáticas historicamente debatidas pelo partido. Num primeiro momento focaremos nossas análises, com base exclusivamente nas entrevistas individuais, no debate sobre democracia e socialismo no interior do PT. Qual a concepção expressa pelos dirigentes para cada um desses conceitos? Como se apresenta a negação à socialdemocracia, e também suas opiniões e formulações em torno do conceito do *socialismo democrático*. O que teria maior influência em seus posicionamentos, as características peculiares do PT-PR discutidas anteriormente, ou o vínculo dos dirigentes a esta ou aquela tendência interna?

A segunda parte do capítulo está voltada para outro dilema relevante na história petista: seu posicionamento entre a inserção institucional e a proximidade com os movimentos sociais. Qual a relação que os petistas médios e os dirigentes regionais aqui analisados guardam com os movimentos sociais? De que maneira os membros do PT-PR entrevistados avaliam a relação do partido com as organizações populares? Dentro disso, discutiremos ainda sobre qual o sentido expresso pelos dirigentes quanto ao papel das bases para o PT. Como encaram a importância dos núcleos no interior do partido? Quais grupos os dirigentes do PT-PR identificam como as bases do partido no estado? Quais instâncias os petistas elencam como carentes de fortalecimento dentro do PT? E, por fim, qual o papel do PED neste debate? Em que medida os dirigentes avaliam que este processo de eleições teria contribuído para a aproximação ou afastamento do PT em relação às suas bases? Quanto o PED fortaleceu ou não a democracia interna e o debate interno do PT, segundo estes dirigentes?

5.1. O socialismo democrático

Como já debatemos anteriormente, o contexto no qual o PT se funda é marcado por um quadro generalizado de crise, tanto do sistema político brasileiro, como internacional. O partido se apresenta, portanto, como a negação. Azevedo (1995, p. 10)

afirma que “o PT rejeita [em sua gênese] a socialdemocracia e declara-se um partido de massas, socialista e democrático”. O fato é que a multiplicidade de atores que se aglutinaram para constituir o PT, para além de se configurar como um traço inovador se configura também como o principal complicador das formulações e alinhamento ideológico do partido ao longo de toda sua trajetória. Motivo pelo qual se negava desde o início em seu projeto político tanto a socialdemocracia, como o comunismo (Meneguello, 1989; Azevedo, 1995; Lacerda, 2002; Sarti, 2006; P. Ribeiro, 2008). A saída programática dada pelo PT fora vislumbrar o “socialismo democrático”, dado como “nebuloso” por P. Ribeiro (2008) e justificadamente obscuro para Azevedo (1995) segundo o qual a própria compreensão dos conceitos básicos de “socialismo” e “democracia” aparece confusa não só em suas resoluções e documentos básicos, mas também – em consequência disto – na formulação dos programas de governos, como demonstra Amaral (2003).

O debate conceitual entre democracia e socialismo é uma das principais clivagens que marca a disputa ideológica dos diferentes grupos internos presentes no PT não só em seu momento fundacional, como ainda hoje (Lacerda, 2002). Ora, se as construções coletivas destes documentos se mostram confusas e ambíguas, e até mesmo inconclusas, como se expressam as avaliações individuais dos dirigentes petistas em relação às aspirações e cognição acerca da “democracia” e do “socialismo”? De que maneira os posicionamentos regionais do PT-PR se aproximam ou distanciam do que se tem apresentado como a visão “do PT”?

5.1.1. A Democracia

Azevedo (1995, p. 17) afirma que “a democracia, como meta ou como procedimento” se apresenta nos discursos documentais do partido como “o conceito-chave do pensamento e das propostas petistas”. Para o autor, os “documentos básicos” do PT deixam claro que o partido propõe-se a construir uma nova democracia, “diferente” e “peculiar”. O traço marcante destas proposições é a centralidade que se dá ao “povo”, aos “trabalhadores” e para a liberdade de “organização popular” no mando e nas tomadas de decisão do país.

Se o partido de um modo geral parece não ter conseguido sintetizar uma concepção clara do que entende por democracia, seus líderes, particularmente no estado do Paraná também não expressam definições tão convergentes sobre o conceito. De modo geral os dirigentes entrevistados diversificam suas definições individuais entre uma ideia pura de democracia, sem complementos e adjetivações, e uma abordagem adjetivada, nos termos de Azevedo. No entanto, todas as tentativas de definições de democracia abarcam de alguma forma o anseio pela *participação*.

Para o informante abaixo, por exemplo, a democracia seria a “*ampla participação de todos nas decisões*”, em especial “*dos rumos do país, do seu estado, do seu município*”. Mas, ao mesmo tempo opõe-se a democracia ao capitalismo que por não permitir a “*ampla participação*” não seria democrático. Então se, segundo ele, “*só existe a verdadeira democracia numa sociedade que seja socialista*”, deste modo o socialismo seria o oposto do capitalismo? E se, para o mesmo dirigentes, a democracia “*é um grande instrumento hoje para que se busque o socialismo*”, então “*a verdadeira democracia*” é um meio ou o fim para o socialismo?

Tentaremos compreender melhor estas indagações na próxima seção. A princípio o que se verifica é que a ambiguidade na expressão conceitual do que se refere à democracia, não é um privilégio dos documentos oficiais do partido. E, partindo do pressuposto culturalista, esta confusão é antes de tudo um caso mal resolvido para os próprios *petistas*.

(...) a democracia é a ampla participação de todos nas decisões, principalmente o direito de receber também do Estado. A democracia não tem um lado só. Não acredito no debate que se fazia na década de 80, que existe uma democracia capitalista, e uma democracia socialista. A democracia é uma coisa só. E a democracia é a que existe na medida em que a população possa se sentir cidadã, e principalmente participar de maneira decisiva dos rumos do país, do seu estado, do seu município. Isso implica em ter a abertura máxima, o respeito máximo às minorias, e também implica necessariamente em todo sentido: na vida partidária, na vida da gestão pública, em qualquer movimento, o movimento sindical. Ou seja, você ter o direito da participação de todos. Por que eu falo que não existe democracia socialista e democracia capitalista? É por que, eu acredito que a verdadeira democracia não pode existir no capitalismo. O capitalismo por ser uma luta de classes altamente concentradora, não permite a igualdade de direito, conseqüentemente não permite a ampla participação, e conseqüentemente não é democrático. Então, só existe a verdadeira democracia numa sociedade que seja socialista. Então, a democracia pra mim é uma só e é um grande instrumento hoje para que se busque o socialismo. A construção da democracia é um processo revolucionário. (informante 5)

Na declaração abaixo não se verifica uma relação da democracia com o socialismo, mas permanece a noção de democracia como “*a radicalização da*

participação” na “*construção política*” e no debate da elaboração de temas importantes para a população de modo mais amplo. Tal radicalização é entendida como a possibilidade de um maior número de pessoas se tornarem detentoras do poder de tomar decisões, e neste sentido abre-se referência aos mecanismos implementados pelo governo Lula, como as Conferências Públicas, que na prática é um aprimoramento das experiências locais de Orçamentos Participativos que marcaram o modo petista de governar.

pra mim democracia é você radicalizar as formas de participação da população na política, de forma mais ampla possível na construção política. Democracia é isso. O que não significa que não é simplesmente você ter maioria ou não. Vejo como a radicalização de participação. Que não é só eleição, que não é só no voto, que não é só isso. Criar os instrumentos necessários para essa participação. Uma das coisas, por exemplo, que eu acho extremamente interessantes são essas conferências criadas por nosso governo. No ano passado, participou das conferências em torno de cinco milhões de pessoas. Tem gente que não tem a dimensão do que significa isso. Tem muita gente inclusive que não dá importância. Mas, imagina um Brasil na dimensão do Brasil ter aproximadamente cinco milhões de pessoas de alguma forma debatendo temas importantes para a sociedade. Acho uma forma de participação extraordinária. (informante 4)

A percepção expressa acima é problematizada por outro dirigente, para o qual a democracia não é “*só o direito da participação, mas [também] a igualdade de fato nas condições*”. Para este entrevistado tal igualdade de condições que perpassa a “*questão econômica*”, influencia a sua condição de “opinar” e assim participar de fato das decisões. Esta desigualdade estrutural seria o fator, segundo ele, que colocaria em cheque inclusive as formas de participação defendidas pelo dirigente acima. Segundo a fala abaixo, “*a população até pode opinar nas demandas, mas as prioridades, de gestão principalmente, elas são dadas pelo executivo*”, sendo assim a democracia seria, na verdade, um tipo ideal que pressupõe a “*superação dessa desigualdade social*”.

(...) a democracia do ponto de vista da sociedade, ela é mais complexa, por que aí envolve, por exemplo, não só o direito da participação, mas igualdade de fato nas condições. Nós temos hoje a questão econômica, que determina as relações, por exemplo, da sociedade. Então [para] falar em democracia hoje na sociedade, teríamos que ter uma definição melhor de como a sociedade se organiza como tal. Eu não sei se nós temos uma experiência hoje de democracia, o que nós temos são direitos, que as pessoas podem opinar dar a sua opinião, mas de fato nas condições de igualdade me parece que isso não existe de fato. A sociedade participa, mas tem as suas instâncias então tem pessoas que são representadas, outras não são, então pra mim hoje a democracia passaria por uma emancipação da sociedade como um todo. E as políticas, eu acho que elas teriam que emancipar a população. Eu tenho uma crítica às audiências públicas. [o Orçamento Participativo] Era muita diversidade de visões, de opiniões e não se poderia construir consenso. E aí, simplificaram para as audiências públicas, e os nossos governos entendem hoje como participação popular as audiências. Só que audiência pública ela é o que? Ela é uma demanda do Executivo. Você que define as prioridades, não é o povo, não é

sociedade que define. A população até pode opinar nas demandas, mas as prioridades, de gestão principalmente, elas são dadas pelo executivo. Mas não é efetivamente uma participação popular. Então pra mim democracia passa pela superação dessa desigualdade social. Quando eu falo desigualdade social, [falo] econômica e estrutural do país. E que nós não temos uma experiência de fato de democracia. (informante 8)

O único aspecto sobre o qual as concepções acima parecem convergir é o de que a democracia, independente da que maneira que seja entendida, não foi ainda vivenciada ou experimentada no Brasil. Assim, como se verificou nas opiniões dos dirigentes acerca do processo de “mudanças” pelo qual o partido passou, construir e definir o conceito de democracia abarcaria aquela noção de amadurecimento a partir da realidade.

5.1.2. O Socialismo

Na mesma obra mencionada acima, Azevedo (1995) afirma que o socialismo também se apresenta como conceito pouco claro e bastante ambíguo nas formulações iniciais do PT. Para o autor nos documentos básicos do partido, na verdade “*a ênfase não está no socialismo e sim na democracia*”. Um maior destaque ao socialismo, segundo o ele viria ser apresentado somente a partir das Resoluções do V Encontro Nacional, no entanto marcando uma profunda relação entre socialismo e democracia na aspiração do chamado “*socialismo democrático*”. Este último conceito, por sinal, aparece tão confuso e indeterminado como os princípios empregados ao conceito de democracia, e, por conseguinte de socialismo, como discorreremos a seguir.

No caso específico dos dirigentes petistas no Paraná duas falas são bem marcantes e coincidentes quanto a isso. A necessidade de negar experiências que se encontravam em declínio, bem como o anseio de construir algo novo marcam as definições dadas ao “socialismo democrático”.

É que quando a história do PT começou, nós tínhamos alguns exemplos da socialdemocracia europeia que conduziu até um determinado patamar a economia e os direitos sociais e estagnou. E nós tínhamos o exemplo russo aonde se dizia comunista, porém não existia, apesar de uma série de igualdade econômica, não existia a liberdade que se deseja. E a democracia ela sempre é incompleta. Vou buscar mais liberdade, eu vou buscar mais cidadania, direitos. Então isso é dinâmico. (informante 7)

Também fica claro nas falas a reivindicação por *democracia*, muito vinculada ao desejo de liberdade e igualdade. Este sentimento encontra respaldo no próprio

contexto de fundação do PT que fora marcado pela luta contra o Regime Militar, portanto o reflexo de um socialismo que trazia resquícios de autoritarismo era tão rejeitado quanto a Ditadura que se buscava derrubar.

(...) ‘não existe socialismo sem democracia’, então se existe socialismo é por que [se] supõe que seja democrático. Nós, talvez, demos ênfase a este conceito ‘socialismo democrático’ pra diferenciar no socialismo na Rússia, socialismo europeu, que passou para o mundo uma experiência socialista, mas não democrática. (...) Então, nós usamos muito esse termo pra contrapor o conceito dos socialismos que se tinha nas experiências desses países. (informante 8)

Uma vez disposto a se afastar das experiências europeias mal sucedidas do socialismo, a Resolução do VII Encontro Nacional (1990) do partido buscou definir o que seria o *socialismo petista*, e quase duas décadas depois o 3º Congresso Nacional do PT (2007) voltou a reafirmar o socialismo do partido intimamente ligado à democracia, como se pode ler pela Resolução que afirma:

Para o socialismo petista a democracia não é apenas um instrumento de consecução da vontade geral, da soberania popular. Ela é também um fim, um objetivo e um valor permanente de nossa ação política. O socialismo petista é radicalmente democrático por que exige a socialização da política. Isso implica na extensão da democracia a todos e na articulação das liberdades políticas – individuais e coletivas – com os direitos econômicos e sociais. (PT, 2007, p. 13)

Neste trecho a indagação da seção anterior ressurge. Pois, se a democracia não seria um instrumento e sim o fim do socialismo petista, então o que seria de fato o socialismo? A reafirmação do socialismo petista traz também como outros princípios fundamentais a defesa irrestrita da liberdade de expressão, a “construção de uma nova economia na qual convivam harmonicamente crescimento com distribuição de renda”, o “combate à alienação do trabalho” (PT, 2007, p. 13-14), bem como a não apropriação privada dos recursos naturais.

Para tanto, o partido afirma ainda que “a democracia será a referência estratégica para a construção do nosso modelo de socialismo. Uma democracia alicerçada na participação organizada das massas e que seja capaz de articular representação com participação direta” (PT, 2007, p. 22). Se a democracia é referência, não seria ela então um meio, um “instrumento”, sim?

De modo geral esta é, de fato, a visão predominante também entre os dirigentes paranaenses entrevistados, pois as noções de socialismo apresentadas, quando não aparecem como complementar à democracia – como na fala abaixo – trazem definições muito próximas daquelas descritas na seção anterior, em especial quando se faz uma

leitura que de o socialismo seria uma sociedade “*cada vez mais inclusiva e com maior participação na política, e nas decisões da sociedade*”.

Pra mim socialismo e democracia deveriam se complementar. Ou seja, pra mim socialismo não existe sem democracia. É que socialismo hoje na minha visão, na minha leitura hoje, é você ter uma sociedade inclusiva, cada vez mais inclusiva e com maior participação na política, e nas decisões da sociedade. Tem que ampliar a participação, tem que ampliar oportunidades. Portanto, pra mim socialismo é você apontar para uma política de construção como esta. Eu hoje teria muita dificuldade de definir um conceito de socialismo. Certamente tenho muita dificuldade. (informante 4)

Ainda que o *informante 8* (abaixo) não possua uma definição concreta do que seria o socialismo, sua fala coincide fortemente com as delimitações que ele próprio apresentara para o que seria democracia, quando afirma que “*socialismo pra mim tem que ser a superação das contradições da sociedade*”.

Mesmo que nós tenhamos esse ideal dentro do partido, de se chegar ao socialismo, construir o socialismo, eu sou um defensor disso, né? De que nós temos que superar as contradições do capitalismo, nós temos que ter uma sociedade mais igualitária, uma sociedade mais justa. Mas efetivamente nós não temos uma experiência que se possa dizer: "o socialismo é isso". Mesmo na Rússia, o Partido Comunista acabou sendo um partido único. E aí o que acontece? Há uma imposição das políticas de estado. Aí nós não temos um Estado democrático. Era um estado autoritário. Socialismo pra mim tem que ser a superação das contradições da sociedade, tem que ser a superação da miséria, da desigualdade social, mas não temos uma experiência ainda efetiva. (informante 8)

O dirigente acima também aspira um socialismo que se opõe às experiências que já existiram, como no caso da União Soviética, e sua justificativa vai ao encontro do que afirma as Resoluções gerais do partido. Ou seja, o socialismo vislumbrado por este líder do PT-PR se opõe ao socialismo autoritário de um Estado não democrático, como o que teria se apresentado no leste europeu.

Esta leitura também pode ser observada na fala do dirigente abaixo que além de identificar que uma sociedade socialista seria aquela com “*ampla participação das decisões*”, – também muito próxima da concepção de democracia já discutida – se opõe ao autoritarismo quer seja de uma “*ditadura do proletariado*”, quer seja de imposições de um partido único – “*um Sol que ilumina o caminho do futuro*” – como prefeririam as vertentes leninistas.

“eu trabalho ainda com o desenho dessa sociedade que nós militantes da Igreja Católica chamamos de justa, e igualitária, que na verdade é uma sociedade sem classes, onde o Estado cumpre o seu papel. Mas, com uma diferença, a diferença de que o conceito da ditadura do proletariado, da teoria marxista, não se aplica também ao conceito de democracia. Na verdade, é preciso construir o socialismo, sem classes, com

oportunidades, com igualdades, mas sem o conceito da ditadura do proletariado. Qual diferença? Que a sociedade que tenha ampla participação das decisões, e que não seja o partido o grande Sol que ilumina o caminho do futuro, mas que seja a participação popular. Então, eu acho que o que me difere, na essência da visão mais ortodoxa marxista é essa. Mas, ainda vejo na leitura marxista um caminho pra se entender as contradições do capitalismo, que pode nos apontar para a construção de uma sociedade socialista, uma sociedade sem classes, uma sociedade onde ‘de cada um conforme a sua possibilidade, e a cada um conforme a sua necessidade’”. (informante 5)

Ao observarmos os posicionamentos aqui descritos acerca do *socialismo* podemos destacar ao menos três aspectos fundamentais que marcam as falas dos dirigentes paranaenses: participação popular nas decisões políticas do país; democratização; e, superação das contradições capitalistas que marcam uma sociedade desigual econômica e politicamente. Para Lacerda (2002, p. 57) estas características estariam nitidamente vinculadas a uma visão de *socialismo democrático* ligada à ala direita do partido para a qual o socialismo seria a “expansão da democracia da esfera política para as esferas social e econômica” uma vez que “só a democracia política é insuficiente” e a “realização do socialismo” só se dará “com manutenção das instituições representativas democrático-liberais, que devem ser aperfeiçoadas” em “formas de democracia direta”.

Mas o que seria a *ala direita* do PT? Vários autores afirmam que diante dos diferentes grupos internos ao PT os maiores representantes da guinada programática à direita que o partido teria dado estão vinculados ao grupo da *Articulação 113* – atual Construindo um Novo Brasil (CNB). Neste sentido, se nos remetermos à Tabela 3.1 do capítulo 3, podemos verificar que historicamente os comandos das Executivas do PT-PR estavam ligados a este grupo, tal qual a Executiva Nacional. Além disso, no quadro 4.2 do capítulo anterior, que recria minimamente a origem sócio-política dos entrevistados, pode-se perceber que a maioria deles está atualmente vinculada à corrente interna CNB.

Diante disso podemos afirmar que os posicionamentos dos dirigentes do PT-PR em relação aos conceitos de *socialismo* e *democracia* representam um grupo muito específico dentro do PT, mas que, sobretudo configura-se como o predominante. Diante disso, não se verifica nenhum traço peculiar inerente ao PT-PR. Ao contrário disso, o que se verifica é que, neste aspecto em particular, a vinculação a uma tendência interna específica possui maior influência na composição ideológica dos dirigentes entrevistados que alguma característica externa ligada ao contexto de formação.

5.2. Os Movimentos Sociais e o PT: a relação não é mais a mesma

Além dos dilemas de formulação ideológica, os rumos estratégicos do PT também sempre estiveram em disputa no interior do partido. Historicamente, dentre os dois grandes grupos que se articulavam desde a fundação, o debate entre a “reforma” e a “revolução” era acompanhado das avaliações entre o inserir-se ou não nas esferas institucionais. O fato é que ainda que, ao contrário dos demais partidos o PT não tenha nascido de alguma vinculação anterior ao Estado, ele surge sim com vistas ao poder e à disputa eleitoral. No entanto, apesar disso, a característica que sempre lhe diferenciou dos demais partidos foi a constante presença de integrantes de movimentos sociais no seu interior com possibilidades reais de participar das formulações e diretrizes partidárias, fato que tem sido constantemente modificado, configurando-se inclusive como um dos aspectos da transformação tratada anteriormente.

Se for observado um quadro mais amplo de comparação (Tabela 5.1) o que se verifica é um evidente afastamento entre os petistas e os movimentos sociais. Se durante o 3º Congresso (2007) 83% dos entrevistados em nível nacional diziam que participavam de movimentos sociais quando entrou para o PT, este número caiu para 80,8% em 2010. Ao passo que a porcentagem de participantes que diziam ainda participar de alguma organização social, quando entrevistados, também diminuiu de 72% em 2007, para 63,2% em 2010.

Tabela 5.1 Nível de participação dos delegados em movimentos sociais

Quando entrou para o PT, você participava de alguma organização ou movimento social?	NÍVEL (%)			
	Nacional		Estadual (PR)	
	2007	2010	2007	2010
Sim, Participava	83	80,8	90	72,2
Não Participava	17	18,8	10	27,8
NR	-	0,4	-	0
VOCÊ PARTICIPA ATUALMENTE DE ALGUMA ORGANIZAÇÃO OU MOVIMENTO SOCIAL?	NÍVEL (%)			
	Nacional		Estadual (PR)	
	2007	2010	2007	2010
Sim, Participo	72	63,2	70	61,1
Não Participo	28	34,7	30	38,9
NR	-	2,1	-	0

Fonte: Elaboração própria a partir da Base de dados da Pesquisa de Perfil de Delegados, realizada pela FPA no 4º Congresso Nacional do PT (2010)

Quando observados os dados referentes aos delegados representantes do PT-PR o que se verifica é em primeiro lugar, que o afastamento dos movimentos sociais segue a mesma tendência do quadro nacional. No entanto, ainda que dentre os participantes do Encontro Estadual de 2007 uma massiva maioria (90%) participava de movimentos sociais quando ingressaram no partido, guardadas as proporções, os membros do PT-PR presentes no 4º Congresso (2010) eram menos ligados aos movimentos sociais (72,2%) quando ingressaram no partido que os integrantes em âmbito nacional. Já, em relação à participação atual dos membros petistas em organizações sociais, o que se pode notar é que desde 2007 os petistas do Paraná se apresentam menos ligados oficialmente a movimentos que os membros de modo geral. Entre os paranaenses o índice atual de participação em organizações sociais caiu de 70%, em 2007, para 61,1% em 2010. Ainda que possamos justificar o maior vínculo a movimentos sociais entre os delegados de 2007, pois por se tratar de um encontro regional guardaria maior representatividade das bases, se mantivermos a comparação somente entre os delegados do 4ª Congresso, evidencia-se que enquanto a *não participação* entre os petistas médios nacionais foi de 34,7% em 2010, entre os membros do Paraná têm-se uma porcentagem de 38,9, para o mesmo ano.

Diante de evidências empíricas do afastamento direto do PT dos movimentos sociais, como os dirigentes partidários avaliam esta situação? Segundo eles teria havido uma ruptura na relação do partido com os movimentos sociais? Esta relação continua sendo percebida sem alterações, ou o que se verifica é uma mudança na forma de se relacionar com os setores populares organizados? Qual a opinião destes membros em relação ao estreitamento das relações do partido com as esferas institucionais, sobretudo na relação com o Estado?

5.2.1. Avaliação dos dirigentes sobre esta relação

A postura dos delegados do Paraná verificada nos dados acima, não coincide substancialmente com a que leitura predominante que os dirigentes do PT-PR fazem da relação do partido com os movimentos sociais. Ainda que a própria relação direta dos petistas com os movimentos sociais tenha se alterado (Tabela 5.1), a avaliação dos dirigentes estaduais é de que o partido não teria se afastado dos movimentos sociais,

mas que esta relação teria sofrido algumas modificações, sem, contudo, que as organizações populares tenham perdido influência nas formulações partidárias.

De um lado se referem a “uma acomodação” por parte dos movimentos, por outro defendem que atualmente os movimentos estariam sem motivações para atuarem uma vez que “ninguém vai pra rua se está satisfeito com o direito dele”. Mas o papel dos movimentos sociais se restringe às suas atuações e reivindicações nas ruas?

Não acho que houve um afastamento. Eu acho que houve uma acomodação. Ninguém vai pra rua se está satisfeito com o direito dele. Eu acho assim, a gente já esteve bem mais presente. Mas daí se você olha que [eu] que participo lá do Fórum Popular, sou a mesma [pessoa] que é do PT, você consegue enxergar que o PT está presente lá. Eu posso não estar lá como [alguém] do PT, tô lá como Fórum Popular, mas eu sou do PT. Então essa relação eu acho que continua. Eu acho que meio que se confundiu, e as pessoas falam assim ‘Ah, o PT se afastou’. Mas, quando ele fala que o PT se afastou dos movimentos sociais, daí se você for me falar ‘Mas, você é de que partido mesmo?’ (...) Sabe, assim, quando eles cobram talvez a gente não tenha esse entendimento que você também é do PT, que você tá lá no movimento sindical, que você está lá no movimento de mulheres, que você tá lá na agricultura familiar, então eu acho que não está afastando. Eu acho que existe uma leitura meio que equivocada. (informante 1)

Outra avaliação bastante presente nas falas dos dirigentes é que o atual contexto político teria tornado mais branda a relação do partido com os movimentos, ainda que, segundo eles este vínculo nunca tenha deixado de existir. Ou seja, “o partido nunca deixou de dialogar com os movimentos sociais e os movimentos sociais nunca saiu de dentro do partido”. Existe a leitura de que os sujeitos – pessoas, atores políticos – pertencem tanto ao partido como aos movimentos, conforme sugere o informante acima: “Eu posso não estar lá como [alguém] do PT, tô lá como [alguém do] Fórum Popular, mas eu sou do PT”, ou como destaca os dirigentes abaixo ao afirmar que “muitas direções que tocam hoje o movimento social estão dentro do partido”.

o partido nunca deixou de dialogar com os movimentos sociais e os movimentos sociais nunca saiu de dentro do partido. Muitas direções que tocam hoje o movimento social estão dentro do partido. (...) Às vezes [existe] o debate de que a gente se afastou. É que a intensidade era outra por que a conjuntura é outra de enfrentamento. Hoje mudou a situação, mas o diálogo, acho que nunca foi perdido. (informante 3)

Mas, o que seria “estar dentro do partido”? Ser um filiado? Participar da direção partidária? Participar de encontros? Para o dirigente abaixo (muito próximo do que já foi expresso na fala acima), o entendimento do papel dos movimentos sociais é contextualizado. Se quando da origem do partido os movimentos sociais tinham caráter “reivindicativo ou de protesto”, hoje a relação seria mais propositiva e participativa das

instâncias partidárias como as secretarias temáticas, de modo que com isso o partido acabaria “*absorvendo aquilo que é do movimento social*”.

O movimento social a gente tem que entender ele também no seu tempo, né? Quais que seriam os papéis dos movimentos sociais hoje? Tem muita gente dentro do PT mesmo que fala ‘Ah, o PT traiu os movimentos sociais, eles não acompanham mais, se afastou’. Não houve nenhum afastamento. (...) Com a criação de algumas secretarias, a secretaria de combate ao racismo, de mulher, e tal, que de certa forma acaba absorvendo aquilo que é do movimento social, ele [o partido] acaba absorvendo. Então eu não sou muito desse campo que acha que os movimentos sociais não existem. Ou que o PT se afastou. O movimento social ele surge sempre de acordo com alguma necessidade. E hoje é um espaço pra eles serem mais propositivos do que reivindicativos ou de protesto. (informante 4)

Em que medida, no entanto, se absorve o que vem dos movimentos sociais hoje, se lá nos anos 80, como afirma a liderança abaixo, “*os movimentos sociais davam direção*” do partido? Pelo que se lê no que segue, ao contrário do que já foi expresso nas falas até então, há o reconhecimento de que o partido se afastou, sim, dos movimentos sociais a partir do momento em que conquistou o governo federal.

É, nos anos 80, nos anos 90 o PT era muito ligado aos movimentos sociais. E os movimentos sociais davam direção, né? Também ao PT, por que eles estavam presentes. A partir do momento em que a gente foi para o governo federal, eu acho que cada um foi tocando sua vida. O partido, os movimentos sociais, e aí eu acho que teve uma distância dos movimentos sociais. (...) É o que gente sente no dia-a-dia. E o PT tem clareza disso. O PT fala nas vezes em que se pronuncia, né? A liderança do PT fala do afastamento. Inclusive a própria presidente fala: ‘temos que retomar o debate com os movimentos sociais!’. Então, houve esse afastamento sim. Mas, não é proposital. (...) Mas, eu vejo agora quando assume a presidência da república a Dilma, nós estamos voltando a fazer um bom convívio com os movimentos sociais, acho que eles voltam a fazer parte de nossas discussões. Inclusive com a questão dos setoriais, né? Os setoriais, eu analiso que é a ligação dos movimentos sociais com o partido. (informante 2)

Há, portanto, o reconhecimento de que a relação do PT com os movimentos se alterou, seja admitindo o afastamento, ou interpretando que esta alteração, como uma consequência da transformação do contexto político, não trouxera prejuízos qualitativos à relação e às contribuições que o movimento social traz ao partido. O fato é que, em nenhum momento, com exceção do depoimento acima, as falas associam o afrouxamento do vínculo com os movimentos à maior inserção do partido nas esferas institucionais, às conquistas de governos, etc.

Ao contrário disso, os delegados do 4º Congresso, quando questionados sobre o “o que deveria ser feito para fortalecer a participação das bases no partido”⁴³, além de indicarem que cursos de formação seria uma saída (11,9%), apresentam que se faz necessário a priorização dos núcleos de base, pois “o partido buscou o poder e esqueceu as bases” (9,7%). Diante disso, como se configuram atualmente as bases do PT? Que instâncias e/ou agrupamentos os petistas consideram como as bases do partido? Que funções atribuem a elas?

5.2.2. Bases partidárias: um núcleo esquecido

Na origem do PT os núcleos de base aparecem com papel central nas formulações políticas e programáticas do partido. Conforme boa parte da literatura já identificou ao analisar a história do partido, os petistas também tendem a reconhecer que os núcleos perderam seu peso à medida que o PT cresceu. Esta percepção apresenta-se maior entre os membros paranaenses (94,5%) que entre os petistas médios (73,6%), dentre os quais se apresentam ainda outras duas opiniões: a de que os núcleos continuam tendo o mesmo peso nas decisões do partido (6,1%), e a de que na verdade os núcleos nunca tiveram importância nas decisões (18,9%), avaliação que também aparece dentre os representantes do PT-PR (5,5%).

Tabela 5.2. Percepção dos delegados acerca dos núcleos de base

Qual das frases que vou falar se aproxima mais da sua opinião sobre os núcleos	NÍVEL (%)	
	Nacional ⁴⁴	Estadual (PR) ⁴⁵
Os núcleos de base continuam tendo peso igual nas decisões internas do PT	6,1	0
O PT cresceu e os núcleos perderam peso político	73,6	94,5
Os núcleos de base nunca tiveram peso nas decisões do PT	18,9	5,5
Outras respostas	0,7	0
Não sabe/ não respondeu	0,7	0

Fonte: Elaboração própria a partir da Base de dados da Pesquisa de Perfil de Delegados, realizada pela FPA no 4º Congresso Nacional do PT (2010).

⁴³ As respostas a esta questão são bastante variadas, e os dois maiores destaques são os já mencionados. Apresentamos tabela completo no Anexo III desta dissertação.

⁴⁴ Vale ressaltar que esta questão fazia parte apenas do questionário ‘Tipo B’. Sendo assim, dentre os 1103 questionários totais, somente 541 validaram estas respostas.

⁴⁵ Dentre os 42 integrantes do Paraná, apenas 18 questionários validaram a questão sobre a opinião dos delegados sobre os núcleos.

Quando a literatura aponta que o PT se afastou de suas bases, a principal causa identificada é justamente seu crescimento, pelo aumento dos filiados. Mas, a massificação das filiações partidárias, ainda que apontadas como a causa da mudança de relação do partido com os filiados, nem sempre é identificada pelos dirigentes do Paraná como algo ruim necessariamente. Ao menos não pela avaliação descrita abaixo.

O que se percebe é uma baixa criticidade em relação às opções que o PT tomou ao longo dos anos e às consequências que isso pode ter trazido ao partido. Ou não, faz-se uma leitura num sentido contrário, de que estas opções foram necessárias e neste caso o PT não teria se afastado das bases, mas identifica-se que hoje “*a base é que é diferente*” e que “*por conta desse crescimento todo*”, tem se resumido aos filiados.

Eu enxergo assim, é como a gente tava falando da relação com o movimento social. Então, por exemplo, tem a ala mais radical dentro do PT que diz ‘ah, não discutiu com a base!’ Gente, se tem uma coisa que o PT faz é reunião. É encontro, é plenária. E aí tem uma minoria que faz esse questionamento, que fala que o PT se afastou da base, que isso que aquilo. Mas, quem é a base? A base são os filiados.

Então, se eu questiono o PT por que não falou comigo ou eu estava ausente, não vim pra discussão, por que eu também tenho que estar presente, né? Não vejo que tá longe das bases. Eu vejo que a base é que é diferente. Por conta desse crescimento todo. Então a gente tem de tudo. Tem gente que gosta de ‘tá’ no dia-a-dia com o partido, mas tem gente que vem esporadicamente. Tem uns que se filiou por que gostam da Dilma, outros se filiou por que gosta do Lula, entendeu? Eu não posso bloquear ninguém de se filiar, aí essa pessoa vai se formando a partir do momento que ela vem participando e ela vai compreendendo o PT. Eu vejo que existe uma base que é diferente. Que não é aquele militante da década de 80 que tinha que ir a todas as reuniões que tinha que estar presente em todos os eventos que tinham. (informante 1)

Diante disso, a participação reduzida destes membros não é vista como um problema, pois a base do partido tem sido justamente “*aqueles filiados que aparecem a cada 4 anos, a cada 2 anos pra ou votar na eleição interna do partido, ou são convocados pra alguma eleição*”, ou então é identificada como aqueles militantes orgânicos e profissionais do partido, ou então ao eleitorado específico dos parlamentares.

São aqueles filiados que aparecem a cada 4 anos, a cada 2 anos pra ou votar na eleição interna do partido, ou são convocados pra alguma eleição. Hoje, quem consome as bases do PT são os mandatos. Quer dizer, os mandatos parlamentares eles mantêm hoje uma base partidária. Têm uma relação direta com a base. Hoje o parlamento é a base do PT, e aí consequentemente a base política dos parlamentares acaba agregando a base maior pro partido. [Que] hoje mais eleitoral do que social, com certeza. (informante 8)

Apesar destas análises, há por outro lado algum reconhecimento dos prejuízos que esta ampliação dos filiados e a burocratização trouxeram para o partido. Outra questão feita também aos delegados do 4º Congresso procura identificar, na opinião de cada um, “o que o PT deve fazer para se fortalecer como partido”⁴⁶. Dentre as várias respostas dadas pelos respondentes, além do indicativo da necessidade do partido “investir em formação” (9,2%) e “se aproximar dos movimentos sociais” (6,3%), há uma recorrência bastante significativa de respostas que apontam para a reorganização dos núcleos de base (5,7%), a capacitação das bases e da militância (5,5%) e a valorização das bases (4,6%) como medidas indispensáveis para o fortalecimento do PT.

No caso específico do Paraná, a fala do dirigente abaixo deixa claro que houve um afastamento considerável do partido em relação aos municípios. Existe o entendimento, para este membro do PT-PR, de que as bases partidárias têm trabalhado, têm se mostrado ativas, pois conforme se expressou “*a base pro PT ainda tá muito bem*”, “*as temáticas que a base anseia estão sendo levada ao macro*”. No entanto, se reconhece que existe certa dificuldade de se “*dar resposta pra base*”.

Eu acho que é a mesma questão, por exemplo, a mesma lógica do PED. Que no PED a gente não consegue ter o controle sobre o que está acontecendo nos municípios. Mas o debate de ir até as bases de forma direta é que a gente não consegue às vezes chegar de novo em alguns municípios e fazer o diálogo, a conversa da base sobre o que é o PT pra esses municípios. Tem essa dificuldade eu acho de conseguir acessar pra apresentar de novo.

A base pro PT ainda tá muito bem. Os debates, isso pela realidade do Paraná. Os debates locais, de bairro mesmo, e de alguns segmentos acabam chegando na municipal, que acaba chegando na estadual, e que acabam as vezes indo em forma de políticas praticas. E isso paralelo ao governo também pelas conferências, né? As temáticas que a base anseia estão sendo levada ao macro. Só que às vezes o macro não consegue dar resposta pra base, e justamente por não conseguir haver o contato (informante3)

O motivo dado a esta dificuldade de “resposta” à base está associado diretamente “*ao próprio crescimento do PT*”, e também de certa forma ao próprio desinteresse do partido, e neste caso tratando-se especialmente do PT-PR, em “*ter um trabalho de conhecer os municípios, de chegar nos municípios*”.

Olha, eu acho que ao próprio crescimento do PT. Uma das coisas, né? Outra coisa, é que não houve por um bom tempo, houve uma "lavada de mãos" num período de uns 2 anos em que o PT não avançou em algumas coisas. Então tem que ter um trabalho de conhecer os municípios, de chegar nos municípios (informante 3)

⁴⁶ O quadro geral das respostas dadas a esta questão estão presentes no Anexo III.

Esta avaliação nos remete diretamente ao que discutimos no capítulo anterior, e identifica-se aqui uma consequência direta daquela especificidade elencada pelos dirigentes de que o PT-PR teria um debate muito interno, voltando-se pouco para as bases. Em especial, para os municípios que, no estado, possuem características muito peculiares, pois na sua maioria são de médio e pequeno porte favorecendo a reprodução ainda mais constante daquele clientelismo e coronelismo político de que tratamos anteriormente.

Esta avaliação converge significativamente para a opinião dos delegados acerca da instância que deveria ser fortalecida no PT para garantir maior protagonismo decisório das bases partidárias (Tabela 5.3). O posicionamento, tanto dos petistas médios, como dos representantes do PT-PR, divide-se basicamente entre o fortalecimento dos “núcleos de moradia, setoriais e de categorias profissionais” e dos “diretórios municipais”⁴⁷. Em ambos os casos os delegados nacionais têm maior adesão a estas instâncias, 38,1% e 35,3% respectivamente, que os petistas do Paraná, com 27,8% para os núcleos e 22,2% para os diretórios municipais.

Tabela 5.3 Instância identificada como prioritária para participação das bases

Na sua opinião, o que deve ser fortalecido como a principal instância de organização, participação e decisão da base partidária:	NÍVEL (%)	
	Nacional	Estadual (PR)
Os núcleos de moradia, setoriais, de categoria, etc	38,1	27,8
Os diretórios zonais	10	22,2
Os diretórios municipais	35,3	33,3
As eleições diretas para as direções	9,4	11,2
Outras respostas	2,4	0
Não Sabe	4,8	5,5

Fonte: Elaboração própria a partir da Base de dados da Pesquisa de Perfil de Delegados, realizada pela FPA no 4º Congresso Nacional do PT (2010).

Por outro lado, há um dado bastante interessante a se destacar da tabela acima. Dentre os delegados do PT-PR respondentes a esta questão, 22,2% deles, portanto uma

⁴⁷ As questões P16a e P17a, presentes no Anexo III, já mencionadas acima, também trazem dentre as respostas dadas pelos delegados do 4º CN a referência de que “priorizar a organização nos diretórios zonais/municipais/estaduais/regionais e núcleos regionais” é uma ação importante para o fortalecimento do PT, atualmente. Além disso, uma das medidas elencadas para como importantes para fortalecer a participação das bases no partido é justamente o aumento do “entrosamento entre dirigentes, militantes das bases e parlamentares nos municípios e estados”.

porcentagem bastante grande elenca os *diretórios zonais* como principal instância a se fortalecer para aprimorar o relacionamento do partido com a base.

De acordo com o Estatuto do PT (2012, p. 25) a organização de Diretórios Zonais é obrigatória apenas para capitais de estados com mais de 500.000 (quinhentos mil) eleitores, ou municípios com mais de 1.000.000 (um milhão) de eleitores. Logo, no Paraná, apenas sua capital insere-se neste requisito, uma vez que Curitiba é a única cidade com mais de um milhão de habitantes, seguida de Londrina com pouco mais de 500 mil, e 380 dos seus 399 municípios não ultrapassam os cem mil habitantes.

Seria no mínimo curioso identificarmos dentre os posicionamentos dos dirigentes esta necessidade de fortalecimentos dos zonais, portanto, de Curitiba, se não fosse também o já apontamento anterior de um dos dirigentes de que o PT-PR tem suas atenções muito concentradas na capital e que isso é um fator preponderante para sua dificuldade de se enraizar nos municípios e com isso desenvolver uma identidade partidária mais sólida no estado. Em síntese, de acordo com um dos entrevistados, existia *“dois grupos aqui em Curitiba, que se disputavam”*, de um lado um representante da CNB *“que fazia uma discussão mais conservadora”* e do outro um representante da DS com *“uma discussão mais social”*. No entanto, *“eram dois grupos Universitários. E que não faziam o debate maior com a sociedade”*. Em virtude desta sua gênese localizada na capital, o PT-PR ainda possui dificuldades de se enraizar em outras localidades do estado. Segundo o dirigente, *“tinha a questão do movimento dos Sem-Terra, mas a reivindicação do movimento, e mesmo dos atingidos por barragem, vinham pra capital. Você não criava polos. Até por que, como era um estado conservador, município nenhum aceitava os sem-terra, por exemplo, no seu município”* (informante 8).

Por fim, um último destaque em relação à tabela 5.3 aponta que os delegados do PT-PR sentem maior necessidade do fortalecimento das eleições diretas (11,2%), que os delegados nacionais (9,4%). A respeito disso, existe um debate bastante rico entre os estudiosos, e até mesmo no interior do PT, de que o PED a despeito da intenção que o partido expressa de fortalecer a democracia interna teria na verdade restringido os espaços de debate para a composição das diretrizes partidárias. O que pensam os dirigentes sobre essa questão?

5.2.3. Democracia Interna

Quando tratamos com os entrevistados sobre suas concepções de democracia, um dos informantes apresentou uma distinção entre o que seria uma “*democracia interna*” e uma “*democracia para sociedade*”, na visão petista. Diante disso, e do dado levantado na seção anterior, ao abordarmos o debate acerca das bases partidárias, se faz importante abrir uma breve discussão acerca disso, pois a temática da democracia interna do partido que é uma característica bastante importante para o PT, refere-se ao princípio de coexistência dos diferentes grupos que o compõe desde a fundação. Na fala do dirigente citado, democracia interna seria a forma como se apresenta a “*organização do partido*”, em como “*as correntes acabam tendo respeitadas suas opiniões, ideias, o seu pensamento*”.

Dentro do PT. Com dois conceitos de democracia, uma é a democracia interna na organização do partido, aí as correntes acabam tendo respeitadas suas opiniões, ideias, o seu pensamento. Claro que prevalece, quando não se constrói o consenso, tem a regra, né? A maioria acaba predominando, a ideia da maioria quando não se tem consenso.
(informante 8)

Se em sua gênese, mais do que congregar as opiniões das “correntes”, a democracia interna no PT era uma bandeira que se referia ao papel de protagonismo dado às *bases* nas decisões do partido, as transformações sofridas pelo partido também lhe alteraram o sentido. Por este motivo é que a fala do dirigente expressa que na democracia interna “*quando não se constrói o consenso, tem a regra, né? A maioria acaba predominando, há ideia da maioria quando não se tem consenso*”.

Atemos, então, que segundo o dirigente acima, a democracia interna funciona como um dos pilares da organização do partido, que visa aglutinar suas diferentes correntes na busca da ampliação dos debates em que se convergem (ou não) as diferentes opiniões na construção das diretrizes partidárias, seja na construção dum consenso, seja pela decisão da maioria. Neste último caso o PED atualmente se apresenta como a instância principal de consulta utilizada pelo partido para referendar junto aos filiados suas escolhas e decisões. Como os dirigentes do PT-PR avaliam isso, então? Em que medida avaliam que o PED contribuiu para a ampliação ou diminuição dos debates no interior do PT?

O que os dirigentes expressam em linhas gerais é que o PED favoreceria, sim, o debate interno e que o partido não teria restringido espaços de participação da base por conta do estabelecimento desta nova instância.

(...) como é que eu vou dizer pra pessoas ‘olha, dia 15 nós vamos estar elegendo uma chapa de delegados, que vai pro encontro, que vai decidir isso, isso, e aquilo’. Quer dizer, você está fazendo o debate com o filiado. Você gostaria de votar? (...)Alguém vai lá bater na porta dele e fazer o debate com ele pra convencê-lo pra isso ou pra aquilo. E aí as grandes plenárias, os encontros, ficam muito por conta daqueles que estão mesmo organicamente, estão em alguma corrente, ou que estão na direção do partido, e enfim. Porquê esse grupo dirigente, quando você elege alguém tem que respeitar quem você elegeu. Você elegeu alguém pra te representar porque você acredita que ele vai encaminhar aquilo que é os desejos da sua parte ou daquele grupo. (informante 1)

De acordo com o informante acima o debate ocorreria quando se informa aos filiados sobre a abertura dos processos eleitorais e se vai “*bater na porta dele e fazer o debate com ele pra convencê-lo pra isso ou pra aquilo*”. Mas, quem constrói *isso* ou *aquilo*? A resposta se encontra na mesma fala. Quem formula as diretrizes na prática é aquele “*grupo dirigente*” eleito pra, supostamente, representar e encaminhar os “*desejos*” daqueles militantes dos quais receberam votos.

Para outro dirigente (informante 2) o PED seria sim um momento democrático e de debate “*porque não é meia dúzia de pessoa que resolve o partido*”. O fato é que na prática não é uma minoria que acolhe as decisões, mas tem sido um grupo bastante restrito que formula e encaminha, na maioria dos casos, as diretrizes partidárias.

Eu avalio positivamente. Avalio positivamente, avalio como um momento sim de debate. Que é um momento de democracia, por que não é meia dúzia de pessoa que resolve o partido. São todos os filiados. (...) As direções municipais, as direções estaduais têm que ir nas casas, visitar os filiados, tem que fazer campanha, tem que conversar. A partir disso o filiado se sente motivado e valorizado. (informante 2)

O mesmo argumento é utilizado na fala abaixo para defender o papel do PED como um extraordinário “*instrumento de participação*”, visto mais uma vez como eficiente por “*colocar milhares e milhares pra participar, pra votar*”, debater e eleger dirigentes.

Essa é a visão de quem gosta de um partido pequeno. Que é um partido de algumas plenárias e de alguns encontros. Que é um grupo que se diz representar o Partido, o que não é discutir. Eles colocam 200 pessoas numa sala pra tomar as decisões. E chama isso de democracia. Eu prefiro colocar milhares e milhares pra participar, pra votar do jeito que nós fazemos, vamos lá, debatemos tese, colocamos a cara, todo filiado tem direito,

elege o presidente nacional, elege o presidente estadual, elege a chapa do dirigente, eu acho isso democrático. (...) Eu acho que o PED é uma das coisas mais extraordinárias que nós criamos no PT, eu acho que foi o PED. Acho que é uma inovação, hoje poucos partidos têm um instrumento de participação, desse jeito. (...) Mas, os encontros não garante democracia não. Pelo contrário, eu acho que ele estreita, limita a participação, fica apenas num grupo de iluminados o que não expressa muito o que é o PT hoje.
(informante 4)

Mas, em que condições esta massa de filiados participam e votam atualmente? Quem de fato elabora as teses? A análise do dirigente abaixo se mostra mais crítica ao processo e traz elementos bastante interessantes para a reflexão.

O modelo de PED pode ser revisto. Por que, qual que é a principal defesa? Comparando os Congressos com o PED. A gente acaba excluindo o debate político, as defesas políticas, nossa participação política acaba sendo suprimida por uma disputa de nomes, né? De quem vai assumir a secretaria, de quem vai assumir. E no PED você faz o que? Você separa. Que daí você acaba não qualificando o debate político. Por que no Congresso você acaba suprimindo. Pra você implantar uma política que você acredita você tem que ter a pessoa que vai fazer a defesa lá. Então é colocado de discutir o nome, pra depois discutir a política. Então acaba misturando tudo e não tem prioridade. E a prioridade como um todo é a política. Não é o nome. Só que tem que haver o debate. Pra apresentar a prioridade política tem que ter o nome. E acaba misturando as duas e confunde tudo.
(informante 3)

A fala cima expressa um dilema interno do partido entre a construção política e a eleição de representantes políticos. Esta última parece ter suprimido aquela no decorrer dos anos e na avaliação dos petistas paranaenses, com exceção do dirigente acima, isso não se apresenta como um problema. De acordo com P. Ribeiro (2008, p. 262), na dinâmica estabelecida pelo PED, a opção de ampliar a participação dos filiados representa um falseamento da democracia interna, que na verdade “significa maximizar o espaço do grupo político nas direções de todos os níveis, as delegações enviadas por suas seções aos Encontros superiores, e as quantidades de delegados sujeitos à sua influência” e que na prática isso teria contribuído “para a universalização de certas práticas clientelistas”.

Além disso, a inversão de prioridades denunciada anteriormente na fala do entrevistado, de se discutir primeiro o nome, depois a política, revela outro prejuízo trazido pelo PED. Ainda na avaliação de P. Ribeiro (2008), os encontros ao acontecerem, atualmente, posteriormente ao PED e comandados por uma direção já eleita teriam seus debates mais “despolitizados e ‘frios’, posto que a maioria está definida de antemão”.

O fato é que, mais uma vez, podemos associar o posicionamento pró-PED à vinculação de seus defensores à corrente majoritária e também predominante no PT-PR. Ainda que a avaliação do dirigente acima expresse um tom crítico e questionador desta lógica predominante, o informante 3 também é atualmente um integrante da CNB.

Como revelam vários estudos, fora sob o comando do Campo Majoritário que se iniciaram as movimentações de despolitização dos encontros, na defesa das eleições diretas. Fatores que culminam com a ampla campanha de filiação que o PT desenvolveu em 2001, ano da primeira edição do PED. E parecem ter surtido efeito no momento de crise do partido no pós-Mensalão, como se verifica na avaliação abaixo sobre a segunda edição do PED.

Nós temos cada vez mais participação. Eu vou pegar assim, já pra explicar isso, de como funciona essa relação, aquela crise de 2005 do Mensalão que foi uma coisa maluca aquilo, foi muito ali uma disputa política, enfim não vou entrar nos méritos. Fizemos um PED. Todo mundo na televisão, 'o PT acabou, o PT acabou, o PT acabou'. Compareceram quase 300 mil pessoas pra votar no PED. Aí todo mundo parou de falar que o PT tinha acabado. Ou seja, essa coisa de que o PT não tem mais relação com a base também parou. Hoje o PT tem quase um milhão e meio de filiados. No último PED (2009) participou quase 700 mil pessoas. Então existe uma boa relação com as bases. (informante 4)

Mais uma vez a capacidade mobilizadora, de maximização de votos, defendida pelo campo majoritário do partido ganha peso na fala. Apesar disso, os rumos do PED parecem estar sob vigilância de boa parte de outras vertentes do partido, para que se cumpram as reformulações estatutárias do 4º Congresso (Árabe, 2012). A própria fala do informante 3 revela isso. No entanto, sua criticidade parece estar menos vinculada à corrente interna que integra, e mais vinculada ao fato de ser representante da juventude, setor que teve grande ganho no último CN – quando se determinou que a composição final dos diretórios deve apresentar 20% de membros com idade inferior ou igual a 30 (trinta) anos.

Considerações Finais

O contexto de formação e os grupos que compuseram o PT no estado são responsáveis pelo modo específico com que o partido se relaciona com o ambiente no qual está inserido. Além disso, os traços da cultura política do próprio estado impõem

ao partido desafios para sua atuação. E, tais fatores, são inclusive reconhecidos pelos próprios dirigentes. Apesar disso conteúdo valorativo expresso pelos dirigentes do PT-PR acerca da maioria das questões de cunho ideológico e acerca de aspectos da organização partidária, não apresentam aparentemente determinantes que se relacionam diretamente com as especificidades regionais. Antes disso, se mostram mais próximos das opiniões e conceituações do PT em geral, tendo como elemento aglutinador as diretrizes de uma tendência interna específica. Assim como se verifica a nível nacional, o Campo Majoritário é a agremiação que historicamente sempre predominou, e ainda predomina no comando das Executivas do PT-PR.

No caso da transformação sofrida pelo partido, por exemplo, existe uma postura bastante pragmática diante das opções feitas pelo partido ao longo dos anos. Entende-se que o PT possuía um objetivo central que era conquistar o estado para, a partir dele, realizar as transformações sociais, e para isso a saída encontrada fora ampliar o partido e aglutinar filiações. Esta leitura associa-se com o posicionamento que o partido adotou desde que a tendência *Articulação* tomou as rédeas da construção das diretrizes do partido. No caso específico do debate da relação entre democracia e socialismo, também se observa, entre as lideranças paranaenses, uma mesma tendência geral do partido já apontada pela literatura: pouca clareza nas definições destes dois conceitos, assim como uma formulação bastante vaga do que seria o socialismo, em especial na sua diferenciação ou convergência as noções de democracia. Nem mesmo as últimas resoluções do 3º Congresso do partido que buscou reafirmar o *socialismo petista*, parece ter conseguido refundar ou inovar suas formulações para além dos *princípios já estabelecidos de uma radicalização da democracia fundada na ampliação da participação popular e na superação da desigualdade econômica*.

O distanciamento relativo do PT em relação aos movimentos sociais em detrimento de sua maior inserção nas esferas institucionais, ainda que seja uma questão aparentemente resolvida entre os estudiosos do partido, – devido inclusive às evidências empíricas discutidas neste trabalho – de um modo geral não é reconhecido pelos dirigentes do partido. Ou seja, assim como no caso da transformação partidária, os dirigentes do PT-PR avaliam que o partido não teria se afastado dos movimentos sociais, e que a diferenciação que se verifica nesta relação seria uma consequência das mudanças do próprio contexto político. A inserção institucional, raramente aparece nas falas como um problema. Pelo contrário, a avaliação que fazem é que com na chegada

do PT ao poder, o partido pôde aderir às pautas do movimento, e defendê-las desde o Estado.

Este posicionamento moderado e pouco crítico dos dirigentes no que tange às questões da transformação partidária e em grande medida a relação do PT com os movimentos sociais geram outra problemática, sob a qual aí sim encontramos especificidades regionais no tratamento do assunto. A questão-chave sobre a qual os dirigentes do PT-PR apresentam mais divergências – tanto em relação aos petistas médios, como entre si – é aquela que trata das *bases* do PT. Se de um lado os petistas médios, incluindo-se inclusive representantes do PT-PR, entendem em sua maioria que o crescimento do partido o distanciou de sua principal instância em seus primórdios, – os núcleos de base – por outro os dirigentes do PT entrevistados no Paraná avaliam de modo geral que o PT não se afastou de suas bases. As justificativas e associações para esta afirmação, de acordo com os depoimentos, seguem sempre no sentido de uma avaliação positiva trazida pela massificação das filiações do PT. Elemento este mobilizado nas falas também para defender o fato de que o PT não teria mudado ao longo do tempo, mas que passara por modificações necessárias para se adequar à realidade, dentre as quais a opção pelas filiações é um dado importante.

Além disso, as falas dos dirigentes não trazem grande unicidade na definição do que entendem como sendo *as bases* do PT atualmente. Quando se aponta que “*a base são os filiados*”, mobilizam justificativas de que com o crescimento partidário, não se pode exigir atuação específica, pois cada indivíduo possui uma motivação para se vincular ao partido: “*tem gente que gosta de ‘tá’ no dia-a-dia com o partido, mas tem gente que vem esporadicamente. Tem uns que se filiou por que gostam da Dilma, outros se filiou por que gosta do Lula*”. Há também o entendimento de que as bases partidárias são compostas atualmente por “*aqueles filiados que aparecem a cada 4 anos, a cada 2 anos pra ou votar na eleição interna do partido*” ou então que a “*base política dos parlamentares acaba agregando a base maior pro partido*”, que se caracterizaria, portanto, eminentemente como uma base eleitoral. E, por fim, as falas em relação às bases fazem menção aos municípios e suas demandas.

Compreende-se em relação a estes últimos que o PT, em particular o PT-PR, possui dificuldades de dar um retorno às suas bases nos municípios. No entanto, esta dificuldade e divergências dos próprios dirigentes em identificarem o que seriam as bases do partido – se os filiados como um todo, ou os mais orgânicos, se os eleitores,

ou os diretórios municipais – dificulta, conseqüentemente, sua atuação no estado. Dificulta ainda sua capacidade de “dar respostas”, de se enraizar, de construir um projeto concreto para população paranaense. Muito provavelmente este fator está associado àquela característica do PT-PR, levantada por alguns de seus membros, de que o debate partidário – além de ser muito interno – concentra-se fortemente na capital. Não conseguimos afirmar satisfatoriamente se a indeterminação das bases é fruto dessa atuação concentrada, ou se ao contrário disso, a concentração do partido na capital é consequência da não adesão que o PT possui no estado. Conquanto, podemos afirmar que este fator se configura como o principal elemento da especificidade do PT-PR: o não reconhecimento efetivo do que (ou quem) formam sua base dificulta sua atuação, logo se criam barreiras para que o partido consiga se consolidar como uma alternativa, e dentre outras coisas consiga reverter suas ações em voto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal desta dissertação de identificar possíveis peculiaridades nos traços dos valores políticos dos dirigentes PT-PR se cumpriu. Pudemos verificar que frente a vários aspectos os petistas do Paraná apresentam posicionamentos ou diferentes dos encontrados entre os petistas médios, ou com índices de valores mais moderados. No entanto, a hipótese de que as especificidades regionais seriam o principal determinante destas divergências, não se confirmou integralmente. Se por um lado os dirigentes estaduais identificam os diferenciais do PT-PR e elencam aspectos da política local que influenciaram não só a fundação do partido no Paraná, como também a atuação do partido atualmente; por outro, verifica-se que estas particularidades não determinam a avaliação destes dirigentes sobre todas as questões-chave levantadas. A vinculação dos indivíduos a uma dada tendência interna do partido possui forte influência sobre a formulação apresentada por eles acerca dos elementos ideológicos do partido⁴⁸; enquanto os determinantes socioeconômicos e políticos do estado podem ser mais diretamente percebidos como causadores das especificidades na opinião e na avaliação dos dirigentes a respeito dos elementos estruturantes que marcam a relação do partido com a sociedade.

A guinada pragmática que marcou o histórico das mudanças do PT, e a estratégia adotada pelo partido, já denunciada pela literatura, que o tornou mais verticalizado encontra indícios claros quando nos debruçamos ao estudo de instâncias de nível secundário, como no caso deste trabalho. As falas dos dirigentes apresentam pouca criticidade às ações como a ampliação do número de filiados, ao reconhecimento das transformações do partido, e do seu consequente afastamento dos movimentos sociais. Além disso, a concepção que expressam de democracia e socialismo segue um padrão discursivo verificado nas resoluções oficiais do partido que em nenhum momento apresenta traços ou alternativas que levem em consideração os determinantes regionais.

Quando tratamos de questões que abordam diretamente a atuação do PT e sua relação com a sociedade percebemos as maiores especificidades do PT-PR a partir das particularidades ambientais. Ainda que as evidências apontem para o distanciamento do

⁴⁸ Para que esta afirmação tivesse peso categórico seria preciso analisar as opiniões de todos os dirigentes para se afirmar que estas especificidades estão exclusivamente relacionadas à ligação dos membros às tendências, o que não foi possível posto que nem todos os dirigentes se colocaram à disposição.

partido em relação aos movimentos sociais – os membros partidários estão atualmente menos vinculados internamente aos movimentos que quando adentraram ao PT – os dirigentes de modo geral não encaram este afrouxamento como algo problemático. A interpretação que fazem é que o contexto histórico trouxe as modificações nesta relação e que, uma vez no governo o PT teria como bandeiras principais aquelas pautas trazidas pelos movimentos. É bem verdade que, se comparado aos outros partidos brasileiros, o PT ainda é o que mais possui vínculos sociais, e como apontam os próprios dirigentes, as secretarias e setoriais temáticos têm esta função.

Apesar disso, esta fórmula não é suficiente. Pois a mudança dada ao peso das organizações sociais não só na oportunidade de participação interna, mas também como objeto de atenção do partido é evidente. E não só isso. Verifica-se também uma mudança significativa no entendimento sobre a composição destas bases. Nos documentos e programas fundacionais o discurso petista voltava-se diretamente para os trabalhadores, – e de um modo geral para toda classe oprimida que de alguma forma almejava transformação social; por outro lado, a Resolução Política do 4º Congresso do partido, além de não fazer referência direta do que seria a composição de suas bases, em vários momentos apresenta preocupação com função do partido em dar sustentação à “base parlamentar do governo Dilma”, ou à “base de sustentação do governo”. Este fato corrobora com aquilo que verificamos a partir das falas dos dirigentes estaduais. Mesmo que elas expressem noções bastante fluidas, sem um consenso claro entre os entrevistados de o que (ou quem) constitui as bases petistas: “os filiados”; “as bases dos (mandatos) parlamentares”; “os que gostam de Lula ou de Dilma”, o que se pode observar é que existe hoje, também em nível regional, uma visão eminentemente eleitoral em todas as falas⁴⁹.

Apesar disso há um dilema que, se não é específico apenas no Paraná, possui algumas particularidades naquela localidade. Essa indeterminação da composição das bases do PT atualmente gera aparentemente um impasse ao PT-PR entre o cumprimento das diretrizes da normativa partidária oriunda dos altos escalões, e o fazer política no cotidiano, levando em consideração as especificidades regionais. A falta de clareza dos dirigentes em identificar as bases partidárias parece estar associada a duas

⁴⁹ A transformação das bases do partido já vem sendo discutida pela literatura desde meados dos anos 1990 (Melo, 1998; Meneguello, 1998; Leal, 2005, P. Ribeiro, 2008) e as falas apresentadas pelos dirigentes petistas aqui entrevistados apenas reforçam este fato.

variáveis ambientais: a) não só a tradição peculiar dos movimentos sociais que fundaram o PT-PR, que apesar de contribuições de grupos populares – principalmente dos movimentos voltados à questão da terra – concentrou-se substancialmente entre as categorias de profissionais liberais e organizações estudantis; b) como também, e por isso mesmo, a centralidade organizativa do partido no principal centro urbano do estado – a capital Curitiba.

Estas características podem ser relacionadas a alguns dados empíricos discutidos neste trabalho que apontam para o fato de o PT-PR apresentar alguns indícios de centralização maiores que do PT de modo geral; seus membros médios além de estarem hoje menos vinculados aos movimentos sociais que os petistas nacionais, já o eram desde que ingressaram no partido; além de os delegados paranaenses do 4º Congresso apresentarem relevante destaque – superior aos membros nacionais – em prol ao fortalecimento do PED e dos diretórios zonais. Fator que reforça a característica de um centralismo geográfico do PT-PR, e que reforça a dificuldade do próprio partido em atuar e se fortalecer no estado, bem como de construir programas e alternativas políticas, afinal: *pra quem voltar atenção?*

Ainda que o PT continue sendo o partido com maior vínculo com a sociedade, a indeterminação ou modificação das bases do partido, além do distanciamento gradativo dos movimentos sociais e organizações populares de modo geral, pode trazer alguns elementos interessantes para se pensar as manifestações e protestos que ocorreram no Brasil entre os meses de junho e julho de 2013⁵⁰. Estes eventos colocaram a comunidade acadêmica e seus representantes diante de uma grande questão, aliás, várias: qual a motivação destas manifestações? Por que agora? Como explicar este caráter apartidário dos protestos, e a rejeição dos manifestantes aos partidos políticos? Teria o PT perdido o monopólio das ruas e a graça da população?

Vários estudos apontaram desde a chegada do PT à Presidência da República algumas mudanças não só ao que se refere à moderação ideológica de suas bases e das lideranças petistas, como também um deslocamento, sobretudo ideológico, entre os cidadãos que se identificam com o PT (Samuels, 2004; 2008, Veiga, 2007). Apesar

⁵⁰ No mês de junho de 2013, motivados pelo aumento de tarifas de ônibus na cidade de São Paulo, milhares de pessoas foram às ruas em diferentes cidades do país manifestando-se contra inúmeras pautas, dentre as quais: melhorias na educação, melhorias na saúde, fim da corrupção, mobilidade urbana, etc. O caráter aparentemente apartidário das manifestações gerou impasses entre manifestantes e analistas.

disso, dados de 2010 mostraram que o PT se apresentava como o partido com maior adesão popular, e que retinha cerca de 32% do sentimento partidário dos brasileiros ao ser apontado como o partido que melhor representava a forma como os indivíduos pensam (Ribeiro, Borba, Carreirão, 2011). O que teria mudado de três anos pra cá?

Na verdade, qualquer afirmação neste momento não passaria de mera especulação, no entanto podemos reunir algumas pistas para formulação de possíveis respostas a tantas indagações que nos afligem neste momento. Há tempos alguns expoentes da ciência política, pelo mundo todo, vêm apontando para os perigos da chamada “crise da representação”. B. Manin (1995) ao contrapor a *democracia dos partidos* à *democracia do público* alertara que o modelo de democracia representativa encontrava-se falido, e que apesar do sucesso ou do predomínio da permanência dos partidos políticos no poder, as relações de identificação entre representantes e representados estariam em declínio, uma vez que o eleitorado anseia por maior protagonismo na determinação da política pública, mais espaços decisórios, mais atenção.

A avaliação e a postura oficial do PT de que “*está tudo bem*” e de que seu papel histórico estava se cumprindo ao realizar a transformação econômica do país aparecem atualmente como superficiais, se não como equivocadas. Afinal, o fato de o PT ainda ser o partido que mais nutre sentimentos e identificação partidária nos indivíduos, não significa que o nosso sistema partidário e o nosso *modus operandi* da política é o mais desejável entre a população. Até mesmo o modelo inovador de participação deliberativa fundada pelo PT com o Orçamento Participativo, ampliado para as audiências e conferências públicas, fugira da função e da idealização original passando a conviver com os mesmos dilemas, não só da representação, como da elitização (Fadul, 2000; Lüchmann, 2007; Brasil 2011).

Portanto, ao disseminar interpretações da realidade como as encontradas aqui nas falas dos dirigentes partidários de que “ninguém vai pra rua se está satisfeito com o direito dele” ou ainda que “o movimento social ele surge sempre de acordo com alguma necessidade, e hoje é um espaço pra eles serem mais propositivos do que reivindicativos ou de protesto”, o PT apresenta um grande equívoco. Se por um lado, temos presenciado uma evidente transformação das estruturas econômicas e financeiras do país a partir das políticas de transferência de renda e inclusão social do governo petista; por outro ousamos afirmar que o PT até este momento não conseguiu avaliar,

nem dar respostas satisfatórias às transformações culturais da política brasileira, e não soube reconhecer, nem executar um de seus principais anseios fundacionais de criar uma cultura democrática participativa no Brasil. Eis ainda o grande desafio.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. 2006. Movimento social e lei de ferro da oligarquia. Folha de São Paulo, São Paulo, p. A3 - A3, 02 fev. 2006.
- AGGIO, A. 2004. A cultura política do petismo. Disponível em: < <http://www.acesa.com/gramsci/?id=410&page=visualizar> > Acesso em 10 de setembro de 2012.
- ALMOND, G & VERBA, S. 1989. *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations*. Nova York: Sage.
- ALVES, A. C. 2006. Clientelismo Eleitoral e Coronelismo Político: estudo de um pequeno município paranaense.). In: CODATO, A. N. e SANTOS, F. J. (orgs). 2006. *Partidos e eleições no Paraná: uma abordagem histórica*. Curitiba – Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.
- AMARAL, O.M.E. 2010, *As Transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009*. Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas. Campinas.
- ANGELO, V. A. 2009, O PT visto de dentro: as correntes trotskistas. In: ANGELO, V.A e VILLA, M.A. (orgs.), *O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980 – 2006): uma história revisitada*. São Carlos: EdUFSCar.
- ÀRABE, C. H. 2011. Artigo – 4º Congresso: Uma nova etapa na construção do PT. Disponível em: < http://www.pt.org.br/noticias/view/artigo_4_congresso_uma_nova_etapa_na_construcao_do_pt_por_carlos_henrique > Acesso em 20 de junho de 2013.
- ARAÚJO, A. F. 2004. *Participação política e o poder dos negros nos Partidos dos Trabalhadores*. Porto Alegre – Dissertação de mestrado do Programa de Ciência Política da UFRGS.
- AZEVEDO, Clóvis Bueno. *A estrela partida ao meio*. São Paulo: Entrelinhas, 1995.
- BAIOCCHI, Gianpaolo. 2003. *Radicals in Power: The Workers' Party (PT) and experiments in urban democracy in Brazil*. London: Zed.
- BAQUERO, M. 2000. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- BAQUERO, M.; BORBA, J. 2008 A (re)valorização dos partidos políticos no Brasil via capital social. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, Brasília, v. 2, n. 1, jan./jun. 2008.
- BARROS, O. 2010. Eleições Majoritáriasno Paraná: período 1998 – 2006. Disponível em: < http://www.geo.uel.br/didatico/omar/modulo_b/a3.pdf > Acesso em 20 de março de 2012.

- BRAGA, M.S.S. 1997. Origem e trajetória do PT fluminense (1982-1994), Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BRAGA, M.S.S. 2009. Partido dos Trabalhadores; condições de origem e variações estaduais. . In: ANGELO, V.A e VILLA, M.A. (org.), *O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980 – 2006): uma história revisada*. São Carlos: EdUFSCar.
- BRASIL, F. G., 2011. Políticas Públicas de Gestão Participativa: Uma forma de camuflar o Elitismo político na manutenção do poder. In: III seminário de Sociologia e Política, Curitiba.
- BONETTE, L.M.C. 2006. Geografia do voto de esquerda no Paraná: uma análise do desempenho eleitoral do PT nas eleições presidenciais (1989 – 2002). In: CODATO, A. N. e SANTOS, F. J. (orgs). 2006. *Partidos e eleições no Paraná: uma abordagem histórica*. Curitiba – Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.
- BORGES, A. A construção do Partido dos Trabalhadores no Maranhão. 1998. Dissertação (mestrado) – Programa de pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- BRAUNET, M. B; ALMEIDA, B.G.M. 2007. A direita, a esquerda e a democracia: os valores dos parlamentares paranaenses (1995-2002). In: PERISSINOTTO, R. et al. (Orgs.). *Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná*. Curitiba: UFPR.
- CANO, W. (1998) Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970-95. In: *Economia e sociedade*. Campinas, n. 8, 1998, p. 101-142.
- CARDENAS GRACIA, 2001. Partidos Políticos y Democracia. Cuadernos de divulgación de la cultura democrática. Disponível em: http://www.ife.org.mx/documentos/DECEYEC/partidos_politicos_y_democracia.htm
- CARDOSO, Fernando Henrique e LAMOUNIER, Bolívar (orgs.). (1975), *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra / CEBRAP.
- CERVI, E. U. 2002. Comportamento Eleitoral Volátil e Reeleição: as vitórias de Jaime Lerner no Paraná. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 19, p. 123-134, nov. 2002.
- CÉSAR, B. T. 2002. *PT: a contemporaneidade possível*. Porto Alegre: Editora da Universidade.
- COUTO, Cláudio. 1995. *O desafio de ser governo: o PT na prefeitura de São Paulo (1989-1992)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- DAHL, R. 2012. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo, Edusp.
- DIAMOND, L. 1994. Causes and effects. In: _____. *Political culture and democracy in developing countries*. London: Lynne Rienner.
- DRI, C. F. 2009. Entre instituições e cultura política: partidos e movimentos sociais na construção da democracia na América Latina. *CAPTURA CRÍPTICA: direito, política e atualidade*. Florianópolis, v. 2, n. 1, jan./jun. 2009

DUVERGER, M. (1980), *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília, Editora da UnB.

EPSTEIN, L. (1982). *Political Parties in Western Democracies*. 2 ed. New Brunswick/London: Transaction Book.

FADUL, Élvia M. Cavalcanti. 2000. Orçamento participativo: limites e contradições de um modelo institucional inovador. In: IVO, Anete Brito Leal. (Org.). *O Poder da Cidade: limites da governança urbana*, Salvador: EDUFBA.

FEDOZZI, L. 1992, *Avaliação dos quatro anos da administração popular: planejamento de governo e orçamento participativo*. Porto Alegre: PMPA/GAPLAN. 12p. (mimeo; não publicado).

FEDOZZI, L. 1994, *Poder local e governabilidade; o caso de Porto Alegre*. Revista Proposta, Rio de Janeiro : FASE, p.23-29, set.

FEDOZZI, L. et al. 1995, *Orçamento participativo: pesquisa sobre a população que participou da segunda rodada de Assembléias do Orçamento Participativo da Prefeitura Municipal de Porto Alegre*. Porto Alegre. 42p. (mimeo; não publicado).

FEDOZZI, L. et al. 1997, *Orçamento participativo: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre*. Rio de Janeiro: Tomo Editorial. (Observatório de políticas urbanas de gestão municipal; IPPUR/FASE).

FELISBINO, R. De A. 2005. *A elite parlamentar latino-americana: Colômbia, Peru e Paraguai em perspectiva comparada*. São Carlos: III Congresso de PósGraduação/VI Jornada Científica, Universidade Federal São Carlos.

_____, R. de A. 2007. *Origem social, perfil de carreira e patrimônio: um estudo da elite parlamentar da Câmara dos Deputados nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Federal de São Carlos.

_____, R. de A. 2008. *Instituições e valores políticos: as opiniões das elites parlamentares dos países do Mercosul em perspectiva comparada*. Campinas, 6º Encontro da ABCP.

_____, R. de A. 2011. A democracia nas Américas: a situação nos países do Mercosul. Brasília: Meridiano 47, v. 12, nº 124, p. 9-15, 2011.

FELISBINO, R. de A. e KERBAUY, M. T. M. 2011. *A democracia e os valores políticos da elite parlamentar da Assembleia do Estado de São Paulo (2007-2009)*. São Carlos: II Fórum de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal São Carlos.

_____, 2010. *Democracias comparadas dos Estados brasileiros: valores políticos das elites parlamentares*. Recife: 7º Encontro da ABCP.

_____, 2012a. *Democracia e elite política: os valores democráticos dos vereadores do grande ABC*. Gramado: 8º Encontro da ABCP.

_____, 2012b. As percepções sobre a democracia no Brasil: os valores políticos dos deputados estaduais paulistas, paranaenses e catarinenses. *Teoria & Pesquisa – Revista de Ciência Política*. vol. 21, n. 1, p. 48-60, jan./jun. 2012.

FELTRAN, G. de S. 2006. Deslocamentos – trajetórias individuais, relações entre sociedade civil e Estado no Brasil. In: DAGNINO, E., OLVERA, A. J. e PANFICHINI, A. (orgs.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra; Campinas, SP: Unicamp.

FREYRE, Gilberto. 1933. Casa Grande & Senzala, 11^a ed, José Olympio.

FUKS, M.; PERISSINOTTO, R. M; RIBEIRO, E. A. Cultura política e desigualdade: o caso dos conselhos municipais de Curitiba. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, PR, n. 21, nov. 2003. p. 125-145.

GIACOMONI, James (1993a). A comunidade como instância executora do planejamento: o caso do "orçamento participativo" de Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS. (Dissertação de mestrado).

GIMENES, E. 2011. *Cultura política e democracia: apoio difuso e específico entre um segmento da elite não estatal do município de Maringá (PR)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Maringá: UEM.

GOHN, M. G. 2000. *Teoria dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola.

GOUVÊA, J. C. 2007. A experiência acumulada: a carreira política aelite partidária do Paraná (199502002). In: PERISSINOTTO, R. et al. (Orgs.). *Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná*. Curitiba: UFPR.

GRYNSZPAN, Mário. 1999. *Ciência política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas.

HARNECKER, Marta. 1995, *El sueño era posible*. Santiago, LOM Ediciones.

HILÁRIO, J.C.S.V. 2006, Partido dos Trabalhadores: uma nova cultura política? Repensando aspectos da história do partido e da sua experiência em Londrina (1980-1996). Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá-PR. Maringá.

HILMAN, R. S.; D'AGOSTINO, T. J. 2000. Partidos Políticos, Opinião Pública e o Futuro da Democracia na Venezuela. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, Vol.VI, nº1, 2000, pp.55-75.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (1936), *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio.

HOLLANDA, C. B. 2011. *Teoria das Elites*, Rio de Janeiro, Editora Zahar.

HOPKIN, J. 2009. *Party Matters Devolution and Party Politics in Britain and Spain*. PARTY POLITICS VOL 15. No.2 pp. 179–198

HOPKIN, J. e HOUTEN, van P. 2009. *Decentralization and State-Wide Parties: Introduction*. PARTY POLITICS Vol. 15. No.2 pp. 131-135

HUNTER, W. (2010) *The Transformation of the Workers' Party in Brazil, 1989-2009* (Cambridge: Cambridge University Press).

INGLEHART, R. 1990. *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton: Princeton University Press.

_____, 1999. Postmodernization erodes respect for authority, but increases support for democracy. In: NORRIS, P. (org.). *Critical Citizens: global support for democratic government*. Oxford : Oxford University Press, 1999, p. 236-257.

KATZ, Richard e MAIR, Peter. 1996, "Cadre, Catch-All or Cartel?: A Rejoinder". *Party Politics*, vol. 2, n. 4, pp. 525-534.

KECK, M. 1991. *PT, A Lógica da Diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática.

KINZO, Maria D'Alva. 1988, *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB, 1966/1979*. São Paulo, Vértice.

LACERDA, Alan D. (2002), "O PT e a unidade partidária como problema". *Dados*, vol. 45, n. 1, pp. 39-76.

LAMOUNIER, Bolivar (org.). *1980, voto de desconfiança*. Petrópolis/Vozes, S. Paulo/Cebrap.

LANE, R. 1992. "Political culture: residual category or general theory?" *Comparative Political Studies*, vol. 25, nº 3, pp. 362-387, outubro.

LEAL, P. R. F. (2005), *O PT e o dilema da representação política: os deputados federais são representantes de quem?* Rio de Janeiro, FGV.

LIJPHART, Arend. *Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2003

LINHARES, B. F.; VISCARRA, S. P. 2009. A CULTURA POLÍTICA DE PARTIDÁRIOS EM PORTO ALEGRE/RS: OS SIMPATIZANTES DO PT E DO PMDB. *Pensamento Plural*, v. 3, p. 129-149.

LÜCHMANN, Lúcia Helena Hahn. *A representação no interior das experiências de participação*. São Paulo: Lua Nova, 70: 139-170, 2007.

MANIN, Bernard. *As Metamorfoses do governo representativo*. 1995. Disponível em: < http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_29/rbcs29_01.htm > Acesso em 14 de julho de 2013.

MAGALHÃES, F.B.B. *O novo perfil econômico do Paraná. Indicadores Econômicos FEE*. Porto Alegre, v.21; n. 3, p.31-52, novembro, 1993.

MENEGUELLO, R. 1987. *PT: Inovação do sistema partidário brasileiro. Estudo da Formação e Organização do Partido dos Trabalhadores e sua participação nas eleições de 1982 em São Paulo*. Campinas. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas.

_____, 1998. *Partidos e governos no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Paz e Terra.

MENEGUELLO, R. e AMARAL, O. E. do. 2008. *Ainda novidade: uma revisão das transformações do Partido dos Trabalhadores no Brasil*. Brazilian Studies, Programme, University of Oxford. Occasional paper BSP 02-08.

MELO, Carlos Ranulfo. (2004), *Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002)*. Belo Horizonte, Editora da UFMG.

MICHELS, R. (s/d), *Os partidos políticos*. São Paulo, Senzala.

MIRANDA, Paulo R. 2004, *A metamorfose petista: um estudo sobre o PT em Goiás*. Dissertação de Mestrado. Goiânia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás

MOISÉS, J. A. 1995. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática.

_____, 2005. A desconfiança nas instituições democráticas. *Revista Opinião Pública*, Campinas, XI(1): 33-63.

_____, J. A. 2008. Cultura Política, Instituições e Democracia: lições da experiência brasileira. In: *Revista Brasileira de Ciência Sociais*; Vol. 23, nº 66. São Paulo, p. 11-43.

_____, J. A. 2010. A confiança e os seus efeitos sobre as instituições democráticas. In Moisés, José Álvaro (org.). *Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: Editora EDUSP.

MORAES, J. V. 1994. SINDICATOS E DEMOCRACIA SINDICAL Representatividade e responsabilidade política. ANPOCS. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_25/rbcs25_08.htm

MOSCA, G. 1992. *La classe politica*. México: Fondo de Cultura Econômica.

NAZZARI, Rosana Kátia (Org.). 2006 *Partidos, representação e comportamento eleitoral no Brasil*. Cascavel: EDUNIOESTE.

NORRIS, P. *Critical Citizens: global support for democratic government*. Oxford: Oxford University Press, 1999

NOVAES, C. A. 1993, “PT: dilemas da burocratização”. *Novos Estudos Cebrap*, n. 35, pp. 217-237.

NUNES, P. G. A. 2007. O Partido dos Trabalhadores e o Socialismo: uma relação ambígua e/ou “letra morta”. *Revista de História*, João Pessoa, jun/dez.

- PADIS, P. C. 1981 *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. Curitiba: HUCITEC.
- PANEBIANCO, A. 1995, *Modelos de Partido: organización y poder en los partidos políticos*. Madrid, Alianza Editorial.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. Relatório do 1º Encontro Nacional do PT sobre o movimento de mulheres. In: *PERSEU: história, memória e política. Dossiê Mulheres: esquerda, política e trabalho*. Nº7, ano 5. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2011.
- PERES, P. S. 2008. COMPORTAMENTO OU INSTITUIÇÕES? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. *RBCS* Vol. 23 nº 68 outubro/2008.
- PERISSINOTTO, R. M.; COSTA, L. D., 2007. O perfil dos parlamentares paranaenses: gênero, religião e classe (1995-2002). In: PERISSINOTTO, R. et al. (Orgs.). *Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná*. Curitiba: UFPR, 2007.
- PERISSINOTTO, R., BRAUNERT, M. B. A direita, a esquerda e a democracia: os valores políticos dos parlamentares paranaenses. In: PERISSINOTTO, R. et al. (Orgs.). *Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná*. Curitiba: UFPR, 2007.
- PETIT, Pere. A Esperança Equilibrista: A Trajetória do PT no Pará. São Paulo: Boitempo, 1996.
- PUTNAM, R. 1996. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- RENNÓ, L. Teoria da Cultura Política: vícios e virtudes. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 45. jan./jun. 1998. pp. 71-92.
- RENNÓ, L; CABELLO, A. 2010. As Bases do Lulismo: A volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento? *RBCS* Vol. 25 nº 74 outubro/2010.
- RIBEIRO, E. A. 2008. *Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia). Curitiba: UFPR.
- RIBEIRO, E. A. e BORBA, J. 2011. Participação e cultura política: rendimentos subjetivos da experiência do Orçamento Participativo. *REVISTA DEBATES*, Porto Alegre, v.5, n.1, p. 67-87, jan.-jun. 2011.
- RIBEIRO, E. A.; CARREIRÃO, Y.; BORBA, J. 2011. Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 17, nº 2, Novembro, 2011, p.333-368.
- RIBEIRO, E. A. 2011. Cultura Política e Processos Eleitorais. *Em Debate*, Belo Horizonte, v.2, n.7, p. 11-15, jul. 2010.
- RIBEIRO, P. J. F. 2003. O PT sob uma perspectiva Satoriana: de partido anti-sistema a legitimador do sistema. *Política e Sociedade*, Florianópolis, outubro.

_____, 2008. *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. São Carlos. Tese de doutorado – Universidade Federal de São Carlos.

_____, 2009. O PT, o Estado e a sociedade. In: ANGELO, V.A e VILLA, M.A. (orgs.), *O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980 – 2006): uma história revisitada*. São Carlos: EdUFSCar.

_____, 2009. Robert Michels e a oligarquia do Partido dos Trabalhadores. *Teoria e Pesquisa*. Disponível em: <http://teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/186/152>.

OLIVEIRA, R. C., 2007. Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007. *Sociologias (UFRGS)*, v. 18, p. 150-169.

ROMANO, C.C. 2008. *Do ABC ao Planalto: a cultura política do petismo*. Tese (Doutorado). Franca: UNESP.

SALOMÃO, E. R. 2010, *Os Anos Heroicos: o Partido dos Trabalhadores do Paraná do nascimento até 1990*.

SAMUELS, D. 2004. As bases do petismo. *Opinião Pública*, vol. X, n. 2, pp. 221-241.

_____. Brazilian Democracy under Lula and the PT. In: DOMINGUEZ, Jorge; SHIFTER, Michael (Ed.). *Constructing Democratic Governance in Latin America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2008a.

_____. 2008. A evolução do petismo. *Opinião Pública*, vol. 14, n. 2, pp. 302-318.

_____ e ZUCCO, C. The Roots of Petismo, 1989-2010. In: *2010 Meeting of the American Political Science Association (Apsa)*, Washington, 2010. p. 1-34.

SANTOS, I. G, 2007. Na Contramão do Sentido: origens e trajetórias do PT em Feira de Santana – Bahia (1979-2000). Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense, Niterói,

SARTI, I. 1996. A Utopia de Michels e a Democracia Partidária em Perspectiva. ANPOCS. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_30/rbcs30_12.htm.

SARTORI, G. (1982), *Partidos e Sistemas Partidários*. Rio de Janeiro, Zahar; Brasília, Editora da UnB.

SELL, Carlos Eduardo; BORBA, Julian. Eleições municipais e sistema partidário em Santa Catarina (1996-2004): uma análise a partir dos resultados eleitorais. In: CARREIRÃO, Yan de Souza; BORBA, Julian (Orgs.). *Os partidos na política catarinense: eleições, processo legislativo, políticas públicas*. Florianópolis: Insular, 2006. p.49-66.

SIMÕES, J. 1992, *O dilema da participação popular: a etnografia de um caso*. São Paulo, Anpocs / Marco Zero.

SINGER, A. 2009. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos CEBRAP*. N. 85, nov. 2009. p. 83-102.

SILVA, A. O. 2009. Nem reforma nem revolução: a estrela é branca. In: In: ANGELO, V.A e VILLA, M.A. (orgs.), *O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980 – 2006): uma história revisitada*. São Carlos: EdUFSCar.

THORLAKSON, L. 2009. *Patterns of party integration, Influence and autonomy in seven federations*. PARTY POLITICS VOL 15. No.2 pp. 157–177

TRINTIN, J. G. 2011 História e desenvolvimento da economia paranaense: da década de Trinta a meados dos anos noventa do século XX. Disponível em: <www.fee.tche.br/sitefee/jornadas/2/e6-04.pdf>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2012.

VEIGA, L.F. 2007. Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. *Opinião Pública*, vol. 13, n. 2, pp. 340-365.

VENTURINI, G. 2010. “PT 30 anos: crescimento e mudanças na preferência partidária”. *Perseu*, n.º 5, p. 207.

Documentos Partidários Consultados

Estatuto do Partido dos Trabalhadores (2012). Com as alterações aprovadas no 4º Congresso Nacional Extraordinário de 2 a 4 de setembro de 2011. Redação final aprovada pelo Diretório Nacional em 9 de fevereiro de 2012. Digit.

ANEXOS

Anexo I – Questionário semiestruturado utilizado nas entrevistas individuais com os Dirigentes do PT-PR

As entrevistas aconteceram no Diretório Estadual do PT-PR, em Curitiba em duas oportunidades. Uma primeira rodada de entrevistas foi efetuada entre os dias 7 e 9 de maio de 2012, e a segunda entre os dias 25 e 26 de abril de 2013. Todos os membros da Executiva Estadual do partido foram contactados, via e-mail ou telefone, mas apenas 8 deles se dispuseram a conceder a entrevista que seguiu o roteiro abaixo:

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1) Há quanto tempo o Sr. está filiado no Partido dos Trabalhadores do Paraná?
- 2) Veio de algum setor organizado da sociedade civil? Qual?
- 3) Quais os cargos que já ocupou dentro do partido?
- 4) A qual tendência interna o Sr. faz parte?
- 5) O que o Sr. entende por Democracia?
→ E por socialismo? Como é possível conciliar ambos?
- 6) Como o Sr. avalia a função dos partidos políticos na atual fase da Democracia Brasileira?
→ Levando em consideração a atual situação do país, quais seriam as prioridades para o aprofundamento da democracia?
→ Quais as prioridades atuais do país?
- 7) Como o Sr. encara a atuação dos movimentos sociais no processo democrático?
→ E a relação destes com o PT atualmente?
→ Acreditam que a maior inserção do partido no âmbito institucional e a chegada ao governo federal fizeram com que o partido se afastasse dos movimentos?
- 8) O Sr. acredita que o PT se transformou ao longo dos anos? Pra que? Por quê? Em quais aspectos?
→ Acha que ao chegar ao poder o PT tem desempenhado o papel pretendido historicamente? Qual seria este papel?
→ Atualmente, como é vista a relação do partido com as bases?
- 9) E como se dá esta relação no estado do Paraná?
- 10) Como o Sr. avalia a atuação do partido no Paraná? Como o debate do partido no estado se insere nas bandeiras nacionais? Haveria alguma especificidade em relação ao PT em geral? Sob quais aspectos?
→ Qual foi a posição do partido estadual quanto a questão da paridade de gênero aprovada no último Congresso?
- 11) A que o Sr. atribui o aparente insucesso eleitoral do PT-PR nas eleições majoritárias?

Anexo II – Questionários aplicado pelo NOP-FPA junto aos delegados presentes no 4º Congresso Nacional do PT (2010/2011).

QUESTIONÁRIO A

PERFIL DELEGADOS 4ºCN PT		DIA DA ENTREVISTA	Qst A
Brasília, data ____/____/2010		1. 5af. 2. 6af.	N.º proces.: __ _ _ _ _
Entrevista:		3. Sáb.	N.º qst (por pesquisador) : __ _ _
Início: Fim:		Pesquisador:	N.º pesquisador : __ _ _ _
Dur. entrev.: min		Crítica:	Codificador:
Checador:			

APRESENTAÇÃO: Bom (a) dia/ tarde/ noite. Meu nome é (...), nós estamos fazendo uma pesquisa da Fundação Perseu Abramo, aprovada pela comissão de organização do Congresso. Você poderia responder algumas perguntas? Suas respostas não vão ser identificadas.

P1 Você é delegado/a por qual Estado? (anote abaixo)

|__|_|_|_| _____

P2. SEXO: 1 masculino 2 feminino

P3. Qual é a sua idade? (anote) |__|_|_|_|_| anos

P4. Em que ano você se filiou ao PT? (anote o ano) → |__|_|_|_|_|_|

P5. Contando com este Congresso, quantas vezes você foi delegado(a) em Congressos e Encontros Nacionais do PT? (anote abaixo a quantidade de vezes)

1. esta é a 1ª vez 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16. todas

P6. Atualmente você é membro de alguma instância partidária?

1. sim, é membro (aplique **P6a**) 2. não é membro (aplique **P6b**)

(se participa/ é membro, pergunte): **P6a. De qual?** (espontânea)

1. É membro de núcleo de base/ de setorial do PT
2. É Membro de Diretório Zonal do PT
3. É Membro de Diretório Municipal do PT
4. É Membro de Diretório Estadual/Regional do PT
5. É Membro da Direção Nacional do PT

6. Outras - (Pergunte qual e anote ao lado) |__|_|_|_|_| _____

(se não participa/ não é membro, pergunte): **P6b. Como você participa do PT?**

|__|_|_|_|_| _____

P7. Você é profissionalizado(a), ou seja, é remunerado de alguma forma para exercer atividade política? (se sim) Qual atividade política que você exerce de forma profissionalizada? (espontânea)

1. Não é profissionalizado/a
2. É prefeito(a)/ governador/vice
3. É assessor/a de vereador(a)/ Deputado(a)/senador(a) do PT/ de liderança do PT
4. É funcionário em cargo de confiança de governo petista
5. É dirigente profissionalizado pelo PT
6. É funcionário/assessor do Partido
7. É militante profissionalizado por sua tendência/corrente política
8. É militante/dirigente profissionalizado de movimento social (sindical, popular, sem terra, etc)
9. É Vereador(a)/Deputado(a) Estadual/Deputado(a) Federal/Senador(a)

10. Outras atividades - Qual? | | |

P12. Falando agora do PT, você diria que desde que foi fundado até hoje, o PT mudou ou não mudou a sua forma de fazer política?

1. SIM, mudou - <i>faça P12ab e P13ab</i>	2. NÃO mudou - <i>faça P12c</i>	
12a. Você acha que o PT mudou muito ou um pouco? (DEPOIS PERGUNTE)	12c. Na sua opinião, o PT não ter mudado é bom ou é ruim?	
12b. E você diria que mudou para pior ou para melhor?		→PPP.14
1. Mudou <u>muito</u> , para <u>melhor</u>	5. <u>Não mudou</u> e isso é <u>bom</u>	
2. Mudou <u>um pouco</u> , para <u>melhor</u>	6. <u>Não mudou</u> e isso é <u>ruim</u>	
3. Mudou <u>muito</u> , para <u>pior</u>	7. Não mudou, não sabe se é bom ou ruim	
4. Mudou <u>um pouco</u> , para <u>pior</u>		
8. Não sabe se mudou →PPP.14		

1

P13a. (SE MUDOU) Desde quando o PT mudou? **P13b.** A partir de que acontecimento? (anote ANO e EVENTO)

P13a. ANO (anote): _____ **P13b. EVENTO** (descreva): _____

P22. Vou falar algumas frases sobre PT e governo e gostaria de saber a sua opinião sobre cada uma delas. Você concorda ou discorda que a conquista do governo federal pelo PT em 2002 teve como consequência: (leia cada frase abaixo, aplicando o rodízio – Faça toda a P22 e só depois passe para a P23)

P23. E na sua opinião, qual destas frases (mostre CARTÃO 23) expressa melhor a sua opinião sobre o que pode vir a acontecer com o PT depois de 2010, com a vitória de Dilma na eleição presidencial? Em 2º lugar? E em 3º lugar?

RODÍZIO: marque início sucessivamente pelas alternativas A, D e H	P22				P23		
	Con-corda	Dis-corda	Em termos	Não sabe	1º lugar	2º lugar	3º lugar
A) a demonstração de que o PT é uma alternativa concreta para o país contra o neoliberalismo	1	2	3	4	1	1	1
b) o distanciamento do PT da luta dos trabalhadores/ dos movimentos sociais	1	2	3	4	2	2	2
c) o acúmulo de forças com vista à construção de uma hegemonia política no país	1	2	3	4	3	3	3
D) a descaracterização da estratégia política e da atuação do PT	1	2	3	4	4	4	4
e) a conquista de um importante espaço de formação de quadros partidários	1	2	3	4	5	5	5
f) a desfiguração do modo petista de governar por falta de padrão nas ações de suas administrações	1	2	3	4	6	6	6
g) um importante acúmulo de experiência administrativa para o PT	1	2	3	4	7	7	7
H) a perda de quadros políticos para as administrações, enfraquecendo o partido	1	2	3	4	8	8	8
i) o acirramento da luta interna no PT	1	2	3	4	9	9	9
j) o enfraquecimento do espaço interno do PT no governo	1	2	3	4	10	10	10
Não sabe					11	11	11

P24. Na sua opinião, quais são as principais políticas que devem estar no programa de governo da campanha Dilma Presidente?

_____ 99. não sabe

P25. Falando agora da política externa de um governo Dilma, na sua opinião, qual destas políticas (mostre CARTÃO 25) é a mais importante e deveria ser priorizada? (pausa) E em 2º lugar? (pausa) E em 3º lugar?

PRIORIDADES	1º lugar	2º lugar	3º lugar
Integração da América Latina e Caribenha	1	1	1
Integração da América do Sul (Mercosul, Unasul etc.)	2	2	2
Relações com a Europa	3	3	3
Relações com a África	4	4	4
Relações com a Rússia, China e Índia	5	5	5
Relações com os países Árabes	6	6	6
Relação com os Estados Unidos	7	7	7
Reforma dos organismos internacionais (ONU, OMC, FMI etc)	8	8	8
Nenhum delas	9	9	9
Não sabe	10	10	10
Outras respostas (circule o código correspondente e anote abaixo)	11	11	11
1º lugar			
2º lugar			

P26. Com quais partidos você acha que o PT deve se aliar em 2010, na eleição presidencial? (espontânea e múltipla) Mais algum?

1. PMDB 2. PSB 3. PCdoB 4. PDT 5. PL/PR 6. PTB 7. PSOL
8. PPS 9. PSDB 10. PFL/DEM 11. PV 12. outros (anote): _____ 13. Não sabe

2

P27. E no seu Estado, com quais partidos você acha que o PT deve fazer alianças em 2010?

(espontânea e múltipla) **Mais algum?**

1. PMDB 2. PSB 3. PCdoB 4. PDT 5. PL/PR 6. PTB 7. PSOL
8. PPS 9. PSDB 10. PFL/DEM 11. PV 12. outros (anote): _____ 13. Não sabe

P28. Em política muitas vezes fala-se em esquerda e direita. Para você, a distinção política entre esquerda e direita tem sentido? (se sim) Muito ou um pouco?

(se não) **Na sua opinião, não tem mais sentido atualmente, ou nunca teve?**

1. sim, tem muito sentido 2. tem um pouco de sentido 3. não tem mais sentido 4. nunca teve 5. não sabe

P29a. (TODOS) Onde você se coloca dentro do espectro político? (mostre CARTÃO 29)

Por favor, mostre para mim qual destes quadradinhos corresponde melhor à sua posição.

P29b. E, na sua opinião, onde o PT se posiciona hoje? (continue mostre CARTÃO 29)

P29c. E onde o governo Lula, na sua opinião, se posiciona hoje? (continue mostre CARTÃO 29)

P29d. E o governo Dilma, na sua opinião, onde vai se posicionar, caso ela vença a eleição?

	ESQUERDA <===== > DIREITA							
P29a Entrevistado(a)	1	2	3	4	5	6	7	8 não sabe
P29b PT	1	2	3	4	5	6	7	8 não sabe
P29c Governo Lula	1	2	3	4	5	6	7	8 não sabe
P29d Governo Dilma	1	2	3	4	5	6	7	8 não sabe

P30a. Pensando agora nos parlamentares do partido, como você avalia a atuação dos vereadores do PT na Câmara Municipal de sua cidade:

é ótima, boa, regular, ruim ou péssima? (anote no quadro abaixo)

P30b. E a atuação dos deputados estaduais do PT na Assembleia Legislativa do seu estado:

é ótima, boa, regular, ruim ou péssima? (anote no quadro abaixo)

P30c. E a atuação dos deputados federais do PT no Congresso Nacional, você avalia como:

ótima, boa, regular, ruim ou péssima? (anote no quadro abaixo)

P30d. E a atuação dos parlamentares do PT no Senado, você avalia como:

ótima, boa, regular, ruim ou péssima? (anote no quadro abaixo)

	ótima	boa	regular	ruim	péssima	não sabe avaliar	Não se aplica (não tem)
P30a. Vereadores	1	2	3	4	5	6	7
P30b. Dep. Estaduais	1	2	3	4	5	6	7
P30c. Dep. Federais	1	2	3	4	5	6	7
P30d. Senadores	1	2	3	4	5	6	7

P31. Falando agora do Governo Federal, você diria que se considera: (leia até a interrogação)

1. bem informado 2. mais ou menos informado
3. pouco informado, ou 4. desinformado sobre o governo federal?

P32. Quais são os principais meios com que você costuma se informar sobre o Governo Federal?

(ESPONTÂNEA E MÚLTIPLA) **Mais algum?**

1. Jornais da grande mídia 5. Grandes sites/portais de notícias (Internet)
2. Emissoras de TV da grande mídia 6. Debates e publicações partidários
3. Emissoras de rádio da grande mídia 7. Informes oficiais do partido
4. Revistas ou semanários da grande mídia
8. Outros (anote): _____

P33. Quais jornais diários você costuma ler? (ESPONTÂNEA E MÚLTIPLA) Mais algum?

1. Folha de S.Paulo 2. O Globo 3. O Estado de S.Paulo 4. O Valor Econômico
5. Outros (anote): _____ 6. Não lê jornais diários

P34. E quais revistas ou semanários você costuma ler? (ESPONTÂNEA E MÚLTIPLA) Mais algum?

1. Veja 2. Isto é 3. Época 4. Caros Amigos 5. Carta capital 6. Brasil de Fato 7. Não lê revistas noticiosas
8. Outras (anote): _____

P35. Você assiste, mesmo que de vez em quando, a TV Brasil?

(SE SIM) **Você diria que assiste a TV Brasil:** (LEIA ATÉ A INTERROGAÇÃO)

1. diariamente ou quase todos os dias 2. de 2 a 4 vezes por semana 3. cerca de 1 vez por semana
4. de vez em quando, ou 5. raramente? 6. Não assiste

P36. Pelo que você sabe ou ouviu falar, de modo geral, você diria que a programação da TV Brasil é:

(LEIA ATÉ A INTERROGAÇÃO)

1. ótima 2. boa 3. regular 4. ruim, ou 5. péssima? 6. Não sabe

P37a. Como você avalia a comunicação do Diretório Municipal com os militantes e filiados na sua cidade: é ótima, boa, regular, ruim ou péssima? (anote no quadro abaixo)

P37b. E a comunicação do Diretório Estadual com os militantes e filiados no seu estado, você avalia como: ótima, boa, regular, ruim ou péssima? (anote no quadro abaixo)

P37c. E a comunicação do Diretório Nacional com os militantes e filiados do PT, você avalia como: ótima, boa, regular, ruim ou péssima? (anote no quadro abaixo)

	ótima	boa	regular	ruim	péssima	não sabe
P37a. Diretório Municipal	1	2	3	4	5	6
P37b. Diretório Estadual	1	2	3	4	5	6
P37c. Diretório Nacional	1	2	3	4	5	6

P38a. Vou falar algumas publicações impressas do PT Nacional e gostaria de saber se você costuma ler, mesmo que de vez em quando? (leia cada publicação do quadro abaixo – Faça P38b só depois de toda P38a)

P38b. (para cada publicação que lê pergunte) **Você avalia o/a... (cite publicação)... como bom, regular ou ruim?**

PUBLICAÇÕES	P38a. Costuma ler		P38b. Avaliação		
	sim	não	boa	regular	ruim
a) PT Notícias	1	2	1	2	3
b) Boletim do dirigente	1	2	1	2	3
c) Revista Teoria e Debate	1	2	1	2	3
d) Informes (Liderança do PT na Câmara dos Deputados)	1	2	1	2	3
e) Informativo do PT na bancada do Senado	1	2	1	2	3

P39. Você costuma acessar a Internet, mesmo que de vez em quando?

1. sim - PROSSIGA 2. não - PULE P/ P.43

P40a. Com que frequência você costuma acessar o portal (site ou homepage) do PT Nacional: sempre, de vez em quando, raramente ou nunca acessou? (respostas da P.40 no quadro abaixo)

P40b. E a TVweb do PT: você acessa sempre, de vez em quando, raramente ou nunca acessou?

P40c. E a rádioWeb do PT: você acessa sempre, de vez em quando, raramente ou nunca acessou?

P40d. E o portal da Fundação Perseu Abramo: sempre, de vez em quando, raramente ou nunca acessou?

P40e. E o da bancada federal: acessa sempre, de vez em quando, raramente ou nunca acessou?

P40f. E o do Diretório Regional do seu Estado: sempre, de vez em quando, raramente ou nunca acessou?

P40g. E do seu Diretório Municipal: sempre, de vez em quando, raramente ou nunca acessou?

	Sempre	De vez em quando	Raramente	Nunca acessou	não tem site
P40a. PT Nacional	1	2	3	4	
P40b. TVweb do PT	1	2	3	4	
P40c. rádioWeb do PT	1	2	3	4	
P40d. Fundação Perseu Abramo	1	2	3	4	
P40e. Bancada Federal	1	2	3	4	
P40f. Diretório Regional do seu Estado	1	2	3	4	5
P40g. Diretório Municipal	1	2	3	4	5

P41. Em relação a blog, qual das seguintes alternativas se aproxima mais do seu caso: (leia enumerando-as)

1. *um*, você tem um blog 2. *dois*, você não tem blog mas costuma acessar blogs
3. *três*, você não acessa mas já ouviu falar, ou 4. *quatro*, você nunca ouviu falar em blog?

P42. E em relação a twitter, qual alternativa se aproxima mais do seu caso: (leia enumerando-as)

1. *um*, você tem twitter 2. *dois*, você não tem mas já ouviu falar em twitter, ou
3. *três*, você nunca ouviu falar em twitter?

P43. Falando agora da Fundação Perseu Abramo, qual das frases que vou ler se aproxima mais do seu caso. Você: (leia as alternativas de 1 a 4 enumerando-as)

1. *Um*, Nunca tinha ouvido falar na *Fundação Perseu Abramo* até esta pesquisa
2. *Dois*, Já tinha ouvido falar mas não sabe bem o que a *Fundação Perseu Abramo* faz
3. *Três*, Você conhece, ao menos em parte, o trabalho da *Fundação Perseu Abramo*
4. *Quatro*, Você se considera bem informado sobre as atividades da *Fundação Perseu Abramo*

5. Outras respostas (anote): _____ 6. Não sabe

4

P44. (TODOS) Pelo que você conhece ou ouviu falar, você diria que a Fundação Perseu Abramo tem feito um trabalho: (leia até a interrogação)

1. ótimo 2. bom 3. regular 4. ruim ou 5. péssimo? 6. não sabe

P49A. Imaginando a campanha eleitoral da Dilma, se fosse mandar um breve recado pra ela, que recado você mandaria pra Dilma vencer a eleição?

| | | |

Para terminar, vou fazer algumas perguntas apenas para a classificação da sua entrevista.

V1. Até que ano da escola você estudou?		
1. Nunca foi à escola	2. 1ª a 3ª série - primário incompleto	3. 4ª série - primário completo
4. 5ª a 7ª série - ginásio incompleto	5. 8ª série - fundamental completo	6. 2º grau (médio) incompleto
7. 2º grau (médio) completo	8. Superior incompleto	9. Superior completo
10. Mestrado compl. ou incompleto	11. Doutorado completo, incompleto ou mais	

V2. Atualmente qual é a sua situação conjugal? (Anotar a situação de fato)

1. solteiro/a 2. casado(a)/ amigado(a) 3. viúvo/a 4. desquitado/ divorciado/ separado(a)

V3. Considerando os relacionamentos que você tem tido ou gostaria, você costuma ter relações sexuais: (LEIA ATÉ A INTERROGAÇÃO)

1. só com homens 2. só com mulheres, ou 3. com homens e com mulheres?

V4. Vou ler uma lista de religiões para que você me indique qual é a sua

(resposta MÚLTIPLA - leia até a interrogação, item 8. NÃO PERGUNTE DIRETAMENTE "QUAL É A SUA RELIGIÃO?") (EXCETO SE = CÓD 9 OU 10, PERGUNTE):

Você freqüenta, mesmo que de vez em quando, atos religiosos de outras religiões? (SE SIM) De quais?

1. Evangélica (SE SIM) Qual é a sua igreja? (anote): _____
2. Umbanda 3. Candomblé 4. Espírita kardecista
5. Católica praticante 6. Católica não praticante 7. Judaica, ou
8. outra religião? (anote): _____
9. Acredita em Deus mas não tem religião 10. É ateu/ não acredita em Deus/ é agnóstico

V5. De acordo com as categorias usadas pelo IBGE, qual é a que descreve melhor a sua cor: (LEIA ATÉ A INTERROGAÇÃO)

1. branca 2. parda 3. preta 4. amarela ou 5. indígena?

6. Outras respostas (anote) _____ 7. Não sabe

V6. De quanto foi aproximadamente a sua renda individual no mês passado? (MOSTRE CARTÃO DE RENDA)

1. até R\$ 510,00 4. mais de R\$ 2.250,00 até R\$ 5.100,00 7. não teve renda
2. mais de R\$ 510,00 até R\$ 1.020,00 5. mais de R\$ 5.100,00 até R\$ 10.200,00 8. não sabe
3. mais de R\$ 1.020,00 até R\$ 2.250,00 6. mais de R\$ 10.200,00 9. recusa

V7. Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, de quanto foi aproximadamente a renda familiar em sua casa no mês passado? (MOSTRE CARTÃO DE RENDA)

1. até R\$ 510,00 4. mais de R\$ 2.550,00 até R\$ 5.100,00 7. não tem renda
2. mais de R\$ 510,00 até R\$ 1.020,00 5. mais de R\$ 5.100,00 até R\$ 10.200,00 8. não sabe
3. mais de R\$ 1.020,00 até R\$ 2.550,00 6. mais de R\$ 10.200,00 9. recusa

V8. Quantas pessoas residem no seu domicílio que vivem com essa renda? _____ pessoas

AGRADEÇA, PEÇA LICENÇA PARA COLOCAR O SELO NO CRACHÁ DO/A ENTREVISTADO/A, PERGUNTE SE ELE/A JÁ VISITOU A BARRACA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO E, EM CASO NEGATIVO, INDIQUE O LOCAL

5

QUESTIONÁRIO B

PERFIL DELEGADOS 4ºCN PT		DIA DA ENTREVISTA		Qst B	
Brasília, data ____/____/2010		1. Saf. 2. 6af.		N.º proces.: __ _ _ _ _	
Entrevista: Início: Fim:		3. Sáb.		N.º qst (por pesquisador) : __ _ _	
Dur. entrev.: _____ min		Pesquisador:		N.º pesquisador : __ _ _ _	
Checador:		Crítica:		Codificador:	

APRESENTAÇÃO: Bom (a) dia/ tarde/ noite. Meu nome é (...), nós estamos fazendo uma pesquisa da Fundação Perseu Abramo, aprovada pela comissão de organização do Congresso. Você poderia responder algumas perguntas? Suas respostas não vão ser identificadas.

P1 Você é delegado/a por qual Estado? (anote abaixo)

|__|_|_|

P2. SEXO: 1 masculino 2 feminino

P3. Qual é a sua idade? (anote) |__|_|_|_| anos

P4. Em que ano você se filiou ao PT? (anote o ano) → |__|_|_|_|_|

P5. Contando com este Congresso, quantas vezes você foi delegado(a) em Congressos e Encontros Nacionais do PT? (anote abaixo a quantidade de vezes)

1. esta é a 1ª vez 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16. todas

P6. Atualmente você é membro de alguma instância partidária?

1. sim, é membro (aplique **P6a**) 2. não é membro (aplique **P6b**)

(se participa/ é membro, pergunte): **P6a. De qual?** (espontânea)

1. É membro de núcleo de base/ de setorial do PT

2. É Membro de Diretório Zonal do PT

3. É Membro de Diretório Municipal do PT

4. É Membro de Diretório Estadual/Regional do PT

5. É Membro da Direção Nacional do PT

6. Outras - (Pergunte qual e anote ao lado) |__|_|_|_|

(se não participa/ não é membro, pergunte): **P6b. Como você participa do PT?**

|__|_|_|_|

P7. Você é profissionalizado(a), ou seja, é remunerado de alguma forma para exercer atividade política? (se sim) **Qual atividade política que você exerce de forma profissionalizada?** (espontânea)

1. Não é profissionalizado/a

2. É prefeito(a)/ governador/vice

3. É assessor/a de vereador(a)/ Deputado(a)/senador(a) do PT/ de liderança do PT

4. É funcionário em carro de confiança de governo petista

5. É dirigente profissionalizado pelo PT

6. É funcionário/assessor do Partido

7. É militante profissionalizado por sua tendência/corrente política

8. É militante/dirigente profissionalizado de movimento social (sindical, popular, sem terra, etc)

9. É Vereador(a)/Deputado(a) Estadual/Deputado(a) Federal/Senador(a)

10. Outras atividades - **Qual?** |__|_|_|_|

P8. Você participa atualmente de alguma organização ou movimento social?

(SE SIM) **De quais? Você é da direção ou é militante de base desse movimento/ organização?**

1. sim, participa (anote de quais participa e relação com cada um)

2. não participa (PULE P/ P.9)

			1. direção	2. militante de base
			1. direção	2. militante de base
			1. direção	2. militante de base

P9. E quando entrou para o PT, você participava de alguma organização ou movimento social?
(SE SIM) De quais? Você era da direção ou era militante de base desse movimento/ organização?

1. sim, participava (*anote de quais participava e relação com cada um*) 2. não participava (PULE P/ P.10)

			1. direção	2. militante de base
			1. direção	2. militante de base
			1. direção	2. militante de base

P10. Ao longo da sua atuação no PT, você fez algum curso de formação política no partido, ou outras atividades que contribuíram para sua formação?

(SE SIM) Quais foram os cursos ou atividades de formação mais importantes que você fez?

1. nunca fez curso ou atividades de formação no PT (PASSE P/ P.11) 2. sim, já fez (ANOTE ABAIXO)

_____ 99. não sabe

P11. Quais temas você considera fundamentais para a sua formação política?

(pausa) Quais outros? (espontânea)

_____ 99. não sabe

P12. Falando agora do PT, você diria que desde que foi fundado até hoje, o PT mudou ou não mudou a sua forma de fazer política?

1. SIM, mudou - <i>faça P12ab e P13ab</i>		2. NÃO mudou - <i>faça P12c</i>	
12a. Você acha que o PT mudou muito ou um pouco? (DEPOIS PERGUNTE)		12c. Na sua opinião, o PT não ter mudado é bom ou é ruim?	
12b. E você diria que mudou para pior ou para melhor?			
1. Mudou <u>muito</u> , para <u>melhor</u>		5. Não mudou e isso é <u>bom</u>	→PPP.14
2. Mudou <u>um pouco</u> , para <u>melhor</u>		6. Não mudou e isso é <u>ruim</u>	
3. Mudou <u>muito</u> , para <u>pior</u>		7. Não mudou, não sabe se é bom ou ruim	
4. Mudou <u>um pouco</u> , para <u>pior</u>			
8. Não sabe se mudou →PPP.14			

P13a. (SE MUDOU) Desde quando o PT mudou? P13b. A partir de que acontecimento? (*anote ANO e EVENTO*)

P13a. ANO (*anote*): _____ **P13b. EVENTO** (*descreva*): _____

P14. Na sua opinião, quais são as principais qualidades ou virtudes do PT hoje? (*EXPLORE*) **Quais outras?**

_____ 99. não sabe

P15. E quais são os principais problemas ou defeitos do PT hoje? (*EXPLORE*) **Quais outros?**

_____ 99. não sabe

P48. Você já participou de algum lançamento de livro, de seminário ou debate, de alguma exposição de cartazes ou de pesquisas da Fundação Perseu Abramo?

(se sim) **Mais ou menos de quantos eventos da Fundação Perseu Abramo você já participou?**

1. nunca participou de evento da FPA 2. já participou (anote quantos) → |____|____|____|

P49B. Imaginando a Dilma já eleita presidente, se fosse mandar um breve recado pra ela, que recado você mandaria pra Dilma?

|____|____|____|_____

Para terminar, vou fazer algumas perguntas apenas para a classificação da sua entrevista.

V1. Até que ano da escola você estudou?		
1. Nunca foi à escola	2. 1ª a 3ª série - primário incompleto	3. 4ª série - primário completo
4. 5ª a 7ª série - ginásio incompleto	5. 8ª série - fundamental completo	6. 2º grau (médio) incompleto
7. 2º grau (médio) completo	8. Superior incompleto	9. Superior completo
10. Mestrado compl. ou incompleto	11. Doutorado completo, incompleto ou mais	

V2. Atualmente qual é a sua situação conjugal? (Anote a situação de fato)

1. solteiro/a 2. casado(a)/ amigado(a) 3. viúvo/a 4. desquitado/ divorciado/ separado(a)

V3. Considerando os relacionamentos que você tem tido ou gostaria, você costuma ter relações sexuais: (LEIA ATÉ A INTERROGAÇÃO)

1. só com homens 2. só com mulheres, ou 3. com homens e com mulheres?

V4. Vou ler uma lista de religiões para que você me indique qual é a sua

(resposta MÚLTIPLA - leia até a interrogação, item 8. NÃO PERGUNTE DIRETAMENTE "QUAL É A SUA RELIGIÃO?") (EXCETO SE = CÓD 9 OU 10, PERGUNTE):

Você frequenta, mesmo que de vez em quando, atos religiosos de outras religiões? (SE SIM) De quais?

1. Evangélica (SE SIM) Qual é a sua igreja? (anote):
2. Umbanda 3. Candomblé 4. Espírita kardecista
5. Católica praticante 6. Católica não praticante 7. Judaica, ou
8. outra religião? (anote): _____
9. Acredita em Deus mas não tem religião 10. É ateu/ não acredita em Deus/ é agnóstico

V5. E de acordo com as categorias usadas pelo IBGE, qual é a que descreve melhor a sua cor: (LEIA ATÉ A INTERROGAÇÃO)

1. branca 2. parda 3. preta 4. amarela ou 5. indígena?

6. Outras respostas (anote) _____ 7. Não sabe

V6. De quanto foi aproximadamente a sua renda individual no mês passado? (MOSTRE CARTÃO DE RENDA)

1. até R\$ 510,00 4. mais de R\$ 2.250,00 até R\$ 5.100,00 7. não teve renda
2. mais de R\$ 510,00 até R\$ 1.020,00 5. mais de R\$ 5.100,00 até R\$ 10.200,00 8. não sabe
3. mais de R\$ 1.020,00 até R\$ 2.250,00 6. mais de R\$ 10.200,00 9. recusa

V7. Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, de quanto foi aproximadamente a renda familiar em sua casa no mês passado? (MOSTRE CARTÃO DE RENDA)

1. até R\$ 510,00 4. mais de R\$ 2.550,00 até R\$ 5.100,00 7. não tem renda
2. mais de R\$ 510,00 até R\$ 1.020,00 5. mais de R\$ 5.100,00 até R\$ 10.200,00 8. não sabe
3. mais de R\$ 1.020,00 até R\$ 2.550,00 6. mais de R\$ 10.200,00 9. recusa

V8. Quantas pessoas residem no seu domicílio que vivem com essa renda? _____ pessoas

AGRADEÇA, PEÇA LICENÇA PARA COLOCAR O SELO NO CRACHÁ DO/A ENTREVISTADO/A, PERGUNTE SE ELE/A JÁ VISITOU A BARRACA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO E, EM CASO NEGATIVO, INDIQUE O LOCAL

5

QUESTIONÁRIO T

PERFIL DELEGADOS 4ºCN PT		DIA DA ENTREVISTA		Qst T, A, B	
Brasília, data ____/____/2010		1. Saf. 2. 6af. 3. Sáb.		N.º proces.: __ __ __ __	
Entrevista: Início: ____ Fim: ____		Pesquisador:		N.º qst (por pesquisador) : __ __ __	
Dur. entrev.: ____ min		Crítica:		N.º pesquisador : __ __ __	
Checador:				Codificador:	

APRESENTAÇÃO: Bom (a) dia/ tarde/ noite. Meu nome é (...), nós estamos fazendo uma pesquisa da Fundação Perseu Abramo, aprovada pela comissão de organização do Congresso. Você poderia responder algumas perguntas? Suas respostas não vão ser identificadas.

P1 Você é delegado/a por qual Estado? (anote abaixo)

|__| |__| |__| _____

P2. SEXO: 1 masculino 2 feminino

P3. Qual é a sua idade? (anote) |__| |__| |__| anos

P4. Em que ano você se filiou ao PT? (anote o ano) → |__| |__| |__| |__|

P5. Contando com este Congresso, quantas vezes você foi delegado(a) em Congressos e Encontros Nacionais do PT? (anote abaixo a quantidade de vezes)

1. esta é a 1ª vez 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16. todas

P6. Atualmente você é membro de alguma instância partidária?

1. sim, é membro (aplique **P6a**) 2. não é membro (aplique **P6b**)

(se participa/ é membro, pergunte): **P6a. De qual?** (espontânea)

1. É membro de núcleo de base/ de setorial do PT
2. É Membro de Diretório Zonal do PT
3. É Membro de Diretório Municipal do PT
4. É Membro de Diretório Estadual/Regional do PT
5. É Membro da Direção Nacional do PT
6. Outras - (Pergunte qual e anote ao lado) |__| |__| |__| _____

(se não participa/ não é membro, pergunte): **P6b. Como você participa do PT?**

|__| |__| |__| _____

P7. Você é profissionalizado(a), ou seja, é remunerado de alguma forma para exercer atividade política? (se sim) **Qual atividade política que você exerce de forma profissionalizada?** (espontânea)

1. Não é profissionalizado/a
2. É prefeito(a)/ governador/vice
3. É assessor/a de vereador(a)/ Deputado(a)/senador(a) do PT/ de liderança do PT
4. É funcionário em cargo de confiança de governo petista
5. É dirigente profissionalizado pelo PT
6. É funcionário/assessor do Partido
7. É militante profissionalizado por sua tendência/corrente política
8. É militante/dirigente profissionalizado de movimento social (sindical, popular, sem terra, etc)
9. É Vereador(a)/Deputado(a) Estadual/Deputado(a) Federal/Senador(a)

10. Outras atividades - **Qual?** |__| |__| |__| _____

P8. Você participa atualmente de alguma organização ou movimento social?

(SE SIM) **De quais? Você é da direção ou é militante de base desse movimento/ organização?**

1. sim, participa (anote de quais participa e relação com cada um)

2. não participa (PULE P/ P.9)

			1. direção	2. militante de base
			1. direção	2. militante de base
			1. direção	2. militante de base

P9. E quando entrou para o PT, você participava de alguma organização ou movimento social? (SE SIM) De quais? Você era da direção ou era militante de base desse movimento/ organização?

1. sim, participava (anote de quais participava e relação com cada um) 2. não participava (PULE P/ P.10)

			1. direção	2. militante de base
			1. direção	2. militante de base
			1. direção	2. militante de base

P10. Ao longo da sua atuação no PT, você fez algum curso de formação política no partido, ou outras atividades que contribuíram para sua formação?

(SE SIM) **Quais foram os cursos ou atividades de formação mais importantes que você fez?**

1. nunca fez curso ou atividades de formação no PT (PASSE P/ P.11) 2. sim, já fez (ANOTE ABAIXO)

_____|_____|_____

_____|_____|_____

_____|_____|_____ 99. não sabe

P11. Quais temas você considera fundamentais para a sua formação política?

(pausa) **Quais outros?** (espontânea)

_____|_____|_____

_____|_____|_____

_____|_____|_____ 99. não sabe

P12. Falando agora do PT, você diria que desde que foi fundado até hoje, o PT mudou ou não mudou a sua forma de fazer política?

1. SIM, mudou – faça P12ab e P13ab	2. NÃO mudou – faça P12c	
12a. Você acha que o PT mudou muito ou um pouco? (DEPOIS PERGUNTE)	12c. Na sua opinião, o PT não ter mudado é bom ou é ruim?	
12b. E você diria que mudou para pior ou para melhor?		
1. Mudou <u>muito</u> , para <u>melhor</u>	5. <u>Não mudou</u> e isso é <u>bom</u>	→PPP.14
2. Mudou <u>um pouco</u> , para <u>melhor</u>	6. <u>Não mudou</u> e isso é <u>ruim</u>	
3. Mudou <u>muito</u> , para <u>pior</u>	7. Não mudou, não sabe se é bom ou ruim	
4. Mudou <u>um pouco</u> , para <u>pior</u>		
8. Não sabe se mudou →PPP.14		

P13a. (SE MUDOU) Desde quando o PT mudou? P13b. A partir de que acontecimento? (anote ANO e EVENTO)

P13a. ANO (anote): _____ **P13b. EVENTO** (descreva): _____

P14. Na sua opinião, quais são as principais qualidades ou virtudes do PT hoje? (EXPLORE) Quais outras?

_____|_____|_____

_____|_____|_____

_____|_____|_____ 99. não sabe

P15. E quais são os principais problemas ou defeitos do PT hoje? (EXPLORE) Quais outros?

_____|_____|_____

_____|_____|_____

_____|_____|_____ 99. não sabe

P24. Na sua opinião, quais são as principais políticas que devem estar no programa de governo da campanha Dilma Presidente?

_____ 99. não sabe

P25. Falando agora da política externa de um governo Dilma, na sua opinião, qual destas políticas (mostre CARTÃO 25) é a mais importante e deveria ser priorizada? (pausa) E em 2º lugar? (pausa) E em 3º lugar?

PRIORIDADES				1º lugar	2º lugar	3º lugar
Integração da América Latina e Caribenha				1	1	1
Integração da América do Sul (Mercosul, Unasul etc.)				2	2	2
Relações com a Europa				3	3	3
Relações com a África				4	4	4
Relações com a Rússia, China e Índia				5	5	5
Relações com os países Árabes				6	6	6
Relação com os Estados Unidos				7	7	7
Reforma dos organismos internacionais (ONU, OMC, FMI etc)				8	8	8
Nenhum delas				9	9	9
Não sabe				10	10	10
Outras respostas (circule o código correspondente e anote abaixo)				11	11	11
1º lugar						
2º lugar						

P26. Com quais partidos você acha que o PT deve se aliar em 2010, na eleição presidencial?

(espontânea e múltipla) **Mais algum?**

1. PMDB 2. PSB 3. PCdoB 4. PDT 5. PL/PR 6. PTB 7. PSOL
8. PPS 9. PSDB 10. PFL/DEM 11. PV 12. outros (anote): _____ 13. Não sabe

P27. E no seu Estado, com quais partidos você acha que o PT deve fazer alianças em 2010?

(espontânea e múltipla) **Mais algum?**

1. PMDB 2. PSB 3. PCdoB 4. PDT 5. PL/PR 6. PTB 7. PSOL
8. PPS 9. PSDB 10. PFL/DEM 11. PV 12. outros (anote): _____ 13. Não sabe

P28. Em política muitas vezes fala-se em esquerda e direita. Para você, a distinção política entre esquerda e direita tem sentido? (se sim) Muito ou um pouco?

(se não) **Na sua opinião, não tem mais sentido atualmente, ou nunca teve?**

1. sim, tem muito sentido 2. tem um pouco de sentido 3. não tem mais sentido 4. nunca teve 5. não sabe

P29a. (TODOS) Onde você se coloca dentro do espectro político? (mostre CARTÃO 29)

Por favor, mostre para mim qual destes quadradinhos corresponde melhor à sua posição.

P29b. E, na sua opinião, onde o PT se posiciona hoje? (continue mostre CARTÃO 29)

P29c. E onde o governo Lula, na sua opinião, se posiciona hoje? (continue mostre CARTÃO 29)

P29d. E o governo Dilma, na sua opinião, onde vai se posicionar, caso ela vença a eleição?

		ESQUERDA <===== > DIREITA							
P29a	Entrevistado(a)	1	2	3	4	5	6	7	8 não sabe
P29b	PT	1	2	3	4	5	6	7	8 não sabe
P29c	Governo Lula	1	2	3	4	5	6	7	8 não sabe
P29d	Governo Dilma	1	2	3	4	5	6	7	8 não sabe

P30a. Pensando agora nos parlamentares do partido, como você avalia a atuação dos vereadores do PT na Câmara Municipal de sua cidade:

é ótima, boa, regular, ruim ou péssima? (anote no quadro abaixo)

P30b. E a atuação dos deputados estaduais do PT na Assembleia Legislativa do seu estado:

é ótima, boa, regular, ruim ou péssima? (anote no quadro abaixo)

P30c. E a atuação dos deputados federais do PT no Congresso Nacional, você avalia como:

ótima, boa, regular, ruim ou péssima? (anote no quadro abaixo)

P30d. E a atuação dos parlamentares do PT no Senado, você avalia como:

ótima, boa, regular, ruim ou péssima? (anote no quadro abaixo)

- P40a.** Com que frequência você costuma acessar o portal (*site* ou *homepage*) do PT Nacional: sempre, de vez em quando, raramente ou nunca acessou? (respostas da P40 no quadro abaixo)
- P40b.** E a TVweb do PT: você acessa sempre, de vez em quando, raramente ou nunca acessou?
- P40c.** E a rádioWeb do PT: você acessa sempre, de vez em quando, raramente ou nunca acessou?
- P40d.** E o portal da *Fundação Perseu Abramo*: sempre, de vez em quando, raramente ou nunca acessou?
- P40e.** E o da bancada federal: acessa sempre, de vez em quando, raramente ou nunca acessou?
- P40f.** E o do Diretório Regional do seu Estado: sempre, de vez em quando, raramente ou nunca acessou?
- P40g.** E do seu Diretório Municipal: sempre, de vez em quando, raramente ou nunca acessou?

	Sempre	De vez em quando	Raramente	Nunca acessou	não tem site
P40a. PT Nacional	1	2	3	4	
P40b. TVweb do PT	1	2	3	4	
P40c. rádioWeb do PT	1	2	3	4	
P40d. Fundação Perseu Abramo	1	2	3	4	
P40e. Bancada Federal	1	2	3	4	
P40f. Diretório Regional do seu Estado	1	2	3	4	5
P40g. Diretório Municipal	1	2	3	4	5

P41. Em relação a blog, qual das seguintes alternativas se aproxima mais do seu caso: (leia enumerando-as)

1. *um*, você tem um blog
2. *dois*, você não tem blog mas costuma acessar blogs
3. *três*, você não acessa mas já ouviu falar, ou
4. *quatro*, você nunca ouviu falar em blog?

P42. E em relação a twitter, qual alternativa se aproxima mais do seu caso: (leia enumerando-as)

1. *um*, você tem twitter
2. *dois*, você não tem mas já ouviu falar em twitter, ou
3. *três*, você nunca ouviu falar em twitter?

P43. Falando agora da *Fundação Perseu Abramo*, qual das frases que vou ler se aproxima mais do seu caso. Você: (leia as alternativas de 1 a 4 enumerando-as)

1. *Um*, Nunca tinha ouvido falar na *Fundação Perseu Abramo* até esta pesquisa
2. *Dois*, Já tinha ouvido falar mas não sabe bem o que a *Fundação Perseu Abramo* faz
3. *Três*, Você conhece, ao menos em parte, o trabalho da *Fundação Perseu Abramo*
4. *Quatro*, Você se considera bem informado sobre as atividades da *Fundação Perseu Abramo*

5. Outras respostas (anote): _____ 6. Não sabe

P44. (TODOS) Pelo que você conhece ou ouviu falar, você diria que a *Fundação Perseu Abramo* tem feito um trabalho: (leia até a interrogação)

1. ótimo
2. bom
3. regular
4. ruim ou
5. péssimo?
6. não sabe

P45. Na sua opinião, o que a *Fundação Perseu Abramo* não faz mas deveria fazer?

(espontânea- explore) O que mais a *Fundação* deveria fazer?

_____ 99. não sabe

P46. Na sua opinião, a *Fundação Perseu Abramo*: (leia as alternativas de 1 e 2, até a interrogação)

1. deve priorizar o diálogo com a sociedade, para fora do partido, ou
2. deve dar prioridade para atividades dirigidas para os quadros do partido?

3. ambos (espontânea)

4. Outras respostas (anote): _____ 5. Não sabe

P47. Você já adquiriu ou leu algum livro da Editora *Fundação Perseu Abramo*?

(se sim) Mais ou menos quantos?

1. nunca leu ou adquiriu livros da FPA
2. já leu ou adquiriu (anote quantos) → |____|____|____|

P48. Você já participou de algum lançamento de livro, de seminário ou debate, de alguma exposição de cartazes ou de pesquisas da *Fundação Perseu Abramo*?

(se sim) Mais ou menos de quantos eventos da *Fundação Perseu Abramo* você já participou?

1. nunca participou de evento da FPA
2. já participou (anote quantos) → |____|____|____|

P49A. Imaginando a campanha eleitoral da Dilma, se fosse mandar um breve recado pra ela, que recado você mandaria pra Dilma vencer a eleição?

P49B. Imaginando a Dilma já eleita presidente, se fosse mandar um breve recado pra ela, que recado você mandaria pra Dilma?

Para terminar, vou fazer algumas perguntas apenas para a classificação da sua entrevista.

V1. Até que ano da escola você estudou?		
1. Nunca foi à escola	2. 1ª a 3ª série - primário incompleto	3. 4ª série - primário completo
4. 5ª a 7ª série - ginásio incompleto	5. 8ª série - fundamental completo	6. 2º grau (médio) incompleto
7. 2º grau (médio) completo	8. Superior incompleto	9. Superior completo
10. Mestrado compl. ou incompleto	11. Doutorado completo, incompleto ou mais	

V2. Atualmente qual é a sua situação conjugal? (Anote a situação de fato)

1. solteiro/a 2. casado(a)/ amigado(a) 3. viúvo/a 4. desquitado/ divorciado/ separado(a)

V3. Considerando os relacionamentos que você tem tido ou gostaria, você costuma ter relações sexuais:
(LEIA ATÉ A INTERROGAÇÃO)

1. só com homens 2. só com mulheres, ou 3. com homens e com mulheres?

V4. Vou ler uma lista de religiões para que você me indique qual é a sua

(resposta **MÚLTIPLA** - leia até a interrogação, item 8. **NÃO PERGUNTE DIRETAMENTE "QUAL É A SUA RELIGIÃO?"**)
(EXCETO SE = CÓD 9 OU 10, PERGUNTE):

Você freqüente, mesmo que de vez em quando, atos religiosos de outras religiões? (SE SIM) De quais?

1. Evangélica (SE SIM) Qual é a sua igreja? (anote): _____
2. Umbanda 3. Candomblé 4. Espírita kardecista
5. Católica praticante 6. Católica não praticante 7. Judaica, ou
8. outra religião? (anote): _____
9. Acredita em Deus mas não tem religião 10. É ateu/ não acredita em Deus/ é agnóstico

V5. E de acordo com as categorias usadas pelo IBGE, qual é a que descreve melhor a sua cor:
(LEIA ATÉ A INTERROGAÇÃO)

1. branca 2. parda 3. preta 4. amarela ou 5. indígena?
6. Outras respostas (anote) _____ 7. Não sabe

V6. De quanto foi aproximadamente a sua renda individual no mês passado? (MOSTRE CARTÃO DE RENDA)

1. até R\$ 510,00 4. mais de R\$ 2.250,00 até R\$ 5.100,00 7. não teve renda
2. mais de R\$ 510,00 até R\$ 1.020,00 5. mais de R\$ 5.100,00 até R\$ 10.200,00 8. não sabe
3. mais de R\$ 1.020,00 até R\$ 2.250,00 6. mais de R\$ 10.200,00 9. recusa

V7. Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, de quanto foi aproximadamente a renda familiar em sua casa no mês passado? (MOSTRE CARTÃO DE RENDA)

1. até R\$ 510,00 4. mais de R\$ 2.550,00 até R\$ 5.100,00 7. não tem renda
2. mais de R\$ 510,00 até R\$ 1.020,00 5. mais de R\$ 5.100,00 até R\$ 10.200,00 8. não sabe
3. mais de R\$ 1.020,00 até R\$ 2.550,00 6. mais de R\$ 10.200,00 9. recusa

V8. Quantas pessoas residem no seu domicílio que vivem com essa renda? _____ pessoas

**AGRADEÇA, PEÇA LICENÇA PARA COLOCAR O SELO NO CRACHÁ DO/A ENTREVISTADO/A,
PERGUNTE SE ELE JÁ VISITOU A BARRACA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO
E, EM CASO NEGATIVO, INDIQUE O LOCAL**

7

Anexo III – Análises descritivas complementares citadas no trabalho

P16a - Na sua opinião, o que o PT deve fazer para se fortalecer como partido? O que mais?	Frequency	Percent
0	424	38,4
Se aproximar dos movimentos sociais	61	5,5
Fazer mais coligações/ mais alianças	9	,8
Ter cuidado com coligações/ alianças	1	,1
Capacitar mais os dirigentes	1	,1
União do partido em apoio ao lula	2	,2
Voltar à ideologia original do pt/ dos primórdios/ o pt de antes	29	2,6
Se remeter ao que está na carta de princípios/ implementar seus estatutos	13	1,2
Superar as divergências internas aprimorar a democracia interna/ aumentar o debate interno	14	1,3
Discutir uma nova política reforçar o caráter estratégico do socialismo/ continuar se renovando	11	1,0
Ter mais autonomia em relação ao governo federal	1	,1
O diretório nacional mandar material mais atualizado para os militantes	1	,1
Investir na formação política	89	8,1
Fazer uma renovação da diretoria/ novos membros/ novas lideranças/ novos quadros	8	,7
Priorizar a organização nos diretórios zonais/ municipais/ estaduais/ regionais/ núcleos regionais	16	1,5
Fortalecer as instâncias	5	,5
Descentralizar decisões fortalecer processo de descentralização das ações/ democratizar as decisões	4	,4
Investir na estrutura das macro regiões	1	,1
Valorizar mais as áreas do interior/ ampliar o seu trabalho nas pequenas cidades	3	,3
Melhorar a comunicação	5	,5
Se aproximar dos partidos de esquerda	1	,1
Promover mais fóruns/ congressos/ seminários/ encontros	5	,5
Reformular/ repensar o ped	6	,5
Investir/defender mais a classe trabalhadora	4	,4
Aumentar/ dar apoio ao quadro eletivo/ de todos os estados	6	,5
Continuar no poder federal/ reeleger a dilma	4	,4
Valorização das bases/ militância	44	4,0
Fortalecer os núcleos de base reativar as bases voltar a organizar as bases	55	5,0
Criar/ formar núcleos/ núcleos setoriais organizar os segmentos	20	1,8
Capacitar mais as bases/ militância	53	4,8
Incluir a juventude na vida partidária	16	1,5
Outras de Valorização das Bases/ Militânci	1	,1
Esclarecer a crise internamente	1	,1
Ter mais responsabilidade nas filiações/ fazer avaliação do histórico pessoal dos filiados	5	,5
O PT deve dialogar mais com a sociedade a sua versão dos fatos	1	,1
Pautar-se pela ética	1	,1
Outras gerais	17	1,5
Criar/ formar núcleos/ núcleos setoriais organizar os segmentos	2	,2
Projetos de ações aos menos favorecidos	3	,3
Aprofundar a democracia	2	,2
Nada	2	,2
Não sabe/ não lembra	1	,1
Não sabe/ não lembra	17	1,5
Total	965	87,5
System	138	12,5

P17a - E o que deveria ser feito para fortalecer a participação das bases no partido?	Frequency	Percent
0	424	38,4
Voltar às origens/ aos princípios que formavam o PT	8	,7
Aumentar o entrosamento entre dirigentes/ militantes das bases e parlamentares nos municípios e estados	4	,4
Priorizar os núcleos de base o partido buscou o poder e esqueceu as bases/ precisa ouvir as bases	94	8,5
Fazer mais reuniões internas com bases/ dirigentes/ vereadores	42	3,8
As diretorias têm que ser mais acessíveis para as bases	28	2,5
Organizar os núcleos de base no intuito de serem fóruns permanentes/ ter mais organização	15	1,4
Outras de Aproximar as Lideranças/ Diretorias Parlamentares das Bases	2	,2
Descentralizar e dar autonomia para outros decidirem os rumos do partido/ trabalhar a relação base x partido x movimento	46	4,2
Descentralizar geograficamente / interiorizar os núcleos do partido, não ficar apenas nas metrópoles	12	1,1
Captar mais filiados/ ter mais filiações	5	,5
Captar mais filiados jovens	6	,5
Outras de Captar mais Filiados	4	,4
Convocar a militância/ lutar pelo PT	6	,5
Outras de Convocar a Militância	2	,2
Cursos de capacitação em formação política	115	10,4
Cursos de capacitação de formação administrativa	1	,1
Outras de Cursos de Capacitação	2	,2
Voltar-se para as questões sociais/ populares	32	2,9
Limpar a imagem do partido/ lutar pela inocência do PT	1	,1
Limpar a imagem do partido em relação aos militantes que feriram a essência dele	1	,1
Nada, as bases já são fortes	2	,2
Não sabe/ não lembra	5	,5
Não sabe/ não lembra	20	1,8
Melhorar a comunicação interna	9	,8
Melhorar a comunicação s/e	17	1,5
Melhorar a comunicação usando o site do partido	1	,1
Melhorar a comunicação para fora do partido abrir o partido aos cidadãos para que saibam o que o PT tem feito	2	,2
Promover eventos culturais/ encontros festivos/ comemorativos	9	,8
Outras de Finanças	2	,2
Outras gerais	40	3,6
Acabar o PED	3	,3
Reformar / Aperfeiçoar o PED	4	,4
Voltar ao modelo de encontros nacionais anteriores ao PED	1	,1
Total	965	87,5
System	138	12,5

ANEXO IV – Complemento da Tabela 3.3 contendo Senadores não eleitos em cada pleito

Ano	Candidato	Partido	Votação
1994 (votação em 2 candidatos)	Antônio Celso Garcia	PRN	896.511
	José Carlos Gomes de Carvalho	PTB	695.997
	Hélio Moacyr de Souza Duque	PSDB	457.367
	Luiz Carlos Borges da Silveira	PPR	202.320
	Flaminio de Oliveira Rangel	PSTU	80.524
	Iran Getúlio Zanini Longhi	PRONA	59.551
1998	Paulo Fernando Braguini	PSB	44.984
	Nilton Cezar Servo	PPS	42.312
2002 (votação em 2 candidatos)	Antônio Celso Garcia	PPB	666.227
	Nitis Jacon de Araújo Moreira	PSDB	648.828
	Affonso Antoniuk	PPS	56.924
	Nely Lidia Valente de Almeida	PSC	56.602
	Eda Maria Slomp	PV	24.393
	Ralph Durval Moreira de Souza	PSB	19.516
	Antônio Procopiak Neto	PSDC	11.880
	Abel de Souza Morangueira	PRTB	9.205
	Aristides Mossambani	PSD	8.368
	Júlio César de Jesus	PSTU	6.381
	Rogério Miranda de Mello	PTC	1.376
2006	Luiz Felipe Haj Mussi	PPS	78.723
	José Roberto Sandoval	PSC	74.307
	Paulo Salamuni	PV	39.841
	Aparecido Custódio da Silva	PRTB	10.130
	Sandra Borges	PSL	8.313
	Antônio Procopiak Neto	PSDC	5.234
	Ivan Ramos Bernardo	PSTU	5.017
2010 (votação em 2 candidatos)	Rubens Hering	PV	178.029
	Professor Piva	PSOL	34.179
	Valmor	PSOL	10.967
	Sgt Jensen	PRTB	9.392
	Sgt Qe Pedroso	PRTB	6.856
	Timossi	PSTU	5.058
	Irineu Fritz	PT do B	4.612
	Gilberto	PCB	3.973